

LITERACIA FINANCEIRA: CONHECIMENTO DE POUPANÇA DE
ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Diogo Filipe Campos Alves

Dissertação de Mestrado em Gestão

Orientadora:

Prof. Doutora Maria do Carmo Botelho, Prof. Auxiliar,
Escola de Sociologia e Políticas Públicas,
Departamento de Métodos de Pesquisa Social

Co-orientador:

Prof. Doutor Raul M. S. Laureano, Prof. Auxiliar,
ISCTE Business School,
Departamento de Métodos Quantitativos

Julho de 2012

RESUMO

Ao estudar a Literacia Financeira assume-se retratar os conhecimentos financeiros e, conseqüentemente, conhecer os seus hábitos de gestão do seu dinheiro. A poupança é uma dimensão chave no estudo da Literacia Financeira, pois está directamente associada ao bem-estar financeiro da sociedade. Remetendo para os estudantes universitários, a poupança é essencial não só porque permite criar uma segurança financeira no caso de algo inesperado acontecer e também porque prepara os mesmos para desenvolver as melhores práticas no futuro.

Neste contexto, este estudo tem como principal objectivo retratar a Literacia Financeira, na vertente da poupança de estudantes universitários. Para tal, é proposto medir o nível de conhecimento da poupança, conhecer os hábitos de poupança efectiva e identificar os factores determinantes do conhecimento de poupança do estudante universitário.

Para desenvolvimento do estudo foi elaborado um questionário composto por questões de inclusão e compreensão financeira, cultura financeira, escolha de produtos financeiros e conhecimento de poupança, para além das questões do perfil do aluno. A amostra do estudo foi constituída por 396 alunos dos 1º e 3º anos de licenciatura do ISCTE-IUL.

Os principais resultados obtidos apontam para um nível de conhecimento de poupança dos alunos inadequado. No entanto, relativamente aos factores potencialmente explicativos do conhecimento de poupança, a análise elaborada permite concluir que em todas as dimensões do estudo são encontradas características que influenciam este conhecimento. Também alguns produtos têm um uso mais frequente em função da regularidade da realização de poupanças.

Palavras-chave: Literacia Financeira, Poupança, Estudantes Universitários, Índice de Conhecimento

Classificação JEL: I22 - Educação Financeira; D14 – Finanças Pessoais

ABSTRACT

Financial Literacy studies intend to point out financial knowledge, thus, the way people manage their own money. Savings is a key component of studies of Financial Literacy, because it is strictly related to society's financial welfare. Turning to college students, savings is primordial, not only to deal with an unexpected situation, but also to prepare them to develop the best practices in the future.

In this context, the main goal of this study is to depict Financial Literacy, regarding the savings of college students. In order to achieve this, it is proposed to assess the level of knowledge on savings, to know the habits of effective saving, and to identify the main factors on a college student's savings knowledge.

For this study, a survey was conducted, with questions regarding inclusion and financial understanding, financial culture, product choice and savings knowledge, besides each one's profile questions. The sample comprises 396 students, from the 1st and 3rd year of college degrees of ISCTE-IUL.

Results suggest an inadequate knowledge on savings. However, regarding the factors which may explain savings knowledge, from the appropriate analysis, it is understandable that every dimension of this study, meets the explanatory characteristics of knowledge. Several products are more frequent, according to savings regularity.

Keywords: Financial Literacy, Savings, College Students, Level of Knowledge

JEL Classification: I22 - Financial Education; D14 – Personal Finance

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que, apesar de não terem atingido este nível académico, sempre me deram os melhores conselhos, ajudando-me incondicionalmente a tomar as melhores decisões. A sua coerência e atenção foram fulcrais para ter conseguido alcançar o que alcancei, sem eles nada teria sido possível.

À minha irmã, que sempre me impediu de sair do caminho certo, sendo também a minha melhor amiga de sempre e para sempre.

Ao meu afilhado que, apesar de ainda não o saber, é uma fonte de alegria e inspiração para mim. Ao meu cunhado pela disponibilidade sempre apresentada para me ajudar e aconselhar.

Quero também agradecer bastante aos meus orientadores por todo o apoio prestado desde o início do desenvolvimento desta dissertação. À Professora Maria do Carmo Botelho pela sua disponibilidade e atenção em todos os momentos chave, tendo sido um pilar fundamental na conclusão da dissertação. Ao Professor Raul Laureano, pela sua exigência e rigor sempre apresentados, que me ajudaram a elevar a qualidade desta tese de mestrado.

À comunidade ISCTE-IUL, professores, alunos e serviços académicos pela colaboração para este estudo. Em especial à Professora Conceição Figueiredo que tudo fez para resolver problemas.

Aos meus amigos, que sempre me apoiaram nos bons e nos maus momentos e foram o meu refúgio nos tempos livres, com especial agradecimento para a Inês, o João, a Célia e o José, todos eles essenciais no meu sucesso académico e pessoal.

Por último, quero agradecer a todos aqueles que, directa ou indirectamente, me ajudaram a concluir a minha tese de mestrado com sucesso. A todos o meu muito obrigado. Sem vós, o desenvolvimento e conclusão desta dissertação nunca teria sido possível.

ÍNDICE

RESUMO	II
ABSTRACT	III
AGRADECIMENTOS.....	IV
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Justificação, relevância e delimitação do tema	1
1.2 Objectivos e questão de investigação.....	2
1.3 Estrutura da dissertação.....	2
2. REVISÃO DE LITERATURA	4
2.1 Literacia Financeira.....	4
2.1.1 Enquadramento	4
2.1.2 Educação financeira	6
2.2 Poupança	10
2.2.1 Poupança e investimento – conceitos base	10
2.2.2 Mercado Financeiro	11
2.2.3 Escolha de produtos financeiros	11
2.2.4 Segmentação dos Mercados Financeiros	13
2.2.5 Rendibilidade e risco.....	15
2.2.6 Critérios de avaliação de um investimento em produtos financeiros.....	18
2.3 A poupança em Portugal	20
2.3.1 Enquadramento macroeconómico da poupança.....	21
2.3.2 Inclusão e compreensão financeira	23
2.3.3 A cultura financeira associada à poupança	23
2.3.3.1 Fontes de informação	23
2.3.3.2 Planeamento de orçamento familiar.....	24
2.3.3.3 Planeamento de poupança	25
2.4 Estudos determinantes para a poupança.....	25

2.4.1 Estudos internacionais.....	26
2.4.1.1 “A análise da literacia financeira pessoal nos estudantes universitários”	26
2.4.1.2 “A literacia financeira dos jovens adultos americanos”.....	28
2.4.1.3 “O impacto da educação financeira pessoal nos ensinos secundário e superior”	29
2.4.1.4 “Literacia financeira e a participação no mercado accionista”	30
2.4.2. Inquérito à literacia financeira da população portuguesa.....	31
2.5 Síntese da Revisão de literatura	32
3. METODOLOGIA	35
3.1 Problema e objectivos	35
3.2 Modelo conceptual e hipóteses de investigação.....	36
3.3 População	39
3.4 Método de amostragem e amostra	41
3.5 Instrumento de recolha de dados.....	41
3.6 Processo de recolha e tratamento dos dados	44
4. RESULTADOS.....	45
4.1 Perfil do aluno	45
4.2 Inclusão e compreensão financeira	49
4.3 Cultura financeira.....	51
4.3.1 Fontes de informação	51
4.3.2 Planeamento	52
4.3.2.1 Planeamento do orçamento familiar	53
4.3.2.2 Planeamento de poupança	53
4.4 Escolha de produtos	54
4.5 Conhecimento de poupança	55
4.5.1 Produtos financeiros.....	56
4.5.2 Taxas, grau de risco e liquidez.....	56
4.5.3 Cálculos matemáticos	57

4.5.4 Índice de conhecimento de poupança	57
4.6 Factores condicionantes do Conhecimento de poupança.....	59
4.6.1 Perfil do aluno	59
4.6.2 Inclusão e compreensão financeira	62
4.6.3 Cultura financeira.....	63
4.6.3.1 Fontes de informação	63
4.6.3.2 Planeamento do orçamento familiar	64
4.6.3.3 Planeamento de poupança	64
4.6.4 Escolha de produtos	65
4.7 Discussão dos Resultados	66
5. CONCLUSÕES	71
5.1 Síntese do estudo.....	71
5.2 Investigação futura.....	72
5.3 Limitações do estudo	72
BIBLIOGRAFIA	73
ANEXOS	76

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Conceito de Literacia Financeira.....	5
Figura 2: Importância da matemática financeira na literacia financeira.....	8
Figura 3: Segmentação dos Mercados Financeiro.....	14
Figura 4: Esquema dos tipos de produtos financeiros.....	17
Figura 5: Relação entre o risco e rendibilidade esperada.....	18
Figura 6: Literacia Financeira.....	33
Figura 7: Factores determinantes do perfil do aluno na poupança nos jovens universitários.....	36
Figura 8: Modelo de literacia financeira nos estudantes universitários.....	38
Figura 9: Total de alunos matriculados no ensino superior e em licenciatura desde 2006.....	40
Figura 10: Distribuição dos alunos por área de curso.....	45
Figura 11: Distribuição de alunos por ano e áreas de curso.....	46
Figura 12: Forma como são suportados os encargos com a sua residência secundária.....	46
Figura 13: Região de origem dos alunos deslocados.....	47
Figura 14: Médias de compreensão financeira dos alunos.....	50
Figura 15: Importância das fontes de informação na aquisição de produtos.....	51
Figura 16: Conhecimento do Portal do Cliente Bancário do Banco de Portugal.....	52
Figura 17: Periodicidade de planeamento do orçamento familiar.....	53
Figura 18: Hábitos de realização de poupança.....	54
Figura 19: Índice de conhecimento de poupança.....	58

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Análise macroeconómica de Portugal.....	21
Tabela 2: Os estudos internacionais e as suas características	26
Tabela 3: Número de alunos que constituem a população a inquirir do estudo.....	40
Tabela 4: Número total de alunos que constituem a amostra do estudo	41
Tabela 5: Dimensões, indicadores e respectiva importância	42
Tabela 6: Distribuição dos alunos por região da sua residência principal	47
Tabela 7: Segmentação da situação laboral por área de curso	48
Tabela 8: Distribuição do rendimento mensal disponível.....	48
Tabela 9: Formas de pagamento das principais despesas dos alunos	49
Tabela 10: Numero de contas à ordem por estudante universitário	49
Tabela 11: Auto-avaliação da amostra ao seu nível de compreensão financeira.....	50
Tabela 12: Produtos financeiros detidos pelos alunos	55
Tabela 13: Número de produtos financeiros por aluno.....	55
Tabela 14: Questão relativa ao risco dos produtos financeiros.....	56
Tabela 15: Questão relativa às principais características de produtos financeiros	56
Tabela 16: Questões relativas a taxas de juro e de inflação, grau de risco e liquidez.	57
Tabela 17: Questão relativa a literacia matemática.....	57
Tabela 18: Análise descritiva do conhecimento de poupança	58
Tabela 19: Conhecimento de poupança por escalões.....	58
Tabela 20: Conhecimento de poupança em função das características sócio-demográficas e de curso	60
Tabela 21: Conhecimento de poupança em função da deslocação da residência principal, encargos, situação laboral e rendimento	60
Tabela 22: Conhecimento de poupança em função do background dos pais.....	61
Tabela 23: Conhecimento de poupança em função da inclusão financeira	62
Tabela 24: Conhecimento de poupança em função da compreensão financeira.....	62
Tabela 25: Conhecimento de poupança em função da fontes de informação	63
Tabela 26: Conhecimento de poupança em função do planeamento do orçamento familiar	64
Tabela 27: Conhecimento de poupança em função do planeamento de poupança	65
Tabela 28: Conhecimento de poupança em função do número de produtos.....	66
Tabela 29: Conhecimento de poupança em função do tipo de produtos.....	66

1. INTRODUÇÃO

Nesta introdução, será apresentada a justificação, relevância e delimitação do tema, assim como os objectivos e questões de investigação desta dissertação. Por fim, será igualmente apresentada e esquematizada a estrutura da dissertação para uma maior compreensão da mesma.

1.1 Justificação, relevância e delimitação do tema

"A poupança é uma coisa bonita, especialmente quando os nossos pais a fizeram por nós" (Winston Churchill).

A poupança é um tema indispensável na sociedade, que assumiu enorme importância em Portugal no contexto actual de crise. A taxa de poupança bruta das famílias portuguesas situou-se em cerca de 11 por cento do rendimento disponível em 2009 (7,0 por cento em 2007 e 7,8 por cento em 2008). Apesar do aumento, ainda assim muito abaixo de países como Espanha (18 por cento), Alemanha (17,2 por cento) e média do conjunto de países da UE (13 por cento). Os níveis de poupança da população portuguesa são notoriamente baixos, à semelhança das conclusões extraídas do inquérito à literacia financeira da população portuguesa, sendo esta uma área de actuação prioritária (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2011).

A literacia financeira vai além dos conhecimentos sobre matérias financeiras, envolvendo também a forma como esses conhecimentos afectam os comportamentos e atitudes dos cidadãos no momento da tomada de decisões.

A criação de programas de educação financeira, desenvolvidos especificamente para aumentar a literacia financeira, é vista como uma solução para aumentar os conhecimentos da população, preparando-os para enfrentar ou precaver momentos de instabilidade financeira, com o recurso às melhores práticas e hábitos de poupanças.

O desenvolvimento de melhores práticas de poupança está muito associado aos níveis de conhecimento desta temática. Os jovens universitários são um segmento da população a

iniciar práticas associadas à gestão do seu dinheiro, como tal, são um alvo prioritário de estudo e educação.

O tema da literacia financeira em Portugal ainda não se encontra muito explorado, pelo que este será o primeiro estudo sobre literacia financeira, na área da poupança, de estudantes universitários.

1.2 Objectivos e questão de investigação

O objectivo geral associado a esta investigação é o diagnóstico da literacia financeira nos estudantes universitários na área da poupança, ou seja, revelar o nível de conhecimento de poupança dos alunos que frequentam o ensino superior em Portugal e, concludentemente, descobrir quais as variáveis que influenciam a poupança.

Na sequência do tema e objectivo apresentados define-se como grande questão de investigação:

Serão os jovens universitários pouco letrados, no âmbito da poupança?

Assim, especificamente, o objectivo de retratar a literacia financeira do estudante universitário na vertente da poupança decompõe-se em: 1) medir o nível de conhecimento da poupança, 2) conhecer os hábitos de poupança efectiva, 3) identificar factores determinantes do conhecimento de poupança e, por fim, 4) caracterizar a relação entre o nível de conhecimento da poupança e os hábitos de poupança efectiva.

1.3 Estrutura da dissertação

Com o propósito de atingir os objectivos definidos, a dissertação está dividida, para além da introdução e conclusão, em quatro partes: Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados e Conclusões.

A Revisão de Literatura consubstancia os aspectos teóricos do estudo, sendo decomposta em quatro capítulos teóricos e uma síntese final.

O primeiro capítulo pormenoriza o conceito de literacia financeira, evidenciando as suas dimensões e o tema da educação financeira.

O segundo capítulo detalha o tema da poupança abordando o conceito de mercado financeiro e a sua segmentação e a caracterização dos principais produtos financeiros, assim como, as características a ter em conta na escolha dos mesmos.

O terceiro capítulo engloba a poupança em Portugal tendo especial atenção para a análise macroeconómica, a inclusão e compreensão financeira e a cultura financeira da população portuguesa.

O quarto capítulo incorpora a análise de alguns estudos relevantes na área da literacia financeira, onde estão evidenciados os factores determinantes no conhecimento de poupança dos estudantes universitários. Está subdividida em quatro estudos internacionais e o estudo nacional de literacia financeira do Banco de Portugal.

A segunda parte da dissertação engloba todos os aspectos metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste estudo. São identificados o problema e objectivos, o modelo e hipóteses, a população, o método de amostragem e a amostra, o instrumento de recolha de dados e, para terminar, o processo de recolha e tratamento de dados.

Na terceira parte estão apresentados os resultados do estudo realizado. Primeiramente, detalha-se a análise descritiva de cada dimensão de estudo, com especial atenção para os resultados do conhecimento de poupança. De seguida, analisam-se as relações do conhecimento de poupança com as características de cada dimensão do estudo.

Para finalizar, na última parte evidenciam-se as principais conclusões deste estudo, assim como, as respectivas limitações e sugestões para investigações futuras.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura pretende dar base teórica essencial aos objectivos que o presente estudo pretende atingir. Primeiramente são apresentados os conceitos de literacia financeira e de poupança. Seguidamente é dada uma especial atenção à poupança no contexto dos estudantes universitários. Por último, são analisados alguns estudos relevantes sobre literacia financeira, com destaque para os que incluem a vertente da poupança e jovens universitários.

2.1 Literacia Financeira

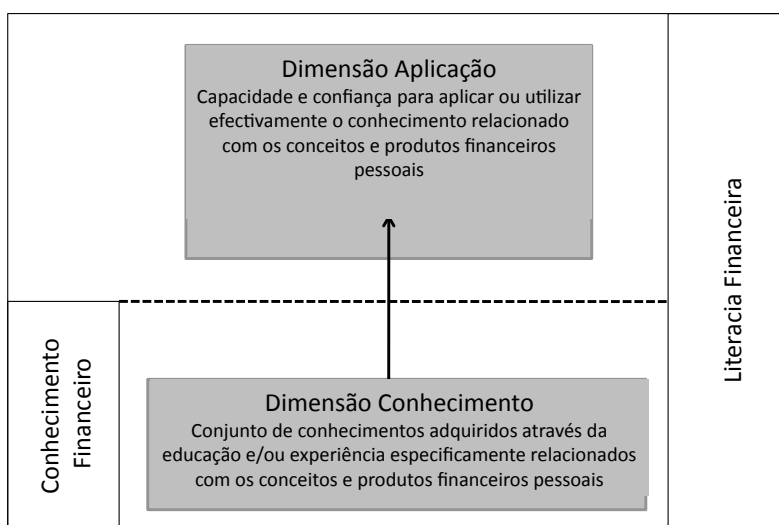
A literacia financeira é um requisito importante para o funcionamento eficaz da sociedade actual, melhorando o seu bem-estar geral e económico e apoiando a inclusão social (ANZ, 2008).

A literacia financeira é um conceito bastante amplo. Várias entidades como, por exemplo, autoridades públicas, especialistas na área das finanças e também organizações defensoras dos consumidores, têm descrito pobremente a literacia financeira como conhecimentos, habilidades, confiança e motivação necessárias para gerir eficazmente o dinheiro (Remund, 2010). No entanto, a literacia financeira não é um conceito tão simples e vago.

2.1.1 Enquadramento

A definição conceptual mais citada nos diversos estudos nacionais importantes nesta área (Banco de Portugal, 2011 – Portugal; ANZ, 2008 – Austrália) corresponde a um conceito onde a literacia financeira é apresentada como a capacidade para fazer julgamentos informados e para tomar decisões no que diz respeito ao uso e gestão do dinheiro (Schagen, 1997). Deste conceito torna-se evidente que a literacia financeira possui duas grandes dimensões (Figura 1): o conhecimento/compreensão (*knowledge*) dos conceitos financeiros e as habilidades/uso (*skills*) para aplicar esses conhecimentos (Huston, 2010). Só a conjunção das duas permite fazer escolhas eficazes para aumentar o bem-estar financeiro individual e da sociedade (PISA, 2010; The World Bank, 2009; Jump\$tart, 2011).

Figura 1: Conceito de Literacia Financeira



Fonte: adaptado de Huston (2010)

Remund (2010), analisou diversas publicações desde 2000 e concluiu que existem cinco dimensões que permitem enquadrar as diversas definições conceptuais de literacia financeira:

- (1) conhecimento de conceitos financeiros;
- (2) capacidade para comunicar sobre os conceitos financeiros;
- (3) aptidão em gerir as finanças pessoais;
- (4) habilidade para tomar decisões financeiras apropriadas e
- (5) confiança no planeamento eficaz para futuras necessidades financeiras.

No entanto, outros autores aprofundaram mais o conceito de literacia financeira e acrescentaram mais dimensões:

- (6) motivação para procurar informações e conselhos financeiros (PISA, 2010);
- (7) confiança para avaliar riscos e oportunidades (The World Bank, 2009);
- (8) capacidade de prevenir o sobreendividamento (Banco de Portugal, 2011).

Em Portugal, o Banco de Portugal (2011) sublinha que a literacia financeira tem um papel importante no apoio, quer das decisões financeiras mais complexas, quer das decisões do quotidiano. Assim, o seu conceito vai além dos conhecimentos sobre matérias financeiras, envolvendo também a forma como esses conhecimentos afectam os comportamentos e atitudes dos cidadãos no momento da tomada de decisões.

No primeiro estudo profundo sobre literacia financeira realizado em Portugal, o Banco de Portugal (2011) analisa a população portuguesa em cinco dimensões de estudo: inclusão financeira, gestão de conta bancária, planeamento de despesas e poupança, escolha de produtos bancários e compreensão financeira. Já o estudo PISA (2012) define como dimensões de estudo da literacia, o dinheiro e as suas transacções, planeamento e gestão das finanças pessoais, risco e rendibilidades dos produtos financeiros e contexto financeiro (situação financeira).

Outros estudos sobre literacia financeira, de cariz mais específico, estudam apenas algumas dimensões de estudo mais específicas. Por exemplo, Chen & Volpe (1998) incidem sobre poupança, empréstimos, seguros e investimento; Peng *et al.* (2007) incluem conhecimento financeiro, poupança, educação financeira, experiência financeira, rendimentos e heranças; Van Rooij *et al.* (2007) avaliam os conhecimentos financeiros básicos e avançados sobre investimento; e Mandell (2008) analisa rendimentos, gestão do dinheiro, poupança, gastos e crédito.

Todos estes estudos apresentam uma especial evidência em questões relacionadas com a poupança. Os resultados do inquérito à literacia financeira da população portuguesa mostram a relevância de sensibilizar a população para a importância da poupança como forma de acumulação de riqueza necessária para a obtenção de objectivos a médio e longo prazo (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2011).

A complexidade e a interacção das diferentes dimensões da literacia financeira leva a que seja fundamental promover a educação financeira.

2.1.2 Educação financeira

Elevados níveis de literacia financeira vão permitir que as pessoas tomem decisões informadas e confiantes em todos os aspectos das suas finanças pessoais, entre eles orçamentação, gastos, poupança e planeamento para o futuro, bem como o uso de produtos e serviços financeiros (ANZ, 2008).

O agravamento da situação financeira, associado ao forte clima de instabilidade financeira que se vive actualmente, leva as famílias a possuírem uma menor margem de erro nas

decisões financeiras que tomam e no planeamento financeiro que desenvolvem. Como tal, é necessário fazer-lhes chegar toda a informação útil que lhes possa desenvolver os conhecimentos e as capacidades financeiras para tomarem decisões acertadas e, assim, garantirem uma segurança financeira, presente e futura, e evitar correrem riscos de sobreendividamento. Em suma, é necessária a promoção da educação financeira.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), através do seu projecto em educação financeira, define esta como “o processo pelo qual os consumidores/investidores melhoram a sua compreensão sobre os produtos e conceitos financeiros e, através de informação, instrução e/ou aconselhamento objectivo, desenvolvem habilidades e confiança para tomarem consciência de riscos e oportunidades (financeiras), para fazerem escolhas informadas, para saberem onde obter ajuda e para tomarem outras acções efectivas para melhorar o seu bem-estar e a sua protecção financeira”¹ (OCDE, 2009:2).

Com base nos resultados do inquérito à literacia financeira da população portuguesa, foi criado o Plano Nacional de Formação Financeira para os anos de 2011 a 2015, um instrumento que define as bases de orientação para o desenvolvimento da inclusão e formação financeira, com base num levantamento de necessidades existentes nestas áreas, através de inquéritos, portais de internet, conferências, seminários, *etc.*, desenvolvidos por entidades dos sectores público e privado (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2011).

Este plano tem como objectivo elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e visa promover a adopção de comportamentos financeiros adequados, actuando para aumentar o bem-estar da população portuguesa e a estabilidade do sistema financeiro. Destina-se à população em geral, embora tenha uma atenção especial em alguns grupos populacionais: estudantes do ensino básico e secundário, estudantes universitários, trabalhadores e grupos vulneráveis, como é o caso dos desempregados, imigrantes, reformados com baixos níveis de rendimento e jovens sem escolaridade obrigatória (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2011). Por conseguinte, denota-se uma grande preocupação em elevar a literacia

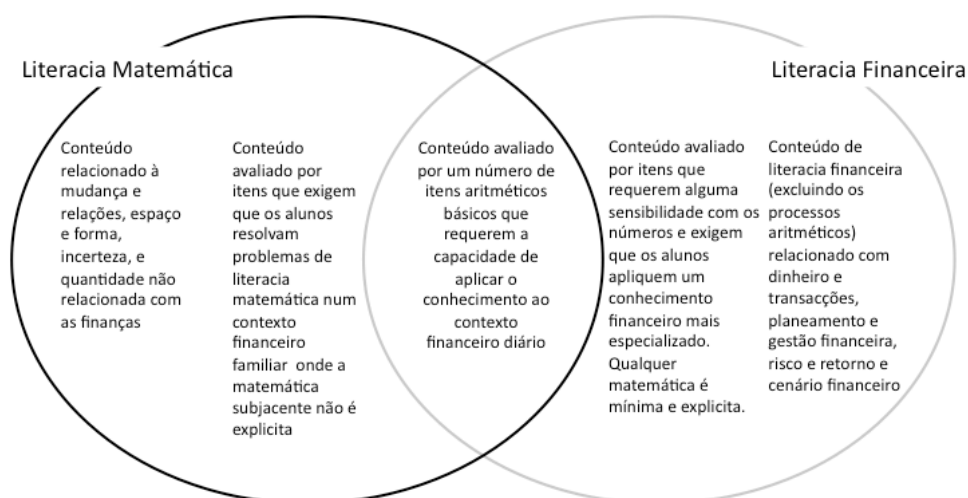
¹ Tradução de “*Financial education is the process by which financial consumers/investors improve their understanding of financial products and concepts and, through information, instruction and/or objective advice, develop the skills and confidence to become aware of (financial) risks and opportunities, to make informed choices, to know where to go for help, and to take other effective actions to improve their financial well-being and protection.*”

financeira dos jovens portugueses, que, são os principais tomadores de decisões financeiras no futuro.

A educação financeira deveria iniciar-se nos jovens. As escolas deveriam fornecer um nível básico de literacia financeira para ajudar os jovens nas suas relações com os complexos mercados financeiros (Lusardi & Mitchell, 2009). Por exemplo, Chen & Volpe (1998) concluíram que os conhecimentos em finanças pessoais nos estudantes universitários norte americanos eram inadequados, sendo a principal razão a falta de educação financeira nos seus currículos universitários e, evidentemente, também ao nível do ensino básico e secundário. Mais recentemente, Peng *et al.* (2007) também obtiveram resultados muito pobres no teste de conhecimento sobre poupança e investimentos, no estudo ao mesmo segmento da população. Apesar da constatação de Chen & Volpe ser de 1998, parece evidente que as autoridades americanas não tiveram em consideração esses resultados pelo que o estudo de Peng *et al.* em 2007 volta a concluir a existência de grandes lacunas no conhecimento financeiro neste segmento populacional.

Associados à literacia financeira existem outros domínios de conhecimento. De facto a literacia matemática é considerada uma condição necessária para a obtenção de um bom nível de literacia (PISA, 2010), pois existem aspectos na literacia financeira relacionados com cálculo mental, estimação e avaliação da razoabilidade dos números, que são proficiências elementares da matemática (Figura 2).

Figura 2: Importância da matemática financeira na literacia financeira



Fonte: retirado de Pisa (2010:25)

Por outro lado, também a leitura e o vocabulário, através da capacidade de ler e interpretar a linguagem dos documentos financeiros são considerados uma parte importante da literacia financeira (PISA, 2010).

A criação de programas de educação financeira desenvolvidos especificamente para aumentar a literacia financeira é vista como uma solução para aliviar os problemas financeiros que os indivíduos e as famílias enfrentam (Huston, 2010).

Existem inúmeras vantagens para uma pessoa financeiramente letrada, entre as quais se pode distinguir a capacidade de planear e gerir o orçamento familiar de forma mais eficiente, possuir o conhecimento de produtos financeiros e da linguagem a eles associada e, assim, ter a capacidade e maior facilidade em tomar decisões informadas e fazer escolhas acertadas, em prevenir ou lidar com cenários de instabilidade financeira e de situações pessoais inesperadas (doença, desemprego, divórcio, *etc.*) e em conseguir um melhor relacionamento com as instituições financeiras (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2011).

Com base no seu estudo sobre o impacto da educação financeira, Peng *et. al* (2007) sustentou que o conhecimento está associado às experiências financeiras, sendo que os níveis de conhecimento aumentam quanto maior forem as experiências financeiras associadas. Ou seja, não basta a educação, também a experiência pode ser útil para a literacia financeira.

Os projectos de literacia financeira para os estudantes universitários passam por introduzir a formação financeira nos cursos. As áreas temáticas a ter em conta no educação financeira de poupança nos estudantes universitários passam por desenvolver conteúdos mais aprofundados sobre as características dos produtos financeiros existentes no mercados, abordar temas como a relação entre a rendibilidade esperada e o risco, o fundamento dos mercados financeiros e o investimento em produtos financeiros complexos (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2011).

2.2 Poupança

Saber e ter capacidade para poupar e aplicar essas poupanças são factores essenciais para o bem-estar financeiro do indivíduo e/ou das famílias. A poupança é uma dimensão chave da literacia financeira, pela qual surge como um elemento indispensável no estudo dos conhecimentos financeiros dos indivíduos. Neste contexto, o conhecimento do mercado financeiro, o principal impulsionador da realização de poupanças e gerador de investimentos, é fundamental.

2.2.1 Poupança e investimento – conceitos base

A poupança corresponde à diferença positiva entre o rendimento disponível (rendimento depois de impostos e encargos) e os gastos de consumo. Se esta diferença for negativa designa-se por endividamento. Um indicador para avaliar o nível de poupança é a taxa de poupança que corresponde à percentagem do rendimento disponível que não é gasta em consumo ou investimento e é determinada pelo rácio entre a poupança e o rendimento disponível.

Quando os indivíduos conseguem poupar, devem então investir essas poupanças. Um investimento representa uma aplicação de recursos, geralmente dinheiro, com o objectivo de obter um determinado rendimento. O rendimento corresponde aos fluxos financeiros gerados por esse investimento durante um determinado horizonte temporal. Os rendimentos mais comuns associados ao investimento assumem as seguintes formas: juros, dividendos e mais-valias (Instituto de Formação Bancária, 2005).

No contexto da literacia financeira o investimento não é mais do que uma estratégia de aplicação de poupanças tendo em vista a sua rentabilização. Assim, para se estudar os conhecimentos de poupança de uma população, é necessário incluir as principais características dos produtos de investimento.

Existem dois conceitos essenciais que estão associados ao tema da poupança e investimento: a rentabilidade e o risco. A rentabilidade é a taxa de rendimento gerada pelo investimento durante um determinado período de tempo e o risco representa a incerteza relativa à obtenção de rentabilidades futuras (CMVM, 2005).

Para fomentar a poupança e o investimento, o Mercado Financeiro é um elemento essencial e o seu conhecimento, por parte dos indivíduos, é um factor chave para uma boa gestão das finanças pessoais.

2.2.2 Mercado Financeiro

O mercado financeiro é o conjunto de instrumentos, mecanismos e instituições que asseguram a captação de poupanças dos agentes económicos excedentários, ou seja, agentes com capacidade de financiamento que estão dispostos a emprestar a sua poupança, e, por outro lado, a afectação dessas poupanças a financiamento dos agentes económicos deficitários.

As instituições que asseguram o encontro entre agentes excedentários e deficitários correspondem ao sistema financeiro. As principais instituições do sistema financeiro são as seguintes: bancos, bolsas, entidades de supervisão, sociedades gestoras de fundos de investimento, fundos de pensões e patrimónios e, por último, sociedades de leasing.

Os instrumentos são os produtos financeiros, as operações e serviços bancários e os mecanismos são os procedimentos e circuitos inerentes a qualquer mercado, ou seja, aqueles que asseguram o encontro entre as intenções dos seus intervenientes (a oferta, a procura e o preço negociado) (Instituto de Formação Bancária, 2005).

2.2.3 Escolha de produtos financeiros

O mercado português e de âmbito mundial oferecem inúmeras opções para aplicar/investir o dinheiro. Os principais produtos financeiros disponíveis, que serão utilizados no presente estudo são: (1) depósitos a prazo, (2) certificados de aforro, (3) obrigações, (4) acções, (5) fundos de investimento (abordagem geral e fundos de investimento em tesouraria), (6) planos poupança reforma e educação e (7) produtos derivados.

1) Os depósitos a prazo são aplicações oferecidas por instituições bancárias, com um risco praticamente nulo. Apenas em casos extremos (por exemplo, falência) o cliente pode perder o dinheiro investido. Os rendimentos são periódicos, com prazos estabelecidos no momento inicial, tendo por base uma taxa de juro acordada que pode ser fixa ou variável, ou seja, está condicionada pelo prazo, pelo montante investido, pelo tipo de contrato ou pela instituição

bancária. Não existem custos directos associados, no entanto, podem existir encargos, e o montante aplicado pode ser movimentado a qualquer altura (liquidez), sob penalização de se perder o valor dos juros. A sua principal característica é ser um produto de maior segurança (DECO Proteste, 2004).

2) Os certificados de aforro são instrumentos de dívida criados com o objectivo de captar a poupança das famílias, tendo como característica primária o facto de serem distribuídos a retalho e terem montantes mínimos reduzidos de subscrição. Estes não são transmissíveis e só podem ser emitidos a favor de particulares (IGCP, 2012). Os riscos dos certificados de aforro são reduzidos, estando apenas dependente da instabilidade financeira do estado Português. Os rendimentos têm uma actualização trimestral (pagamento de juros por trimestre). O reembolso pode ser feito a qualquer momento, portanto, têm um grau de liquidez elevado. Não existem custos associados.

3) Os empréstimos obrigacionistas consistem na obtenção de fundos directamente junto de quem está disposto a investir. As obrigações são os títulos de crédito representativos de fracções desses mesmos empréstimos. Podem ser emitidas por diversas entidades, como empresas, instituições, e até mesmo pelo Estado (Obrigações do Tesouro) (Instituto de Formação Bancária, 2005). O reembolso é feito no final do empréstimo obrigacionista e as opções de reembolso antecipado são uma característica que só existe quando expressamente prevista nas condições de emissão das obrigações. O seu risco pode variar consoante o emitente da obrigação mas, para este estudo, considerou-se ser um produto com grau de risco médio e inferior ao grau de risco das acções (DECO Proteste, 2004).

4) As acções têm um risco muito elevado devido às constantes flutuações de preço. O rendimento deriva de dividendos ou mais-valias geradas. A sua liquidez depende de diversos factores como, por exemplo, uma venda efectuada em grande quantidade influencia negativamente a cotação. As acções acarretam custos que implicam o pagamento de diversos tipos de comissões (DECO Proteste, 2004). Derivado do seu risco elevado, é um produto destinado a obter maiores valorizações a longo prazo (DECO Proteste, 2012).

5) Os fundos de investimento são um património autónomo, composto pela aplicação de poupanças individuais ou colectivas em valores mobiliários ou imobiliários, pertencentes a uma pluralidade de pessoas. Ao nível da segurança é necessário ter em conta que existe a

possibilidade do fundo falir ou o risco do investidor obter um rendimento inferior ao esperado, podendo assim perder parte do capital investido, o que torna o rendimento o factor instável (DECO Proteste, 2012). O grau de liquidez difere consoante o tipo de fundo. Se o fundo for aberto existe facilidade de reembolso e, no caso do fundo fechado, terá de existir alguém a pagar o que pretende. Tem associados diversos custos directos e indirectos. Existem diversos fundos de investimento, entre eles os fundos de investimento em tesouraria, compostos sobretudo por produtos de enorme liquidez (ex: depósitos a prazo) e têm como uma das suas principais características a sua maior segurança, pois são produtos de curto prazo e de risco reduzido. Por outro lado existem os fundos de acções, compostos sobretudo por acções e são um fundo de investimento de risco mais elevado (DECO Proteste, 2004).

6) Os Planos Poupança Reforma (também designados por PPR) podem ter a forma de seguros ou de fundos de investimento. Um investimento em PPR é simples, o aforrador tem de entregar uma determinada quantia, geralmente periodicamente, a uma companhia seguradora ou a uma sociedade gestora de fundos de pensões ou de fundos de investimento (entidades que podem gerir os PPR). São produtos que não têm um nível de risco demasiado elevado, dependendo do tipo de PPR escolhido (para o presente estudo, foram considerados ao PPR de risco baixo). O subscritor pode exigir, a qualquer momento, o dinheiro aplicado, contudo, está sujeito a um conjunto de regras para usufruir dos benefícios fiscais. Existe algumas comissões associadas a este tipo de produto (DECO Proteste, 2012) .

7) Os produtos derivados (por exemplo, *warrants*) são negociados no mercado a prazo (contrata-se hoje mas só se entrega amanhã). Um investimento deste género implica um conhecimento aprofundado do produto em causa, pois permite a implementação de estratégias de investimento bastante mais elaboradas, estando, por isso, sujeitos a controlos apertados e a maiores restrições. As cotações variam diariamente, sendo por isso produtos que assumem riscos elevados (DECO Proteste, 2012).

2.2.4 Segmentação dos Mercados Financeiros

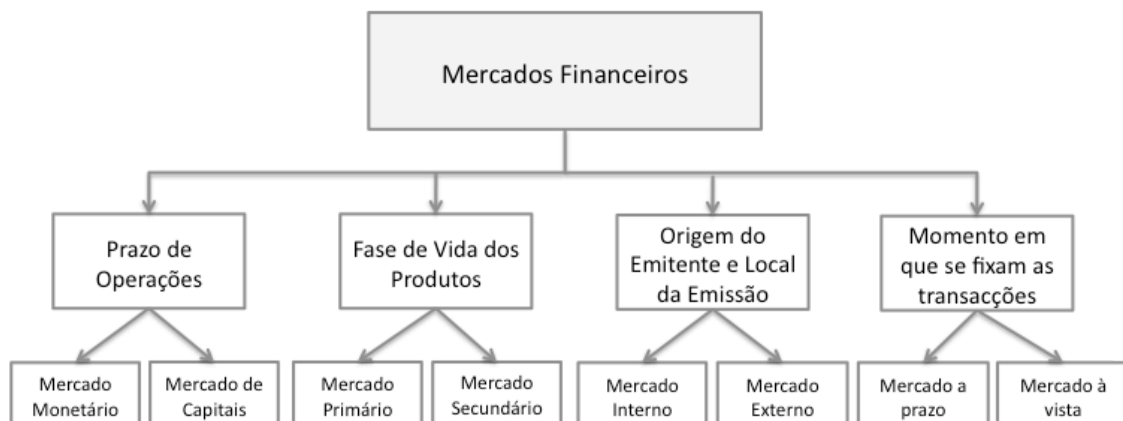
Os mercados financeiros sofreram enormes alterações nas últimas três décadas. A velocidade da mudança tem impulsionado a luta dos participantes no mercado para se ajustarem a uma concorrência cada vez maior e à inovação constante. As grandes forças desta mudança basearam-se no crescente evoluir da tecnologia, na desregulamentação dos mercados

mundiais que tem sido acompanhada pela liberalização das regras que regem a participação nestes. A liberalização conduziu à consolidação, com fusões de empresas que procuram usufruir de economias de escala ou até entrar noutras áreas da actividade financeira.

Toda esta evolução levou a que a maioria das grandes empresas financeiras seja altamente internacionalizada e desenvolva negócios nos principais centros financeiros do mundo. Como tal, o fenómeno da globalização afectou também o mercado financeiro transformando-o em algo bastante complexo (Levinson, 2005).

A complexidade dos mercados financeiros revela-se, por exemplo, na sua segmentação consoante diferentes critérios: prazo de operações, fase de vida dos produtos, origem do emitente e local da emissão e momento em que se fixam as transacções (Figura 3).

Figura 3: Segmentação dos Mercados Financeiro



Fonte: adaptado de Instituto de Formação Bancária (2005)

O primeiro critério de segmentação é o prazo das operações. Aqui, divide-se em mercado monetário, constituído por todas as operações de curto prazo (até um ano), e em mercado de capitais, constituído por todas as operações de médio e longo prazo (superior a um ano) (Instituto de Formação Bancária, 2005). Os fundos de investimento em tesouraria são um bom exemplo de operações de curto prazo. Por outro lado, as Obrigações do Tesouro a 10 anos são um exemplo de operações de longo prazo.

Relativamente à vida dos produtos, o mercado divide-se em mercado primário, onde se realiza a emissão e subscrição dos produtos financeiros e o mercado secundário, onde estes são transaccionados. Exemplificando, a emissão de obrigações de uma empresa e correspondente

subscrição por parte dos investidores efectua-se no mercado primário (Instituto de Formação Bancária, 2005). A compra de acções de uma empresa em bolsa representa uma operação do mercado secundário.

Quanto à origem do emitente e local da emissão, existe o mercado interno (emissão e transacção no país, e o mercado externo (emissão e transacção englobando diversos mercados). Neste caso, são exemplos a emissão e transacções de acções da EDP em Portugal é um exemplo de mercado interno, e a emissão de obrigações do tesouro federal norte-americano em dólares no Reino Unido é um exemplo de mercado externo (Instituto de Formação Bancária, 2005) .

Por fim, o segmento relativo ao momento em que se fixam as condições de uma transacção separando-se em mercado a prazo (onde a fixação do negócio ocorre num momento anterior à transacção), e mercado à vista (onde o momento de fixação do negócio e o momento de transacção coincidem) (Instituto de Formação Bancária, 2005). Os produtos derivados são exemplo de mercado a prazo e a compra de acções na bolsa de valores é um exemplo de mercado à vista.

2.2.5 Rendibilidade e risco

No início do capítulo foram referidas as definições de rendibilidade e risco. São dois dos principais factores a ter em conta na aplicação das poupanças e que muitas vezes só se tem em consideração a rendibilidade proporcionada pelos produtos financeiros. No entanto, existem vários tipos de risco associados aos produtos financeiros, que é fundamental conhecer, e também qual a relação entre rendibilidade esperada e risco.

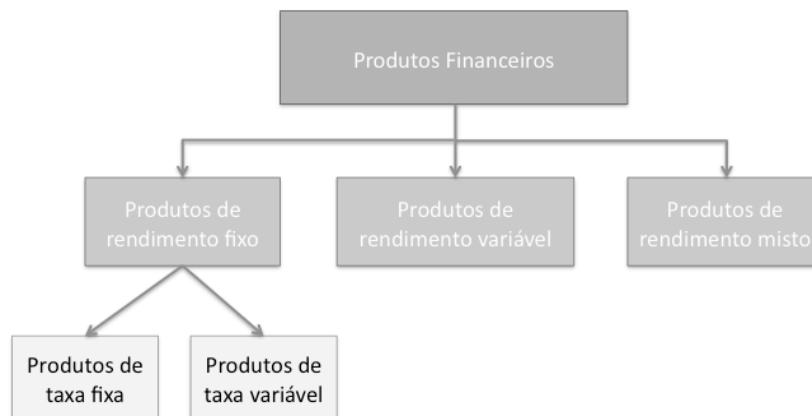
O objectivo de qualquer investidor é aumentar o seu nível de riqueza. Cada investidor tem diferentes comportamentos e atitudes em relação ao risco – o seu perfil de risco. Ao investir, é importante considerar se o investidor está ou não confortável com a possibilidade de perder dinheiro, se o investidor é ou não sensível a fluxos monetários altamente variáveis e se o investidor está disposto a aumentar o nível de risco para obter maiores rendibilidades (Instituto de Formação Bancária, 2005). Consequentemente, os objectivos de poupança estão associados ao perfil de risco tomado. O que distingue os investidores é o nível de risco que estes estão dispostos a assumir para aumentarem a sua riqueza. Por exemplo, alguém que

pretenda poupar dinheiro para despesas de curto prazo, deverá investir em produtos com prazos e riscos menores associados, e quem poupa numa perspectiva de longo prazo, poderá investir em produtos com maior risco e, com isso obter maiores rendibilidades esperadas.

Relativamente ao rendimento, os produtos financeiros dividem-se em três grupos (Figura 4):

- Os produtos de rendimento fixo são activos onde a rendibilidade é conhecida à partida, e desde a data de emissão – exemplo: os depósitos a prazo, na sua maioria (Produtos Bancários, 2010). Nestes produtos é necessário saber diferenciar produtos de taxa fixa e produtos de taxa variável.
 - Os produtos de taxa fixa são instrumentos financeiros em que os fluxos são pré-determinados não só em termos nominais mas também em termos quantitativos, onde a taxa é conhecida e mantém-se estável desde o momento inicial até à maturidade (Instituto de Formação Bancária, 2005);
 - Nos produtos de taxa variável apenas são pré-determinados os fluxos em termos temporais. A taxa de juro do produto tem associado um indexante (por exemplo, a taxa Euribor), que é variável ao longo do tempo de vigência da aplicação (Instituto de Formação Bancária, 2005).
- Os produtos de rendimento variável são activos onde não existe o estabelecimento prévio dos fluxos de remuneração, quer em termos temporais, quer em termos quantitativos. A rendibilidade é influenciada por factores geralmente externos à opção de investimento – exemplo: regra geral, os fundos de investimento (Depósitos Bancários, 2010).
- Os produtos de rendimento misto são activos que têm os seus fluxos financeiros associados a uma componente de rendimento fixo e a outra de rendimento variável (Instituto de Formação Bancária, 2005).

Figura 4: Esquema dos tipos de produtos financeiros



Fonte: adaptado de (Instituto de Formação Bancária, 2005)

No que respeita ao risco, existem diversos tipos de risco: global, subdividido em específico e sistemático, e de mercado. Existem outros tipos de risco que são subcategorias destes.

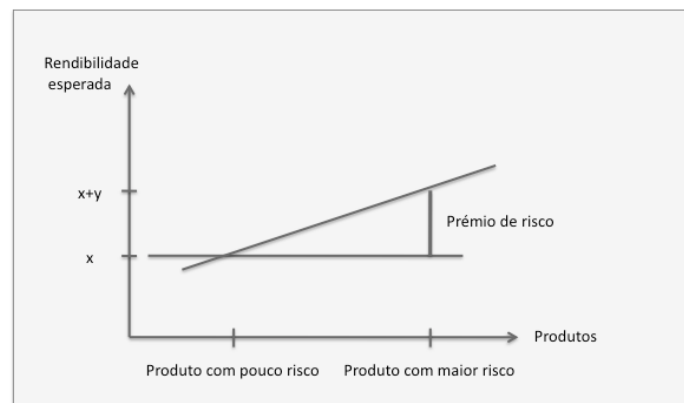
O risco global de um investimento num produto financeiro corresponde à possibilidade de divergência entre a rendibilidade inicialmente esperada por um investidor e a rendibilidade que este investidor vem efectivamente a obter no final (Instituto de Formação Bancária, 2005). Este é subdividido em: risco específico e risco sistemático.

- O risco específico reflecte as particularidades de um dado produto financeiro, distinguindo-o dos restantes produtos. Incorporado neste, o risco de crédito é o risco que resulta de variações na capacidade financeira do emitente. Por exemplo, os títulos do Estado têm menor risco de crédito, uma vez que um Estado tem um risco muito reduzido de falência. O *rating* é uma medida de avaliação do risco de crédito de determinado emitente. Ou seja, este risco não tem a ver com a rendibilidade do produto, mas sim com a possibilidade do investidor não receber o capital investido ou os rendimentos gerados pelo produto financeiro em que investiu (Instituto de Formação Bancária, 2005);
- O risco sistemático, que está relacionado com os factores relativos ao mercado em que o produto é transaccionado, pode assumir diferentes vertentes, tais como: risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de poder de compra, risco político, risco de tempo, risco cambial (Instituto de Formação Bancária, 2005).

Por último, o risco do mercado é constituído por todos os produtos financeiros de todos os sectores de actividade do mercado.

A relação entre rendibilidade esperada e risco é directa, pois quanto maior o risco, maior a rendibilidade esperada (Figura 5). O prémio de risco é a diferença entre a rendibilidade esperada do activo e a rendibilidade de um activo sem risco.

Figura 5: Relação entre o risco e rendibilidade esperada



Fonte: retirado de (Instituto de Formação Bancária, 2005)

2.2.6 Critérios de avaliação de um investimento em produtos financeiros

Existe um vasto conjunto de critérios de avaliação que o investidor tem de ter em conta, e que se resumem em: segurança, rendimento e liquidez (DECO Proteste, 2004).

A segurança corresponde à garantia de que o investidor recupera, pelo menos, a totalidade do dinheiro aplicado. A solvabilidade da instituição financeira, a protecção legal que podem beneficiar os investidores e a natureza da aplicação são os factores fundamentais, para uma maior segurança. Por exemplo, quando se deposita dinheiro num banco, estabelece-se um contrato entre o investidor e a instituição bancária, que garante o reembolso da totalidade do dinheiro investido (segurança contratual). No entanto, essa garantia não é absoluta e está dependente da solidez da instituição, ou seja, o banco pode vir a falir (risco de crédito). Como tal, em caso de problemas deste género, existe o Fundo de Garantia de Depósito que tem a missão de garantir o reembolso do valor global dos saldos em dinheiro de cada depositante, desde que o valor não ultrapasse os 100 mil euros (Fundo de Garantia dos Depósitos, 2012). Para além deste, existe o risco da natureza própria da aplicação financeira, ou seja, se o produto contratado tem ou não flutuações de valor significativas. Por exemplo, as acções são um produto cujo valor flutua diariamente e o investidor não sabe quanto vai ganhar ou perder

(risco de capital). Cada produto financeiro tem o seu risco associado, sendo uns mais fáceis de detectar que outros (Anexo A1) (DECO Proteste, 2008).

A liquidez resume-se à facilidade de reaver o dinheiro aplicado a qualquer momento, de modo a dispor dele livremente, ou seja, o tempo e/ou o custo de conversão de um título em dinheiro (DECO Proteste, 2004). Apesar da facilidade, existem produtos que não possuem liquidez imediata, pelo que os clientes terão que aguardar algum tempo para reaver o dinheiro investimento (Produtos Bancários, 2010). Por exemplo, um depósito a prazo é um produto bancário que na sua generalidade possui liquidez imediata (excepto os produtos com prazos mínimos de permanência). Já no caso das acções, a sua liquidez está dependente da sua rapidez de venda (sem influenciar significativamente a sua cotação).

O critério do rendimento corresponde aos fluxos financeiros gerados pelo investimento, podendo ser fixo, variável ou misto, e é o principal objectivo de quem investe. No entanto, existem alguns factores que afectam a rentabilidade dos produtos e que o nem sempre o investidor tem em conta. Para começar, os rendimentos (exemplo: juros nos depósitos a prazo e certificados de aforro) ou mais-valias (exemplo: ganhos sobre venda de acções ou obrigações) são tributados (sujeitos a imposto) pelo Estado, como tal, a fiscalidade é um factor a ter em conta (DECO Proteste, 2010). As comissões também são um aspecto importante. Os produtos bancários geralmente cobram comissões inerentes aos movimentos realizados pelo cliente, como tal, é essencial que o cliente conheça o preçário disponibilizado por cada instituição bancária. Também o inflação pode prejudicar o rendimento dos produtos. Por exemplo, a TANB (taxa anual nominal brutal) é a taxa de juro apresentada geralmente pelos bancos cujo imposto ainda não foi retirado. As taxas líquidas têm em conta o valor do imposto. O problema das taxas de juro nominais é que não têm em conta o valor da inflação. Exemplificando, um depósito a prazo com uma TANB de 3%, e cuja inflação desse ano se tenha ficado em 4%, não é rentável, ou seja, em termos reais ao investir nesse depósito está-se a perder dinheiro (DECO Proteste, 2012).

Para verificar que as comissões podem ter um impacto significativo na rentabilidade, é demonstrado o seguinte exemplo (Santos & Laureano, 2003):

Considerando os seguintes dados, indique o valor da taxa de rentabilidade não considerando o valor das comissões e, seguidamente, considerando as comissões.

Dados:

Comissão variável sobre o valor de transacção: 0,45%

Comissão fixa: € 5

Valor de aquisição de acção: €2,25

Valor de venda no final do ano: €2,50

Número de acções: 29.214

Dividendo a distribuir no final do ano: € 0,05

A taxa de rendibilidade do investimento ao final de um ano, não considerando as comissões, dada pelo quociente entre o lucro obtido e o valor investido foi de 13,333%.

Considerando as comissões, a taxa de rendibilidade efectiva anual obtida foi de 12,312%. O impacto das comissões, que parecia ser mínimo, fez com que o valor da taxa de rendibilidade decrescesse mais de 1%.

2.3 A poupança em Portugal

“Poupar com objectivos bem definidos e investir com uma estratégia é o caminho mais curto para alcançar os seus sonhos” (Banco Best, 2006:12). A poupança é um elemento indispensável na vida dos jovens portugueses, não só focado na sua segurança financeira num cenário cada vez mais instável como também para a realização dos objectivos futuros dos mesmos, incluindo garantir uma reforma com as mesmas condições de vida que a vida profissional proporcionou.

O cenário macroeconómico do país afecta a poupança e a sua efectiva concretização, havendo cada vez mais dificuldade por parte das famílias em poupar. A compreensão da importância da poupança torna-se assim fundamental para que os jovens, principalmente estes, consigam efectivamente poupar e garantir o seu futuro quando algum acontecimento inesperado interromper a sua actividade profissional ou quando a idade da reforma chegar. A sensibilização dos jovens para a importância da poupança como forma de fazer face as despesas ocasionais ou imprevistas e para criarem responsabilidades individuais na poupança são aspectos importantes para a melhoria das condições de vida a longo prazo (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2011).

2.3.1 Enquadramento macroeconómico da poupança

Para focar mais aprofundadamente o tema da poupança, é essencial um enquadramento macro recorrendo a alguns indicadores económicos e sociais que têm impacto (directo ou indirecto) na poupança.

Mais concretamente, os factores que mais influenciam a poupança da população portuguesa são o Produto Interno Bruto (PIB), nomeadamente o seu crescimento, a taxa de inflação e a taxa de desemprego. Na Tabela 1 são apresentados estes indicadores para os anos de 2010 e 2011.

Tabela 1: Análise macroeconómica de Portugal

INDICADORES ECONÓMICOS	PIB (TVH² %)	TAXA DE INFLAÇÃO (TVH %)	TAXA DE DESEMPREGO
2010	1,4	1,4	10,8
2011	-1,9	3,7	12,7
Previsão para 2012	-2,8	3,2	14,8 (crescente)

Fonte: Ministério das Finanças (2011) e Economia e Finanças (2012)

O PIB é a variável mais importante da economia de um país, representando a totalidade da produção de bens e serviços num determinado período de tempo. A variação do PIB português ajuda a demonstrar o período de crise que o país atravessa. Este facto tem causado instabilidade nos mercados financeiros o que tem provocado o aumento do risco dos produtos financeiros, tendo levado alguns investidores a perdas avultadas. Em 2010, a taxa de variação do PIB foi de 1,4% mas as previsões para 2011 e 2012 apontam para uma taxa de variação negativa, de -1,9% e -2,8%, respectivamente (Ministério das Finanças, 2011).

A taxa de inflação em Portugal disparou em 2011 para 3,7% face ao valor registado em 2010 (1,6%), prevendo-se para 2012 uma subida dos preços de 3,2% (Economia e Finanças, 2012). A inflação é bastante importante para as poupanças, porque, por exemplo, um produto que tenha uma taxa de juro anual nominal bruta de 2% e a taxa de inflação for nesse ano também de 2%, então a taxa de juro real do produto é nula, pelo que não foi ganho dinheiro (DECO Proteste, 2012). Ou seja, um investidor tem que estar ciente do impacto da inflação nas suas aplicações e conseguir diferenciar taxa de juro nominal de taxa de juro real.

² Taxa de variação homóloga

Outra variável económica que afecta, embora indirectamente, a poupança é a taxa de desemprego. A principal razão que leva a população a não fazer poupanças prende-se com o facto de o seu rendimento ser insuficiente (Banco de Portugal, 2011). Em 2010, a taxa de desemprego em Portugal encontrava-se nos 10,8%. O cenário, mais uma vez, mostra-se pouco animador tendo a taxa de desemprego em 2011 registado um aumento para 12,7% e, em 2012, encontra-se já nos 14,8%, sendo uma das taxas de desemprego mais altas da União Europeia.

Assim, pode-se concluir, através da análise macroeconómica destes três indicadores que a situação portuguesa e as suas previsões não são animadoras. O custo de vida está mais elevado, o desemprego está igualmente muito elevado, poupar torna-se uma missão difícil no contexto da gestão do orçamento das famílias.

Para além do cenário macroeconómico referido, existe outra preocupação futura na vida do jovens portugueses – a reforma. Relativamente ao peso das pensões na percentagem do PIB português entre 2000 e 2050, é esperado um aumento de 3,1% para 6,6% do PIB, causado essencialmente pelo envelhecimento geracional (Rodrigues & Silva, 2005). Recentes medidas, previstas no Decreto-Lei nº85-A/2012, aprovaram a suspensão das reformas antecipadas no sector público e privado para os trabalhadores inscritos na segurança social, o que pode reflectir a instabilidade financeira da Segurança Social (Economia e Finanças, 2012). Neste panorama difícil é imprescindível que os jovens, durante a sua vida activa, tenham a capacidade e o saber para poupar o suficiente para garantirem um rendimento adequado às suas necessidades durante os anos da reforma.

O Índice de Consciência Reforma (ICR), criado através de uma parceria entre o ISCTE-IUL e o Programa Consciência Leve do Grupo Caixa Geral de Depósitos, traduz-se numa orientação de vida que privilegia o equilíbrio entre atitudes e comportamentos centrados no presente e a sua sustentabilidade futura na idade da reforma. Pelos fracos resultados registados, o estudo realizado relevou que a sociedade portuguesa inicia qualquer tipo de poupança para a reforma tardiamente (Caetano, 2011).

2.3.2 Inclusão e compreensão financeira

O acesso a uma conta bancária é considerado o principal indicador de inclusão financeira. É um requisito essencial para o acesso a outros produtos e serviços bancários, reconhecido como um importante indicador de integração social. Em Portugal, o nível de escolaridade e de rendimento estão directamente associados ao número de contas bancárias, sendo a média de contas bancárias da população de 1,4 (Banco de Portugal, 2011).

A compreensão financeira é um indicador que pretende conhecer o conhecimento percebido da população. Temas como as áreas matemáticas (cálculos aritméticos, expressões/termos financeiros, linguagem utilizada em documentos institucionais, publicidade a produtos financeiros e Literacia Financeira, no geral, são essenciais para avaliar o conhecimento percebido quando se estuda os conhecimentos financeiros de uma população.

Em Portugal, como já referido, desenrola-se um plano com o objectivo de aumentar a educação financeira da população, pois os resultados do estudo à Literacia Financeira da população revelaram-se bastante inadequados (Banco de Portugal, 2011).

2.3.3 A cultura financeira associada à poupança

A concretização de poupanças tem associada uma cultura financeira. Esta inclui não só hábitos de procura de informação de cariz financeiro, como o hábito de efectuar o planeamento do orçamento familiar e o planeamento de poupanças.

2.3.3.1 Fontes de informação

Em Portugal existem diversas entidades com o objectivo de disponibilizar a melhor informação possível sobre os produtos financeiros aos clientes bancários. O estudo sobre a literacia financeira elaborado pelo Banco de Portugal (2011), concluiu que a principal entidade que tem o papel de fornecer esse tipo de informação são os próprios bancos. Para além destes, existem outras entidades cujos investidores podem consultar, tais como:

- Banco de Portugal, o banco central da República Portuguesa responsável, entre outras funções, pela supervisão das instituições financeiras (Banco de Portugal, 2009);

- Associações de consumidores, como a DECO, que prestam inúmeras funções onde se destacam o fornecimento da mais variada informação ao consumidor e prestação de apoio jurídico aos associados (DECO Proteste, 2011);
- Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) que também é uma entidade a ter em atenção pois é a responsável por regular e supervisionar os mercados de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados. Tem alguns objectivos, tais como proteger os investidores, regular o funcionamento dos mercados, controlar a informação e prevenir os riscos e actuações ilegais (CMVM, 2012).

Estas instituições, na medida em que prestam informações e resolvem problemas, são um elemento essencial para proteger os aforradores e investidores, contribuindo para um mercado financeiro transparente. O aconselhamento e informação é fundamental para melhorar o conhecimento sobre produtos e conceitos financeiros (OCDE, 2009).

Atendendo ainda aos resultados do estudo realizado pelo Banco de Portugal, conclui-se que são os prospectos/brochuras, a internet e a imprensa escritas os principais meios usados para obter informação sobre os produtos bancários. Relativamente aos tipos de informação consultados, há que referir que metade dos inquiridos acompanha regularmente notícias gerais sobre economia. Já a evolução das taxas de juro e a legislação e regulamentação sobre produtos bancários não é consultada tão frequentemente.

2.3.3.2 Planeamento de orçamento familiar

Actualmente, a constituição de poupanças está muito relacionada com uma gestão adequada do orçamento familiar, permitindo acumular riqueza e fazer face a situações imprevistas. Planear o orçamento pressupõe identificar os rendimentos e prever as despesas tendo em conta uma perspectiva a médio e longo prazo (Banco de Portugal, 2011).

A elaboração do orçamento familiar permite ter uma visão futura sobre o vasto conjunto de despesas, podendo tomar decisões antecipadas como a finalidade de as reduzir ou até pensar em assumir novos compromissos. Outra questão importante é a afectação do rendimento. Em contextos adversos (exemplo: crise financeira), nem sempre é fácil controlar totalmente este lado do orçamento. A gestão correcta do orçamento familiar está associada ao conhecimento financeiro não só em questões de planeamento como também em implicações futuras. Ou seja, num contexto de poupança, se um orçamento familiar for bem planeado e, a médio

prazo, assumir saldo positivo, o aforrador terá de pensar em investir, conforme os seus objectivos (Dolceta, 2010).

Existem diversos cursos de formação de planeamento de orçamento familiar. Para demonstrar a complexidade de como é planear um orçamento familiar, e que tipo de despesas incorpora, o Anexo A2 apresenta o exemplo de um orçamento pessoal mensal.

2.3.3.3 Planeamento de poupança

A decisão de poupar ou investir o dinheiro está bastante relacionada com os objectivos futuros, a idealização da felicidade, o investir nos sonhos (Banco Best, 2006). Existem diversas formas para realizar poupanças: reserva de segurança, aforro para investimentos futuros, poupança para a reforma, disponibilidade excedentária, entre outros.

Referindo novamente o estudo sobre a literacia financeira da população portuguesa, os resultados apuraram que somente metade dos inquiridos realiza poupanças, sendo que apenas um quinto destes poupa numa perspectiva de médio/longo prazo. São os jovens que mais destinam as poupanças a gastos de curto prazo. Relativamente às razões para poupar, a maioria dos entrevistados poupa para fazer face a despesas imprevistas ou não regulares, deixando para segundo plano as poupanças para educação e ajuda inicial dos filhos e para utilização na reforma (Banco de Portugal, 2011).

Conclui-se desta forma que os jovens não estão muito preocupados em fazer poupanças mais elaboradas para o longo prazo, reservando apenas as suas poupanças para gastos simples.

2.4 Estudos determinantes para a poupança

Analisando agora, mais aprofundadamente, cinco estudos de literacia financeira com abordagem à dimensão da poupança, o objectivo do presente capítulo é concluir quais os resultados do conhecimento de poupança e, sobretudo encontrar quais os factores que influenciam esses resultados. Será dada especial atenção aos estudos que se focam nos estudantes universitários. Primeiramente serão analisados os estudos internacionais e, por último, será analisado o estudo nacional de literacia financeira.

2.4.1 Estudos internacionais

Os quatro estudos apresentados, que resultaram da elaboração de inquéritos, apresentam conclusões importantes que servirão de possível comparação com os resultados deste estudo (algumas questões de poupança de cada estudo estão esquematizadas no Anexo A3). Na Tabela 2 estão representados as principais características dos estudos, que serão alvo de análise, por país, população alvo e dimensões de estudo.

Tabela 2: Os estudos internacionais e as suas características

ESTUDOS	PAÍS	POPULAÇÃO ALVO	DIMENSÕES
Chen & Volpe (1998)	EUA	Estudantes universitários	Poupança, empréstimos, seguros e investimento
Mandell (2008)	EUA	Estudantes finalistas de ensino secundário e estudantes universitários	Rendimentos, gestão do dinheiro, poupança, gastos e crédito
Peng <i>et al.</i> (2007)	EUA	Estudantes de ensino secundário e universitário	Conhecimento financeiro, poupança, educação financeira, experiência financeira, rendimentos e heranças
Van Rooij <i>et al.</i> (2007)	Holanda	Famílias	Conhecimentos financeiros básicos e avançados sobre investimento

2.4.1.1 “A análise da literacia financeira pessoal nos estudantes universitários”

Chen & Volpe (1998) desenvolveram um estudo de literacia financeira distribuído a 1800 estudantes de 14 campus universitários dos Estados Unidos da América, com três objectivos: fornecer os indícios da literacia financeira nos estudantes universitários, identificar os factores que determinam o nível de conhecimento financeiro dos estudantes universitários e examinar como o conhecimento de um estudante influencia as suas opiniões e decisões sobre as questões financeiras pessoais.

Como metodologia, o estudo obteve uma amostra de 924 estudantes, usando como instrumento de estudo um compreensivo questionário desenvolvido para cobrir os principais aspectos das finanças pessoais. Este, abrangendo a literacia financeira nas áreas de conhecimento geral, poupança e empréstimos, seguros e investimentos, foi composto por 52 questões, sendo 36 de escolha múltipla sobre conhecimentos das finanças pessoais, 8 questões de opiniões e decisões e 8 questões demográficas. As respostas de cada participante foram

usadas para calcular a percentagem média de pontuações correctas para cada questão, secção e para todo o inquérito. Estas foram classificadas em três diferentes categorias: mais de 80%, de 60% a 79% e abaixo de 60%. A primeira categoria representa um nível elevado de conhecimento. A segunda categoria representa um nível médio e a terceira representa um nível baixo de conhecimento.

Os resultados demonstraram que os conhecimentos em finanças pessoais dos estudantes universitários eram inadequados (a média de respostas correctas do questionário foi de 52,87%), sendo que nas secções poupanças e empréstimos, e investimentos os resultados representaram o baixo nível de conhecimentos (média de respostas correctas por secção foi de 54,47 e 40,37 respectivamente). Uma razão para o baixo nível de conhecimento financeiro é a sistemática falha de educação sobre finanças pessoais no *curriculum* académico dos estudantes. Também foi considerado com uma possível causa para os baixos resultados a idade dos inquiridos, pois a maioria situava-se entre os 18 e os 22 anos de idade.

Relativamente às variáveis explicativas do conhecimento financeiro, o estudo revelou que os conhecimentos educacionais dos participantes têm um impacto significativo nos seus conhecimentos financeiros. Os resultados do inquérito mostraram que os estudantes universitários que frequentam cursos de gestão são mais letrados que os restantes (no geral 60,72 % contra os 49,94 %, na secção de poupança e empréstimos 61,23% para 53,47% e na secção de investimentos 48,36 e 35,73). Também os anos de curso foram sugeridos como uma variável que influencia os conhecimentos financeiros, visto que os estudantes universitários finalistas tem uma melhor média de conhecimentos financeiros que os restantes (quando maior o ano de ensino frequentado, a percentagem média de respostas correctas é superior). Esta tendência também se revelou nas áreas de poupança e empréstimos e investimentos.

Relacionando o conhecimento com as características demográficas, o género que apresentou melhores resultados foi o masculino. Relativamente à experiência, que engloba a experiência laboral e a classe etária do estudante, os inquiridos com mais experiência profissional têm mais sabedoria do que os menos experientes. Os escalões etários 23 a 29 anos e 40 ou mais anos revelaram ser financeiramente mais letrados do que os restantes escalões (é importante lembrar que todos os inquiridos têm 18 ou mais anos de idade). Por último, relacionando o conhecimento com o salário, os estudantes melhor assalariados (\$50000 ou mais) obtiveram melhores médias de conhecimento financeiro, sendo que nas áreas poupança e empréstimos e

investimentos, quanto maior é o escalão de rendimentos, são também maiores as percentagens médias de conhecimento.

2.4.1.2 “A literacia financeira dos jovens adultos americanos”

A população alvo deste estudo realizado por Mandell (2008) para a organização Jump\$tart, foi constituída por jovens adultos americanos e foi segmentada em duas grandes áreas de estudo, sendo que esta foi a sexta edição do inquérito para estudantes de ensino secundário e a primeira edição designada ao estudo da literacia financeira nos estudantes universitários. Os objectivos do estudo foram os seguintes: conhecer a literacia financeira dos estudantes do ensino secundário e do ensino universitário, contrastando os resultados, analisar a literacia financeira por cada área de estudo, descobrindo as lacunas e as variáveis que influenciam os conhecimentos dos estudantes e descobrir quais são as práticas financeiras mais usadas pelos estudantes.

Como metodologia, o estudo foi realizado a 1030 estudantes universitários em *full-time* em Fevereiro de 2008. O instrumento de recolha de dados foi um questionário composto por 56 questões, no qual 31 analisaram as vertentes dos salários, gestão do dinheiro, poupanças, gastos e crédito. As restantes, para além das questões demográficas, foram constituídas por um largo número de questões de comportamento financeiro, como ter conta corrente, tipos de poupanças e investimento, planeamento de poupança, entre outros. No conjunto das questões de poupança foram abordados os temas da orçamentação para poupança, poupanças de curto e longo prazo e estratégias de investimento, risco, retorno e liquidez e impacto das taxas e inflação nas poupanças e decisões de investimento.

No âmbito da poupança, os resultados não foram tão animadores pois, dentro das 5 áreas de estudo existentes, foi nesta que os estudantes universitários obtiveram menores percentagens de questões correctas, 53,3% contra os 61,9% obtidos no total das respostas. De um modo geral, os resultados demonstraram que os factores que influenciam a poupança são os seguintes: o sexo, o ano de curso, o curso, o grau académico e o salário e as habilitações dos pais. Os resultados dos estudantes universitários foram mais elevados no sexo masculino e melhoraram de ano para ano, sendo os estudantes finalistas os mais financeiramente letrados, na área da poupança. São também os estudantes dos cursos de Gestão ou Economia os que

têm uma maior percentagem de questões de poupança acertadas (56.4%). Ao nível das habilitações e rendimentos dos pais, as melhores percentagens de questões correctas foram para os universitários que têm pais melhor assalariados e com mais habilitações literárias.

2.4.1.3 “O impacto da educação financeira pessoal nos ensinos secundário e superior”

Realizado por Peng *et al.* (2007), o estudo teve como objectivos: investigar o impacto da educação financeira pessoal nas escolas secundárias e universidades, analisando o conhecimento financeiro dos alunos e descobrir quais as variáveis que se relacionaram com esse conhecimento.

Como metodologia, este estudo baseou-se num conjunto de dados primários, recolhidos através de um inquérito composto por 46 questões. O instrumento de pesquisa foi composto por experiências passadas, experiências presentes, rendimentos, poupanças e características demográficas. Para responder ao inquérito *on-line*, foram enviados *e-mails* a 12000 alunos aleatoriamente seleccionados de uma grande universidade no noroeste dos Estados Unidos da América. A amostra conseguida e usada para o corrente estudo foi constituída por 1039 casos.

Os resultados do teste de conhecimentos sobre investimentos revelaram um desempenho muito pobre. A pontuação média do questionário para toda a amostra foi 5,63 (índice de conhecimento médio) a partir de uma pontuação possível de 10, o que significa que em média, os entrevistados responderam apenas a cerca de metade das questões correctamente.

Relativamente às relações, foi analisada a relação entre a educação financeira pessoal na escola secundária e na universidade (incluindo as variáveis de educação relacionadas com poupança, experiências de investimento, rendimentos e heranças e características demográficas) com o conhecimento de investimentos do indivíduo (índice de conhecimento). Concluiu-se que em todos os modelos realizados a frequência de um curso universitário com conteúdos de finanças pessoais está associada com os maiores níveis de conhecimento. Também as experiências financeiras parecem ter um relacionamento forte e positivo com o conhecimento de investimentos. Os rendimentos e as características demográficas (sexo e emprego) também obtiveram valores elevados de relação com o conhecimento. Os indivíduos que têm maiores rendimentos, que trabalham em ambientes de negócio e que pertencem ao sexo masculino obtiveram os melhores resultados de conhecimentos.

2.4.1.4 “Literacia financeira e a participação no mercado accionista”

Neste estudo realizado por Van Rooij *et al.* (2007), o principal objectivo do estudo é medir e avaliar a literacia financeira através de dois módulos, literacia financeira básica e literacia financeira avançada relacionada com os instrumentos do mercado financeiro.

Como metodologia, o inquérito foi realizado por questionário, composto por dois conjuntos de questões. O primeiro visava compreender a literacia financeira básica: taxas de juros, juros compostos pelo efeito da inflação e valores nominais e reais. O segundo conjunto de perguntas teve como objectivo medir os conhecimentos financeiros mais avançados, cobrindo temas como a diferença entre acções e obrigações, a função do mercado de acções, a diversificação do risco e a relação entre preço dos títulos e taxas de juro. Usando uma base de dados representativa da população holandesa constituída por cerca de 2000 famílias, para o primeiro módulo foi obtida uma amostra de 1508 famílias e no segundo módulo 1373 famílias.

Relativamente aos resultados, as principais conclusões a retirar das perguntas básicas, sabendo que estas não continham qualquer tipo de questões sobre mercados de acções ou sobre acções e obrigações, foram que aproximadamente 45% dos inquiridos responderam correctamente a todas as questões, sendo o índice de literacia financeira de 3,94 em 5 questões, o que revela resultados bastante positivos. Já nas questões de literacia financeira avançada, apenas 18,7% respondeu acertadamente a todas as questões, sendo o índice de literacia financeira de 5,93 em 11 questões.

Comparando as questões de literacia financeira básica com outras variáveis conclui-se que, como seria expectável, esta varia com a educação, pois obtiveram-se maiores resultados nos inquiridos com maiores graus académicos. A classe etária mais letrada foi a classe compreendida entre os 41 e os 50 anos de idade. Os elementos pertencentes ao sexo masculino tiveram melhor média de questões correctas.

Considerando os conhecimentos financeiros mais avançados, foi novamente encontrada uma forte relação com a educação. Sobre os escalões etários, a literacia financeira é mais baixa nos jovens e atinge os seus valores mais elevados nos inquiridos de meia-idade (particularmente dos 40 aos 60 anos) e decrescendo na idade avançada. Novamente, foi o sexo masculino que

obteve melhor média de respostas acertadas. Existe relação entre os conhecimentos financeiros básicos e avançados com a auto-avaliação (percepção) dos inquiridos, sendo que aqueles que se auto-avaliaram melhor foram aqueles que obtiveram as melhores médias de conhecimento.

2.4.2. Inquérito à literacia financeira da população portuguesa

Num contexto nacional, o Banco de Portugal (2011) elaborou um inquérito à literacia financeira que serve como instrumento de diagnóstico do nível de literacia financeira da população. Os principais objectivos deste estudo foram os seguintes: a avaliação do grau de inclusão financeira, a caracterização dos hábitos de gestão da conta bancária, a avaliação da capacidade de planeamento de despesas e poupança, a caracterização dos produtos financeiros detidos pelas famílias e do processo de escolha dos principais produtos bancários, os conhecimentos das fontes de informação e das formas de obter ajuda e a avaliação da compreensão financeira.

Relativamente à metodologia, para o desenvolvimento do estudo foram validadas 2000 entrevistas que correspondem ao número total da amostra. Foi elaborado um questionário de 94 questões de escolha múltipla para avaliar a literacia financeira da população portuguesa em termos de comportamentos, atitudes e conhecimentos. O universo populacional definido foi a população residente em Portugal com idade igual ou superior a 16 anos, sendo a amostra estratificada de acordo com os seguintes dados: género, idade, localização geográfica, situação laboral e nível de escolaridade. A implementação do inquérito decorreu entre os meses de Fevereiro e Março de 2010 com a realização de entrevistas presenciais. Anteriormente, o questionário tinha sido submetido a um teste piloto composto por 60 entrevistas presenciais para testar a sua adequabilidade.

Os resultados foram positivos, destacando-se as principais carências nos grupos populacionais com baixos níveis de escolaridade e de rendimento. Abaixo da média, não só a população mais idosa, mas também os jovens e os desempregados, que registaram níveis reduzidos de literacia financeira.

As principais conclusões retiradas relativamente ao ramo da poupança revelaram que o principal objectivo das poupanças efectuadas pela população são para fazer face a despesas

imprevistas, sendo que metade dos inquiridos afirmaram nem sequer fazer poupanças. Os principais motivos que levam à escolha de produtos bancários são a rentabilidade dos produtos e o baixo risco dos mesmos.

O índice de literacia financeira (ILF) global apresenta uma mediana de 60,27 superior à média (58,01), o que leva a concluir que mais de metade dos inquiridos têm índices superiores à média do ILF global. Relativamente às áreas de estudo, foi no planeamento de despesas e poupanças que se registou a maior média do índice de literacia financeira parcial (74,65%), seguida da gestão de conta bancária (66,01%), escolha de produtos bancários (64,61%), inclusão financeira (61,25%) e, por fim, com médias bastantes inferiores, a compreensão financeira (47,46%) e o conhecimento das fontes de informação (45,70%).

A mediana do ILF global é superior nos homens, nas classes etárias intermédias (entre 25 a 54 anos), nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve e bastante superior nos indivíduos no activo (64,55%) em contraste com os indivíduos em situação de inactividade (52,72%). Confirma-se, mais uma vez, que o nível de literacia financeira aumenta à medida que também aumenta o nível de escolaridade e o rendimento mensal. Por fim, os níveis de literacia financeira relevaram-se também superiores para quem possui pelo menos uma conta bancária (ILF global mediano de 62,17% face a 36,67% de quem não possui conta), com depósitos a prazo ou outros (66,91% face a 56,07% de quem não possui depósitos), para quem realiza a gestão do orçamento familiar em conjunto com o cônjuge (63,59%), para quem atribui maior importância ao planeamento do orçamento familiar (64,14% face a 48,50% de quem considera “nada importante”) e, finalmente, para os inquiridos que afirmam poupar de forma regular (65,82%, contra os 53,93% de quem não tem hábitos de poupança).

2.5 Síntese da revisão de literatura

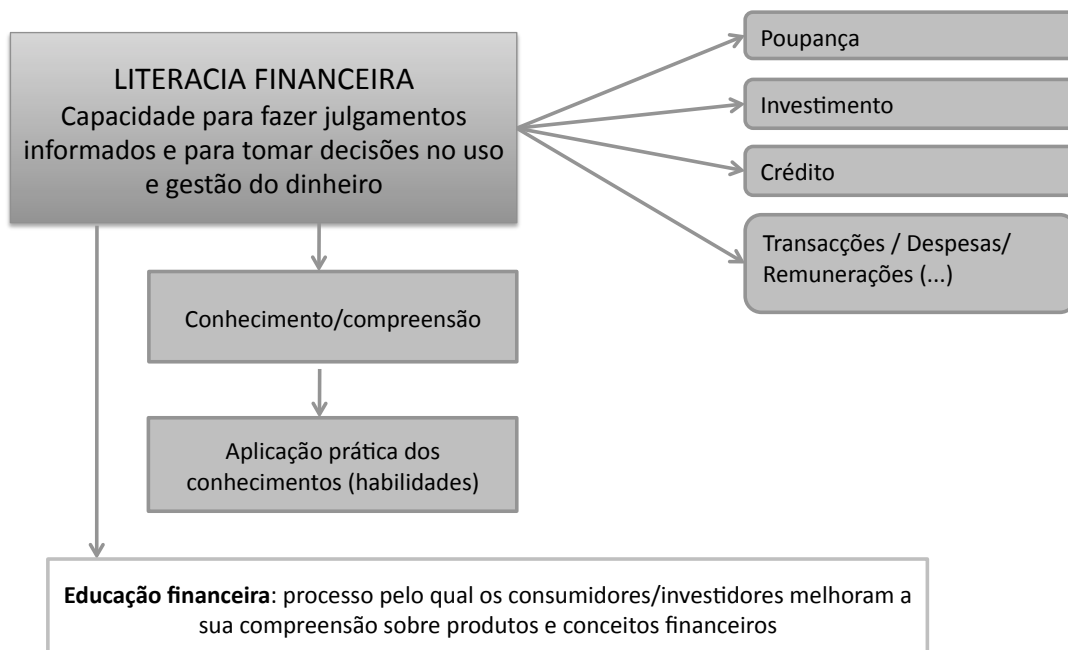
Em suma, o conceito de literacia financeira difere de autor para autor, mas todos se centram em torno do conhecimento financeiro para fazer julgamentos acertados e a capacidade de pôr em prática esses mesmos conhecimentos, tomando as decisões correctas.

A educação financeira é fundamental para o incremento da Literacia Financeira, pois tem como funções elevar os conhecimentos financeiros da população e promover a adopção de comportamentos adequados, desenvolvendo habilidades para fazer escolhas informadas, tendo

em vista o aumento do bem-estar futuro e o desenvolvimento de uma protecção financeira adequada.

A literacia financeira abrange diversas dimensões/áreas de estudo. Entre estas, o foco deste estudo centra-se na poupança e no investimento. A Figura 6 sintetiza os aspectos-chave da literacia financeira.

Figura 6: Síntese da literacia financeira



As áreas temáticas a ter em conta no educação financeira de poupança nos estudantes universitários passam por desenvolver conteúdos mais aprofundados sobre as características dos produtos financeiros existentes no mercados, abordar temas como a relação entre a rentabilidade esperada e o risco, o fundamento dos mercados financeiros e o investimento em produtos financeiros complexos.

O mercado financeiro é o conjunto de instrumentos, mecanismos e instituições essenciais à captação de poupanças das famílias. O investimento é a forma de rentabilizar as poupanças.

Os principais produtos financeiros disponíveis, que serão utilizados no presente estudo são: depósitos a prazo, certificados de aforro, obrigações, acções, fundos de investimento

(abordagem geral e fundos de investimento em tesouraria), planos poupança reforma e produtos derivados (ex: *warrants*).

Cada produto financeiro tem as suas características-chave. Exemplo: as acções são um produto financeiro com maior valorização a longo prazo, enquanto que os depósitos a prazo têm maior segurança.

A rentabilidade e o risco são dois dos principais factores a ter em conta na aplicação das poupanças e que muitas vezes só se tem em consideração a rentabilidade proporcionada pelos produtos financeiros.

Existe um conjunto vasto de critérios de avaliação de um investimento em produtos financeiros que o investidor tem de ter em conta, e que se resumem em: a segurança, o rendimento e a liquidez.

A segurança está associada ao risco. As acções são um produto com pouca segurança, pois o seu valor flutua diariamente e o investidor não sabe quanto vai ganhar ou perder. A liquidez é a possibilidade de transformar o investimento em dinheiro. Exemplo: os depósitos a prazo têm maior liquidez que as acções. O critério do rendimento corresponde aos fluxos financeiros gerados pelo investimento e, é necessário ter em conta que está influenciado por factores como custos, comissões ou até a inflação.

O cenário macroeconómico português não apresenta boas perspectivas para a realização de poupança.

A inclusão, compreensão e cultura financeira da população portuguesa são áreas a melhorar, especialmente nos jovens.

Foram analisados mais aprofundadamente quatro estudos internacionais nesta área e o estudo de literacia financeira da população portuguesa do Banco de Portugal. Os seus resultados serão contrapostos com os resultados deste estudo.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo serão abordados os vários aspectos metodológicos que serviram de base à realização do presente estudo

3.1 Problema e objectivos

Apenas o estudo implementado pelo Banco de Portugal é exemplo de investigação da temática da Literacia Financeira na população portuguesa.

A educação financeira é um tema cada vez mais essencial na vida da sociedade com especial atenção para as suas áreas mais vulneráveis. Os jovens universitários fazem parte desse conjunto. Contudo, não existem estudos implementados em Portugal sobre a Literacia Financeira nesse segmento específico da população.

No actual contexto de crise, onde as perspectivas futuras não são nada animadoras para a sociedade portuguesa, os estudantes universitários têm a necessidade de gerir o seu dinheiro, cada vez mais escasso, de forma eficiente. No entanto, a sistemática iliteracia na área financeira em geral e mais concretamente perante os vastos instrumentos de poupança é um convite à escolha de más opções financeiras.

O diagnóstico do nível de Literacia Financeira nos estudantes universitários na área da poupança, ou seja, conhecer o nível de conhecimento de poupança dos alunos que frequentam o ensino superior em Portugal e, concludentemente, descobrir quais as variáveis que o influenciam é o objectivo geral deste estudo.

Na seguimento do problema e definição do objectivo geral estabelece-se a seguinte questão de investigação:

Serão os estudantes universitários pouco letrados, no âmbito da poupança?

Com a finalidade de retratar a Literacia Financeira do estudante universitário na vertente da poupança podem ser definidos os seguintes objectivos específicos: 1) medir o nível de conhecimento da poupança, 2) conhecer os hábitos de poupança efectiva, 3) identificar

factores determinantes do conhecimento e dos hábitos da poupança e, por fim, 4) caracterizar a relação entre o nível de conhecimento da poupança e os hábitos de poupança efectiva.

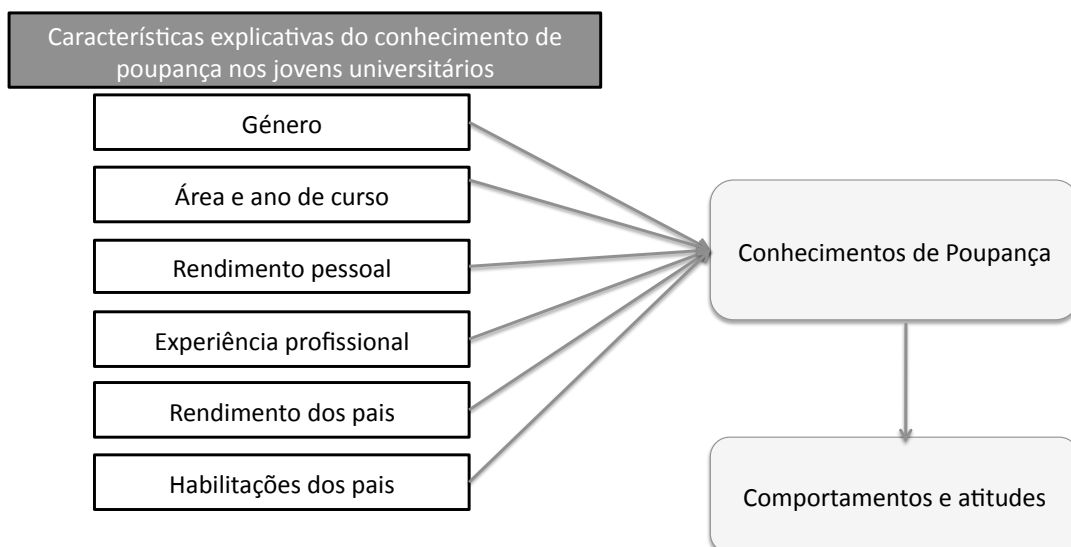
3.2 Modelo conceptual e hipóteses de investigação

Dos estudos sobre literacia financeira mais importantes na área da poupança, e essencialmente, com impacto nos estudantes universitários, foram encontrados factores determinantes para os conhecimentos de poupança.

A poupança é uma área de estudo da literacia financeira, sendo que também esta se divide em duas grandes dimensões: o conhecimento e compreensão dos conceitos associados e a aplicação desses conhecimentos que resulta nos comportamentos e atitudes de poupança e gestão do seu dinheiro (investimento). Segundo apurou Peng *et al.* (2007), o conhecimento está relacionado de forma positiva com as experiências financeiras, portanto, os conhecimentos de poupança estão relacionados com a poupança efectiva (escolha de produtos).

Apesar da variedade dos estudos, concluiu-se de forma genérica que os factores determinantes do perfil do aluno nos conhecimentos de poupança nos jovens universitários são diversos: género, o ano e área de curso, o rendimento pessoal, a experiência profissional, o rendimento dos pais e as habilitações dos pais (Figura 7).

Figura 7: Factores determinantes do perfil do aluno na poupança nos jovens universitários



O ano de curso frequentado teve um forte impacto nas questões sobre os conhecimentos financeiros. Também os estudantes que frequentam cursos de Gestão ou Economia são os que têm melhores conhecimentos (Mandell, 2008; Chen & Volpe, 1998; Peng *et al.*, 2007). Em todos os estudos internacionais analisados concluiu-se que o género também está relacionado com os conhecimentos financeiros. (Chen & Volpe, 1998) e Peng *et al.* (2007) encontraram uma relação positiva entre os conhecimentos dos estudantes sobre a poupança e investimento e o rendimento pessoal. Numa óptica de população mais geral, Banco de Portugal (2011) também concluiu que a população activa e o rendimento mensal também estão relacionados com nível de conhecimento de poupança e de investimento.

Na óptica da influência parental, é possível concluir que o rendimento dos pais e as suas habilitações são também factores essenciais para a boa literacia financeira dos estudantes universitários relativamente aos temas da poupança e do investimento (Mandell, 2008).

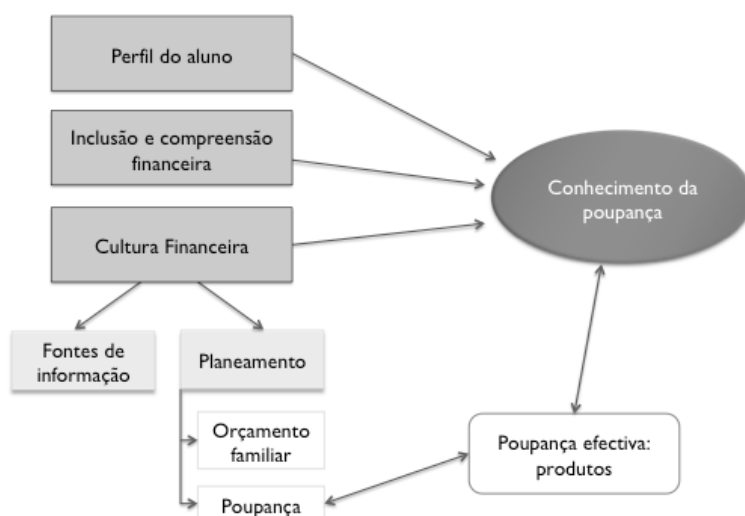
O Banco de Portugal (2011) definiu como dimensões do seu estudo a literacia financeira, como foi referido da Revisão de Literatura, a inclusão financeira, a gestão da conta bancária, o planeamento de despesas e poupança, a escolha de produtos bancários, a escolha e conhecimento das fontes de informação e a compreensão financeira.

O modelo para o estudo sobre os conhecimentos de poupança dos estudantes universitários foi baseado, após a adaptação ao tema e à população alvo, nas dimensões do estudo do Banco de Portugal. Assim, as dimensões deste estudo são:

- (1) Inclusão e compreensão financeira;
- (2) Cultura financeira, composta pelas dimensões das fontes de informação e do planeamento de orçamento familiar (planeamento de despesas no estudo do Banco de Portugal) e planeamento de poupanças;
- (3) Poupança efectiva (adaptação à dimensão da escolha de produtos da estudo do Banco de Portugal);
- (4) Conhecimento de poupança, a dimensão nuclear do estudo.

A Figura 8 demonstra o modelo conceptual formado pelo perfil do aluno e pelas quatro dimensões do estudo.

Figura 8: Modelo de literacia financeira nos estudantes universitários



O modelo construído, as dimensões em análise e as relações entre as diferentes dimensões permitem a formulação das seguintes hipóteses para este estudo:

H1: O nível médio de conhecimento de poupança é superior ou igual a 60%

Chen & Volpe (1998) no seu estudo para avaliar a literacia financeira, desenvolver as seguintes categorias de conhecimento:

- Conhecimento elevado – igual ou superior a 80%
- Conhecimento médio – entre 60% e 79%
- Conhecimento baixo – abaixo de 60%

Esta escala será utilizada para agrupar os conhecimento de poupança dos estudantes universitários no presente estudo.

H2: O perfil do aluno tem impacto no conhecimento de poupança

Como referido na Figura 7, os estudos analisados anteriormente referenciaram um conjunto de características do perfil do aluno explicativas do conhecimento de poupança. Assim, nesta hipótese pretende-se perceber se o perfil do aluno tem impacto nos conhecimentos de poupanças e quais são as suas características explicativas.

H3: O grau de inclusão e compreensão financeira tem impacto no conhecimento de poupança
No estudo do Banco de Portugal (2011) as características da inclusão tiveram impacto nos conhecimentos financeiros. Por sua vez, Van Rooij et al. (2007) concluiu-se existir relação entre a auto-avaliação de conhecimento e conhecimento financeiro real.

H4: A cultura financeira tem impacto no conhecimento de poupança

O impacto da cultura financeira, subdividida nas áreas das fontes de informação, planeamento de orçamento familiar e planeamento de poupanças, nos conhecimentos financeiros foi avaliado no estudo do Banco de Portugal (2011), para cada uma das áreas em separado.

H5: O conhecimento de poupança está relacionado com a escolha de produtos

O conhecimento de poupança está relacionado com as experiências financeiras, segundo apurou Peng *et al.* (2007). Como tal, pretende-se perceber se o conhecimento de poupança está relacionado com o número e tipo de produtos escolhidos.

H6: A escolha do tipo de produtos está relacionada com a regularidade da realização de poupanças

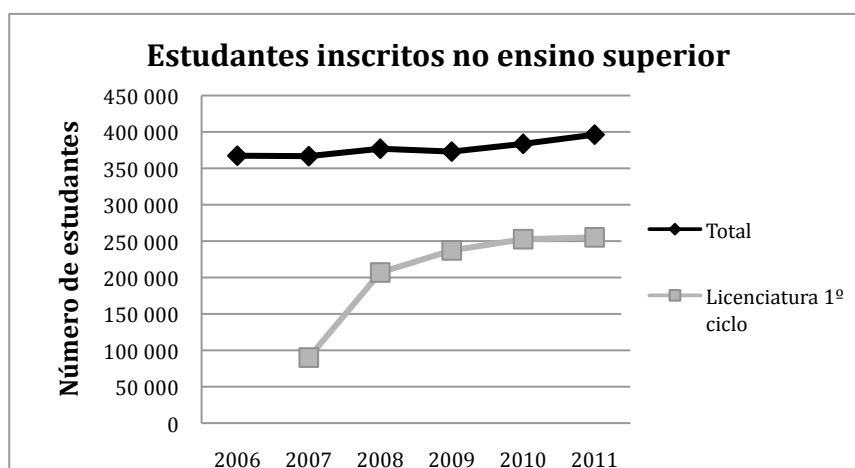
Por fim, pretende-se conhecer o impacto dos hábitos de poupança na escolha do tipo de produtos.

3.3 População

A população alvo deste estudo são os estudantes universitários. A Pordata dispõe de uma base de dados on-line da população portuguesa, através da qual se aferiu a evolução dos alunos matriculados no ensino superior em Portugal desde 2006.

No ano de 2006 matricularam-se no ensino superior cerca de 367 mil alunos. Em 2011, o número de estudantes matriculados foi o mais elevado dos seis últimos anos analisados representando cerca de 396 mil alunos. Os alunos matriculados em licenciaturas de 1º ciclo (pós processo de Bolonha), tem vindo a registar um aumento anual, tendo-se matriculado em 2011 cerca de 255 mil alunos (Figura 9).

Figura 9: Total de alunos matriculados no ensino superior e em licenciatura desde 2006



Fonte: adaptado de Pordata (2012)

De modo a desenvolver o objectivo do estudo, foi definida como população a inquirir todos os estudantes universitários do 1º e 3º anos, excluindo os alunos das turmas pós-laborais, de 15 licenciaturas do ISCTE-IUL. As 15 licenciaturas foram segmentadas em 3 grandes áreas: a área das ciências sociais, composta pelas licenciaturas de: antropologia, ciência política, economia, história moderna e contemporânea, psicologia e sociologia, a área das ciências empresariais, composta pelas licenciaturas de: finanças e contabilidade, gestão, gestão de marketing, gestão de recursos humanos e gestão industrial e de serviços, e a área das tecnologias, da qual fazem parte as licenciaturas em engenharia de telecomunicações e informática, engenharia informática e informática e gestão de empresas. No quadro seguinte está representado o número total de alunos de licenciaturas de 1º e 3º anos do ISCTE-IUL por área e ano (Tabela 3). O ISCTE-IUL é uma instituição que apresenta uma elevada diversidade de cursos e de fácil acesso a recolha de dados. Estes foram os principais factores que levaram à sua escolha.

Tabela 3: Número de alunos que constituem a população a inquirir do estudo

Áreas	Alunos 1º Ano	Alunos 3º Ano	Total de Alunos
Ciências Sociais	480	434	914
Ciências Empresariais	532	467	999
Tecnologias	334	166	500
Total de Alunos	1346	1067	2413

Fonte: Serviços académicos ISCTE-IUL

Portanto, a população a inquirir é constituída por 2413 alunos. Sendo estes divididos por 1346 de 1º ano e 1067 de 3º ano. Segmentando por área de curso, existem 914 alunos na área das

ciências sociais, 999 alunos na área das ciências empresariais e 500 alunos na área das tecnologias.

3.4 Método de amostragem e amostra

O Método de amostragem utilizado foi não aleatório por conveniência, sendo a amostra constituída por todos os alunos que revelaram interesse em participar no estudo. Procedeu-se à agregação dos cursos por área, como foi referido no ponto anterior, e na recolha dos dados tentou-se diversificar as licenciaturas e anos o melhor possível. Após a recolha dos dados, como pode ser consultado na Tabela 4, a amostra é de 396 questionários válidos, distribuídos pelas três áreas de formação.

Tabela 4: Número total de alunos que constituem a amostra do estudo

Áreas	Alunos 1º Ano	Alunos 3º Ano	Total da Amostra
Ciências Sociais	86	52	138
Ciências Empresariais	134	69	203
Tecnologias	43	12	55
Total da Amostra	263	133	396

Verifica-se que, tal como na população, os estudantes na área das ciências empresariais constituem o grupo com maior presença, seguido das ciências sociais e por fim, em menor número a área das tecnologias.

3.5 Instrumento de recolha de dados

Para recolha de dados foi elaborado um questionário (Anexo B1) que foi construído a partir da base da estrutura de inquérito realizado por Banco de Portugal (2011) no seu estudo à literacia financeira da população portuguesa. As principais dimensões do inquérito são: inclusão financeira, planeamento de despesas e poupança, escolha de produtos bancários e compreensão financeira.

O questionário foi desenvolvido em conjunto com outra dissertação de Mestrado de Gestão do ISCTE-IUL, que estuda igualmente a literacia financeira nos estudantes universitários, mas na área do crédito. Consequentemente, nem todas as questões apresentadas no questionário completo se destinam ao presente estudo. No Anexo B2 podem ser consultadas todas as

questões pertinentes e utilizadas para o desenvolvimento deste estudo e a partir de que base foram construídas.

Na Tabela 5 estão agrupadas todas as questões por dimensões do estudo. No mesmo quadro, e de acordo com os objectivos traçados, encontra-se a importância de cada área para o estudo.

Tabela 5: Dimensões, indicadores e respectiva importância

Dimensões	Questões	Descrição
Inclusão e compreensão financeira	A1; E10	Questão sobre o número de contas à ordem que define se o estudante está ou não familiarizado com o sistema bancário e questão conclusiva da percepção que o aluno tem dos seus conhecimentos.
Cultura financeira		
Fontes de informação	C2; D1; D2; D3	Questões para aferir quais os aspectos mais importante na escolha de produtos, o tipo de informação que o aluno acompanha e as entidades que ele recorrerá em caso de dificuldades financeiras.
Planeamento		
Planeamento do orçamento familiar	B1; B2	Duas questões para compreender o grau de importância que o aluno dá a um planeamento de orçamento familiar e quais as suas práticas nesta temática.
Planeamento de poupança	B3; B4; B5; B6	Conjunto de questões para compreender se o aluno faz ou não, o motivo e o destino das poupança.
Conhecimento		
Conhecimento sobre poupança	E2; E4a; E4b; E7d; E8; E9	Conjunto de questões para determinar os conhecimentos de poupança dos estudantes universitários. É o “núcleo duro” do estudo.
Escolha de produtos	C1	Pretende-se conhecer a poupança efectiva do aluno, através do tipo de produtos financeiros que detém.
Perfil do aluno	Grupo F	Questões para definir os segmentos da amostra com diversas variáveis de estratificação como: sexo, idade, área de curso, ano de curso, localização geográfica, habilitações do agregado familiar, situação laboral, rendimentos, entre outras.

Para avaliar o conhecimento de poupanças dos estudantes universitários, foi construído o índice de conhecimento de poupança. Este índice foi formado por todas as questões inseridas na dimensão do conhecimento. Cada questão acertada foi classificada com 1 ponto. As

respostas incorrectas, não respostas e respondidas com “não sei” foram classificadas com zero pontos. O conjunto das questões de conhecimento engloba 13 variáveis .

O índice de conhecimento é formado pelo somatório de todas as classificações obtidas nas questões e, conseqüentemente, pode assumir valores entre 0 (todas as respostas estão incorrectas) e 13 (todas as respostas estão correctas).

Relativamente à construção do instrumento de recolha de dados, tal como foi referido anteriormente, foi necessário adaptar um questionário de literacia financeira destinado a toda a população para os estudantes universitários. O lançamento da versão final do questionário foi precedida de um pré-teste, composto por 10 exemplares. Destes foram retiradas as seguintes conclusões:

- O estudante universitário, por norma, não quer despende muito do seu tempo na realização do questionário. Assim, visto que o questionário abrange dois temas diferentes, poupança e crédito, foi necessário reduzir o número de questões, agrupando-as em questões de verdadeiro, falso ou não sei;
- Pelo motivo anterior, algumas questões menos essenciais e/ou mais confusas, da primeira versão do questionário foram eliminadas;
- Também a linguagem utilizada no questionário teve algum cuidado. Como a população é composta por alunos de três áreas distintas, ciências sociais, ciências empresariais e tecnologias, tomou-se atenção a certos termos financeiros que são mais perceptíveis para alguns alunos (ex: ciências empresariais) e não tanto para os outros;
- Outro aspecto importante detectado foi o facto do inquirido prestar mais cuidado às questões iniciais, respondendo de forma menos cuidada às questões finais. Na primeira versão, as questões finais eram as questões de conhecimento, as que exigem mais tempo e atenção. Assim, as questões do perfil do aluno, que são mais acessíveis ao aluno, foram transferidas para o final do questionário.

Apesar do cuidado tomado com a realização do pré-teste ao questionário, foram registados 41 questionários anulados, 10 no questionário *on-line* e os restantes 31 na versão em papel. Os principais motivos para a anulação dos questionários foram os seguintes:

- Falta de informações básicas como género, idade, curso e ano de curso;
- O questionado não se encontra dentro da população alvo de estudo;
- Elevado número de respostas nulas.

3.6 Processo de recolha e tratamento dos dados

Foram elaborados dois formatos para o presente questionário: formato *on-line*, na base de dados da Google³ e formato em papel. Primeiramente foi lançado o questionário *on-line*. Na tentativa de chegar a toda a população alvo, recorreu-se aos *e-mails* institucionais do ISCTE-IUL de 1º e 3º anos de licenciatura, assim como a uma rede social. Este foi lançado a 8 de Março e esteve disponível para resposta até dia 30 de Março. A divulgação do questionário no formato em papel estava apenas dependente da falta de respostas *on-line*.

Através do questionário *on-line* foram conseguidas 80 respostas válidas. Assim sendo, com um número tão reduzido de respostas para uma população de 2413 alunos, foi necessário recorrer à entrega de questionários em papel nas salas de aula. Foi conseguido um total de 316 respostas válidas, concluindo então que o total da amostra foi, como já foi referido, de 396 alunos.

Na fase inicial, será elaborada a caracterização da amostra que consiste na análise de todas as variáveis do perfil do aluno. Também será tratada individualmente cada uma das dimensões do estudo. Seguidamente será analisado o índice de conhecimento de poupança e analisadas as possíveis relações existentes com as dimensões de análise.

Toda a análise estatística foi realizado com recurso aos programas Microsoft Excel 2008 e IBM SPSS Statistics (versão 20).

³ <https://docs.google.com/#home>

4. RESULTADOS

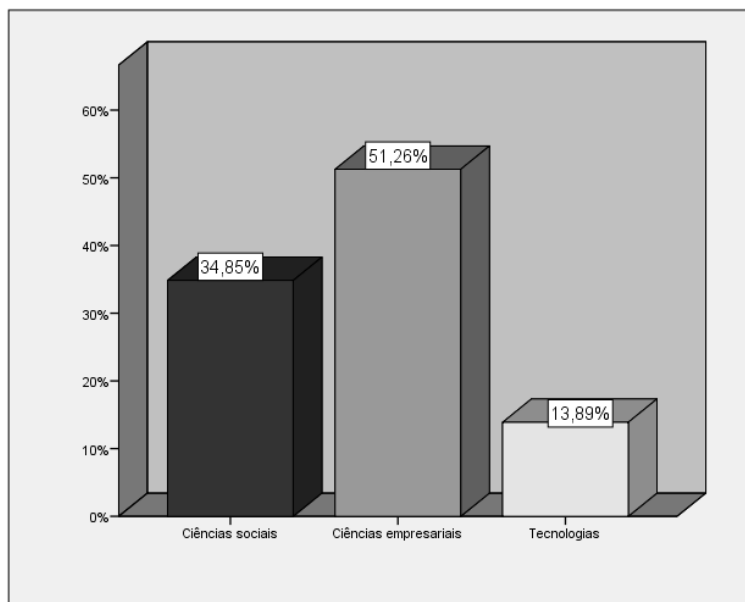
No presente capítulo são apresentados todos os resultados obtidos neste estudo. Todas as informações que servem de apoio à análise dos resultados podem ser consultadas no Anexo C.

4.1 Perfil do aluno

Após a realização dos 396 questionários aos alunos das licenciaturas de 1º e 3º anos do ISCTE-IUL, conclui-se que na amostra predomina o sexo feminino com 55,3%. No que diz respeito à idade, a maioria dos inquiridos situa-se nos 18 e nos 20 anos de idade, significando 31,1% e 21,5% respectivamente. A idade mínima foi de 17 anos e a idade máxima 45 anos, situando a média de idades nos 20,42 anos. Constatou-se a existência de 21 casos com valores de idade extremos, superiores a 25 anos (Anexo C1).

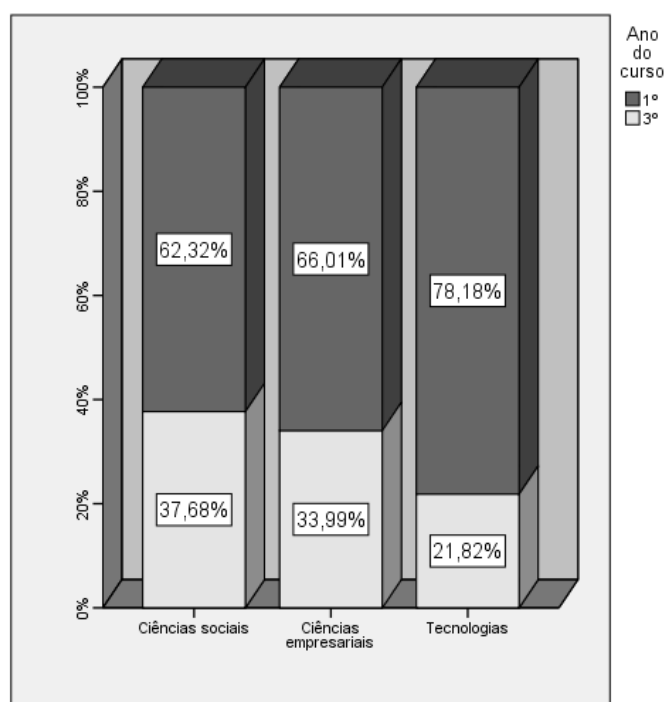
A área das ciências empresariais representa 51,3% da amostra. Mais reduzidas, as áreas das ciências sociais e tecnologias correspondem a 34,8% e 13,9% da amostra, respectivamente (Figura 10).

Figura 10: Distribuição dos alunos por área de curso



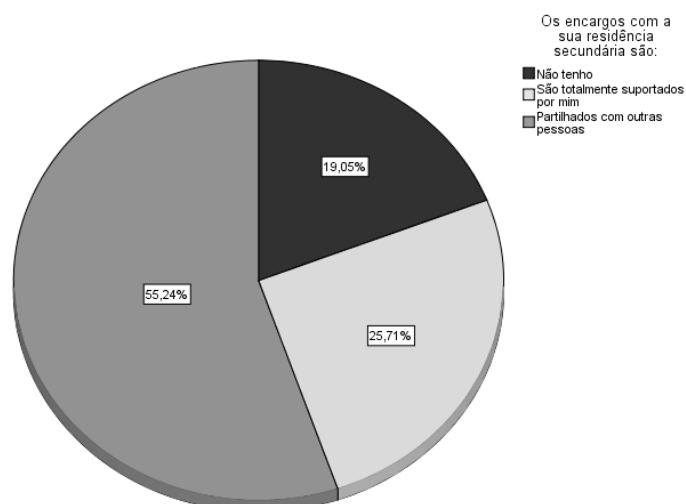
Por ano de curso, aproximadamente 2/3 dos alunos frequentam o 1º ano de licenciatura e os restantes 1/3 representam o 3º ano. A proporção de alunos do 1º ano é maior na área das tecnologias, representando 78,18% da amostra dos alunos dessa área. Nas ciências sociais e empresariais os alunos de 1º representam 62,32% e 66,01% respectivamente (Figura 11).

Figura 11: Distribuição de alunos por ano e áreas de curso



Relativamente à sua residência, apenas 32,1% dos alunos admitiu estar deslocado da sua residência principal em tempo de aulas (Anexo C1). Dentro deste conjunto de alunos, 19,05% não tem encargos com a residência secundária, 25,71% suporta totalmente estes encargos e 55,24% partilha-os com outras pessoas (Figura 12).

Figura 12: Forma como são suportados os encargos com a sua residência secundária



Quando questionados pela região da residência principal, a grande maioria respondeu, como seria expectável, a região de Lisboa e Vale do Tejo (67,9% do total dos alunos), e a região Centro (16,4% do total de alunos). De referir que a amostra é composta por alunos de todas as

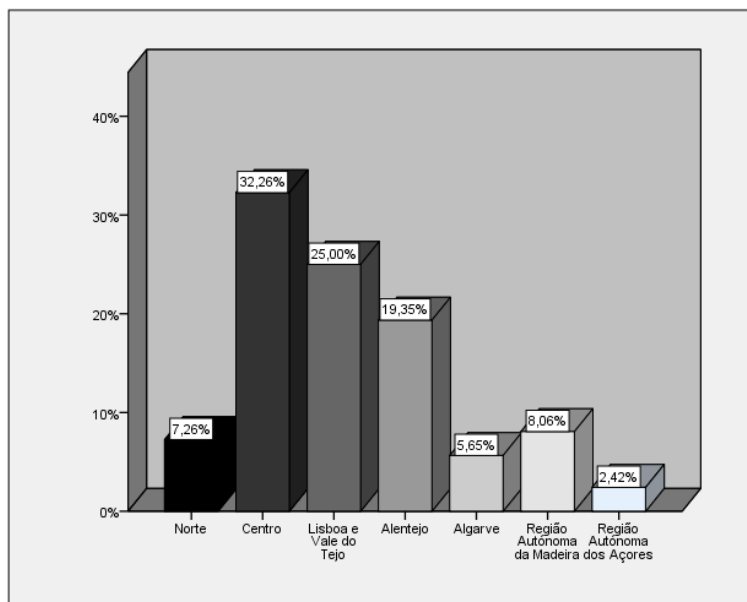
regiões de Portugal Continental e ainda composta por 10 alunos da Região Autónoma da Madeira e 3 da Região Autónoma dos Açores (Tabela 6).

Tabela 6: Distribuição dos alunos por região da sua residência principal

		n	%
Região	Norte	10	2,5
	Centro	65	16,4
	Lisboa e Vale do Tejo	269	67,9
	Alentejo	24	6,1
	Algarve	7	1,8
	Região Autónoma da Madeira	10	2,5
	Região Autónoma dos Açores	3	,8
	Total	388	98,0
Não respostas		8	2,0
Total		396	100,0

Analisando agora a região dos alunos que não estão deslocados da sua residência principal, dos 263 casos, 237 vivem em Lisboa e Vale do Tejo, 25 na zona centro e apenas um na zona norte do país (Anexo C1). Dos alunos deslocados da residência principal, a maioria pertencem às regiões do Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, representando 32,26%, 25% e 19,35% da amostra respectivamente (Figura 13).

Figura 13: Região de origem dos alunos deslocados



Quando questionados acerca das habilitações literárias dos pais, o ensino secundário foi o grau de escolaridade mais respondido pelos estudantes, representando 32,6% na parte do pai e

30,7% na parte da mãe, das respostas válidas (Anexo C1). Nenhum aluno apresentou os dois progenitores sem instrução. Quando considerado o maior nível de habilitações entre os dois elementos, o nível de escolaridade era pelo menos a instrução primária.

Relativamente à situação laboral ou ocupacional, dos alunos que responderam, 68,1% não tem qualquer experiência laboral (Anexo C1). Através da segmentação dos alunos por situação laboral e área de cursos, conclui-se que a maior proporção dos estudantes não têm experiência laboral e pertencem à área das ciências empresariais (Tabela 7).

Tabela 7: Segmentação da situação laboral por área de curso

		Situação laboral ou ocupacional			
		Estudante, sem experiência laboral		Estudante, com experiência laboral	
		n	%	n	%
Área de curso	Ciências sociais	87	32,3%	51	40,5%
	Ciências empresariais	147	54,7%	55	43,6%
	Tecnologias	35	13,0%	20	15,9%
	Total	269	100,0%	126	100,0%

O rendimento mensal disponível dos estudantes universitários questionados (incluindo as suas mesadas) é, na maioria (63,9%), até 200€ (38,9%) e de 200€ e 499€ (25%). Cerca de 15,4% dos estudantes afirmaram não possuir qualquer rendimento (Tabela 8).

Tabela 8: Distribuição do rendimento mensal disponível

		n	%
Rendimento pessoal	Sem rendimento	61	15,4
	Até 200€	154	38,9
	Entre 200 e 499€	99	25,0
	Entre 500 e 999€	31	7,8
	Entre 1000 e 2.500€	11	2,8
	Acima de 2.500€	2	,5
	Total	358	90,4
Não respostas	Não sei	10	2,5
	NR	28	7,1
Total		38	9,6
Total		396	100,0

No que diz respeito à forma como são pagas as despesas, num conjunto de sete tipos de despesas essenciais como propinas, alimentação e alojamento, os rendimentos do agregado familiar são a principal forma de pagamento de seis das sete despesas, visto que no lazer são as mesadas a principal forma de pagamento (Tabela 9).

Tabela 9: Formas de pagamento das principais despesas dos alunos

	Mesada		Bolsa		Rendimentos próprios (remunerações/salários)		Rendimentos do agregado familiar		NA		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Propinas	27	6,8%	63	15,9%	40	10,1%	255	64,4%	11	2,8%	396	100,0%
Alimentação	91	23,1%	11	2,8%	37	9,4%	245	62,2%	10	2,5%	394	100,0%
Alojamento	23	5,8%	5	1,3%	22	5,6%	275	69,8%	69	17,5%	394	100,0%
Transportes	92	23,4%	16	4,1%	53	13,5%	220	56,0%	12	3,1%	393	100,0%
Lazer	174	44,3%	5	1,3%	83	21,1%	118	30,0%	13	3,3%	393	100,0%
Materiais e livros escolares	71	18,0%	19	4,8%	55	14,0%	241	61,2%	8	2,0%	394	100,0%
Despesas com comunicações (ex:telemóvel)	132	33,5%	5	1,3%	72	18,3%	179	45,4%	6	1,5%	394	100,0%

Os resultados das respostas dos alunos ditaram que a dimensão do agregado familiar dos alunos varia entre 1 e 10 pessoas, sendo que as respostas mais frequentes foram 3 ou 4 pessoas (74,5% dos alunos). O agregado familiar dos alunos possui na grande maioria residência própria (90,1%). O principal responsável pela gestão do orçamento do agregado familiar é apenas o aluno em 8,9% dos casos, sendo outra pessoa, onde se engloba o cônjuge/companheiro ou familiar, o principal responsável em 72,8% dos casos. Por fim, um dado que também poderá ser importante na análise deste tema, o rendimento anual líquido do agregado familiar. Das 233 respostas válidas, 25,8% têm um rendimento anual entre 15.000€ e 29.999€ e, surpreendentemente, 22,3% assume que o seu agregado vive com um rendimento anual inferior a 5.000€ (Anexo C1).

4.2 Inclusão e compreensão financeira

Sobre a inclusão financeira, foi incluído no questionário uma única questão, a quantidade de contas à ordem que o aluno tem. Os dados retirados foram satisfatórios, pois apenas 9 alunos afirmaram não possuir qualquer conta à ordem, o que corresponde a 2,1% do total de alunos. Mais de metade dos estudantes universitários têm apenas uma conta à ordem (56,5%). O número máximo de contas à ordem contidas por um aluno, foram 8 (Tabela 10). A média de contas à ordem detidas pelos alunos foi de 1,52.

Tabela 10: Numero de contas à ordem por estudante universitário

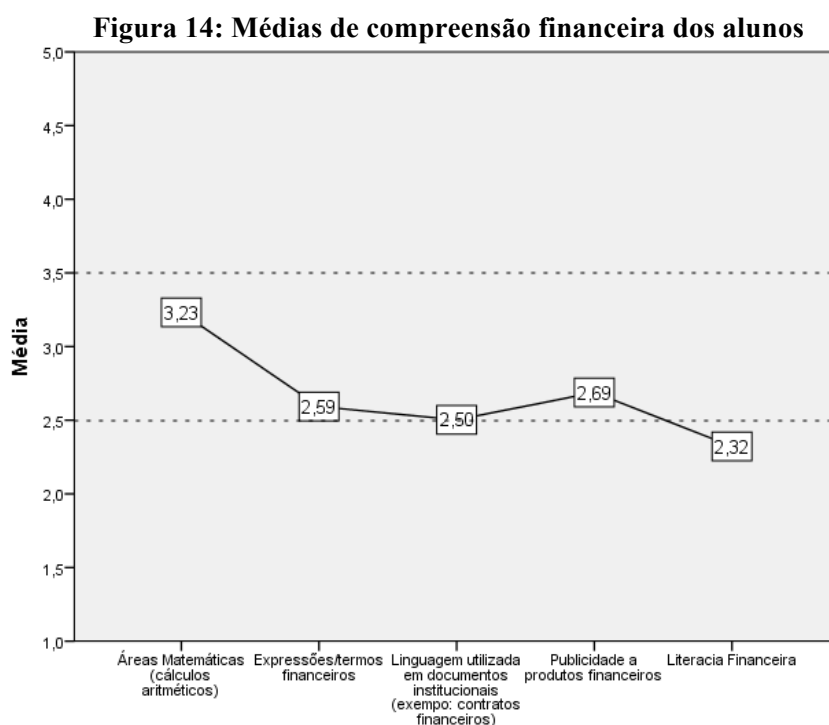
	n	%
0	9	2,3
1	219	55,3
2	128	32,3
Número de contas à ordem 3	24	6,1
4	8	2,0
5	1	,3
8	1	,3
Total	390	98,5
Não respostas	6	1,5
Total	396	100,0

Relativamente à compreensão financeira, foi pedido aos alunos para se auto-avaliarem sobre a compreensão que consideravam ter nas áreas matemáticas, expressões/termos financeiros, linguagem utilizada em documentos institucionais, publicidade a produtos financeiros e, finalmente, em geral, a Literacia Financeira. Numa escala de 1- Muito baixo a 5 - Muito elevado, na Literacia Financeira a maioria dos alunos classificou-se com muito baixo e baixo. Se adicionar-mos os alunos que consideram mediano o seu nível de compreensão enquadram-se quase todos os estudantes. Nas restantes áreas a resposta mais frequente foi “mediano”. Apenas na compreensão das áreas matemáticas a maioria (78,5%) se classificou com compreensão mediana ou elevada (Tabela 11).

Tabela 11: Auto-avaliação da amostra ao seu nível de compreensão financeira

	Muito baixo		Baixo		Mediano		Elevado		Muito elevado		Total		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	NR
Áreas Matemáticas (cálculos aritméticos)	13	3,3	50	12,8	185	47,3	122	31,2	21	5,4	391	100	5
Expressões/termos financeiros	57	14,6	96	24,6	189	48,3	46	11,8	3	,8	391	100	5
Linguagem utilizada em documentos institucionais (exemplo: contratos financeiros)	51	13,0	130	33,2	178	45,5	27	6,9	5	1,3	391	100	5
Publicidade a produtos financeiros	39	9,9	100	25,5	201	51,3	46	11,7	6	1,5	392	100	4
Literacia Financeira	77	19,6	145	36,9	140	35,6	25	6,4	6	1,5	393	100	3

Na Figura 14 pode-se comprovar que a compreensão dos alunos em relação à literacia financeira é a mais reduzida.



De forma geral, pode observar-se que os níveis médios de compreensão se situam abaixo do centro da escala, apenas a compreensão nas áreas matemáticas se apresenta superior.

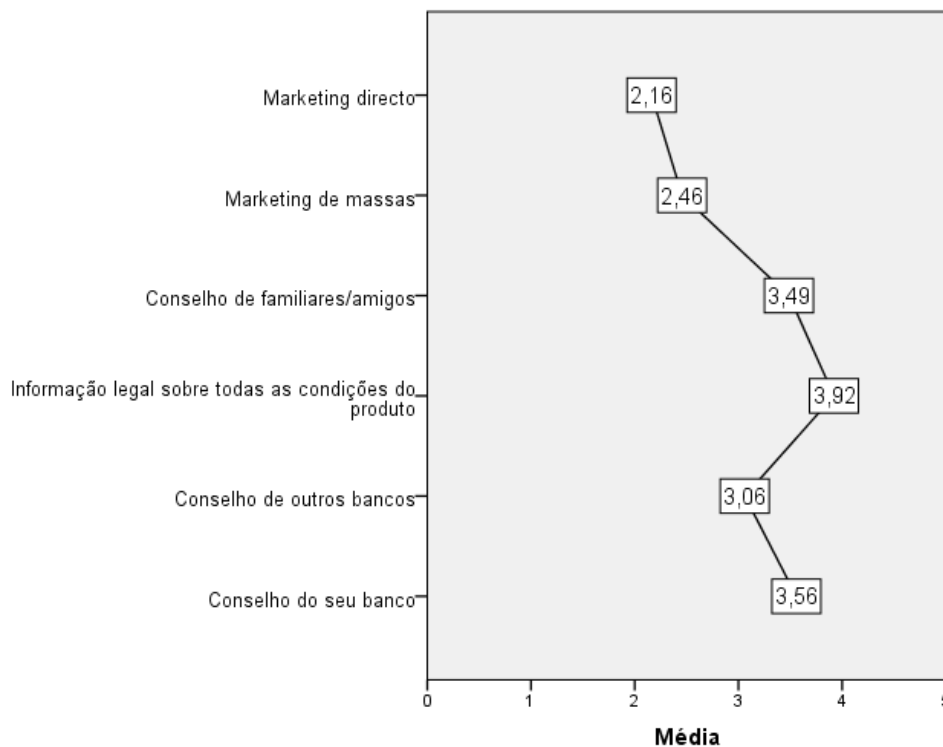
4.3 Cultura financeira

A cultura financeira dos alunos universitários foi avaliada segundo a sua divisão em duas grandes áreas de estudo: fontes de informação e planeamento.

4.3.1 Fontes de informação

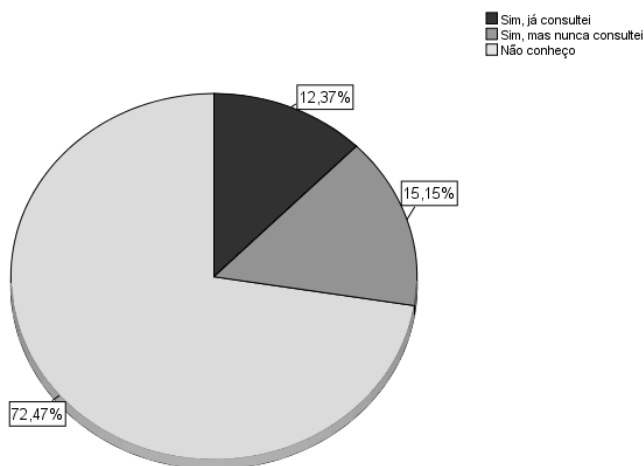
Quando foi proposto aos alunos classificarem, por grau de importância (em que o valor 1 é “nada importante” e o valor 5 é “muito importante”), as principais fontes de informação na realização de poupanças, os estudantes universitários deram um maior grau de importância à “informação legal sobre todas as condições do produto” com uma pontuação média de 3,89, como se pode comprovar na Figura 15. A fonte de informação menos importante na óptica do estudante informação na realização de poupanças é o “marketing directo (e-mails, mensagens de telemóveis, etc)” com uma importância média atribuída de 2,16.

Figura 15: Importância das fontes de informação na aquisição de produtos



O tipo de informação mais acompanhado pelos estudantes universitários são as notícias gerais sobre a economia. A evolução da bolsa e taxas de juro surgem com outras informações que alguns estudantes mencionam acompanhar. É de referir ainda que 81 (20,5%) estudantes declaram não acompanhar regularmente qualquer um dos tipos de informação mencionados. Ainda nas fontes de informação, foi perguntado aos alunos se conheciam o Portal do Cliente Bancário. De acordo com a Figura 16, apenas 12,37% dos alunos que responderam à questão afirmaram conhecer e já o ter consultado e 15,15% afirmaram conhecer mas nunca o ter consultado. Cerca de 72,47% dos estudantes afirmaram não conhecer o Portal.

Figura 16: Conhecimento do Portal do Cliente Bancário do Banco de Portugal



Por fim, no caso de impossibilidade de pagamento de prestações de empréstimos, foi proposto ao aluno referir a que entidades recorrerá, ou já recorreu, para revolver o problema. Mais uma vez cerca de 1/5 dos estudantes afirmou não saber onde se dirigir. A família foi o mais respondido, sendo o seu banco e associações de consumidores as entidades a seguir mencionadas mas por um número muito inferior à ordem da família. Verifica-se que a família surge como principal base de recurso em caso de impossibilidade de cumprimento (Anexo C2).

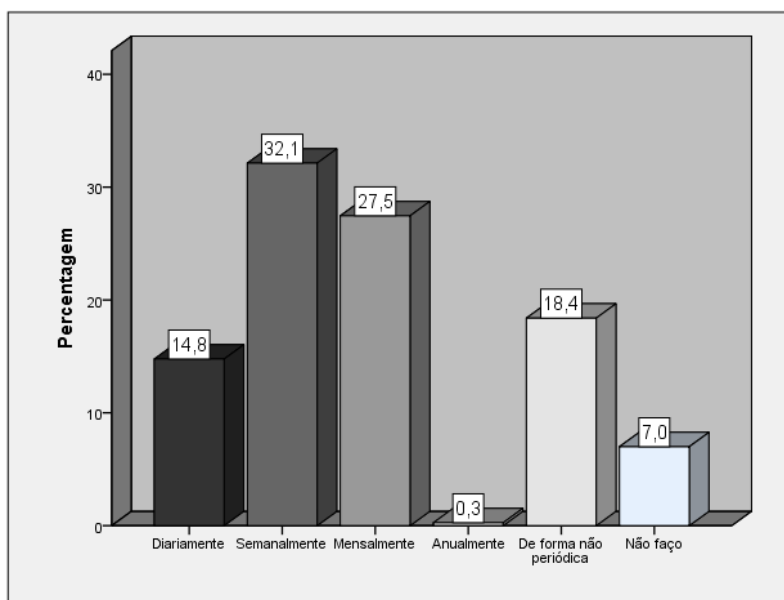
4.3.2 Planeamento

Este ponto da cultura financeira foi repartido por dois tópicos: o planeamento do orçamento familiar e o planeamento de poupança.

4.3.2.1 Planeamento do orçamento familiar

Numa escala de importância que vai do valor 1 “nada importante” a 5 “muito importante” foi solicitado aos alunos para classificarem a importância atribuída ao planeamento do orçamento familiar. Nesta questão as respostas foram muito positivas, pois 87,1% dos estudantes universitários classificou o nível de importância do planeamento do orçamento familiar como “importante” (39,6%) e “muito importante” (47,5%). Confrontados com a periodicidade do planeamento do orçamento familiar, apenas 7,0% dos alunos que afirmaram não o fazer. Na Figura 17 estão presentes as respostas dos alunos à periodicidade do planeamento do seu orçamento familiar. Um planeamento semanal e mensal são as formas de planeamento mais usadas pelos estudantes, com 32,1% e 27,5% respectivamente (Figura 16).

Figura 17: Periodicidade de planeamento do orçamento familiar



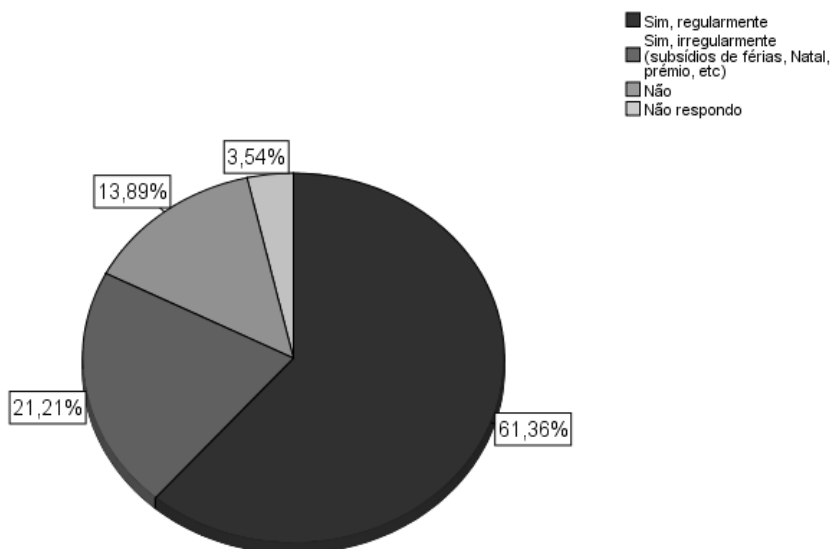
Verificou-se também que a importância de planear as despesas não é tradutor de realização efectiva de planeamento. Existem 73 estudantes que não fazem planos de despesas ou fazem anualmente ou sem periodicidade definida, mas que fizeram parte dos 344 que consideram o planeamento importante ou muito importante.

4.3.2.2 Planeamento de poupança

Focando agora a análise no tema do estudo, quando questionados com a regularidade que os estudantes fazem poupanças, os dados obtidos foram muito animadores (Figura 18). Cerca de

61,36% dos estudantes que responderam à questão, afirmaram fazer poupanças regularmente e apenas 13,89% afirmaram não fazer poupanças.

Figura 18: Hábitos de realização de poupança



Em relação ao destino do dinheiro poupado pelos estudantes universitários, dos 327 alunos que afirmaram fazer poupanças, 54,4% afirmaram deixar o dinheiro na conta habitual (à ordem) para o gastar/aplicar mais tarde, 20,3% deixa o dinheiro na conta habitual para fazer depósito a prazo ou outra aplicação financeira, 16,6% faz logo um depósito a prazo ou outra aplicação financeira e, por fim, 8,8% opta por outro destino para o seu dinheiro. Questionados quanto ao motivo ou razão para fazer poupanças, dos alunos que afirmaram fazer poupanças 46,1% poupa para despesas posteriores não regulares (como exemplo férias e viagens), 21,0% para fazer face a despesas imprevistas (doença, desemprego), 16,0% para adquirir/substituir bens duradouros, 10,7% para educação, 2,2% para aproveitar benefícios fiscais, apenas 1,3% afirmou poupar já a pensar na sua reforma. Por outro lado, dos 55 alunos que afirmaram não fazer poupanças, 66,1% referem que o seu rendimento é a principal razão para não as fazer (Anexo C2).

4.4 Escolha de produtos

Os produtos financeiros, relacionados com poupança ou investimento, utilizados pelos estudantes universitários são, sem surpresas, os depósitos a prazo. Os outros produtos financeiros que os estudantes mais possuem são seguros, planos de poupança, certificados de aforro e acções (Tabela 12).

Tabela 12: Produtos financeiros detidos pelos alunos

		Respostas	
		n	%
Produtos financeiros	Acções	29	7,2%
	Obrigações	5	1,2%
	Fundos de investimento	11	2,7%
	Seguros	91	22,6%
	Certificados de aforro	32	8,0%
	Planos de poupança (ex: educação, reforma)	55	13,7%
	Depósitos a prazo	177	44,0%
	Produtos derivados (ex: warrants)	2	0,5%
Total		402	100,0%

Por fim, dos 396 alunos inquiridos, 36,1% não possui qualquer produto relacionado com poupança ou investimento. 37,1% possui apenas um tipo de produto financeiro e 18,7% possui dois tipos de produtos. Existem 2 inquiridos que afirmaram ter cinco diferentes tipos de produtos financeiros de poupança ou investimento (Tabela 13).

Tabela 13: Número de produtos financeiros por aluno

		n	%
Número de produtos financeiros	0	143	36,1
	1	147	37,1
	2	74	18,7
	3	23	5,8
	4	7	1,8
	5	2	,5
	Total	396	100,0

Os alunos que referem fazer poupanças com regularidade, para além dos depósitos a prazo e seguros, surgem em maior número os planos poupança, certificados de aforro e acções. Por outro lado, os alunos que referem fazer poupanças irregularmente, os depósitos a prazo e os seguros são as opções mais frequentes.

4.5 Conhecimento de poupança

Este tópico é a base do tema da literacia financeira na área da poupança. Como referido anteriormente, composto por algumas questões que irão servir para calcular o índice de poupança dos estudantes universitários, através da amostra composta por 396 alunos. Estas questões e as suas respostas encontram-se no Anexo C3.

4.5.1 Produtos financeiros

A primeira questão foi relativa ao grau de risco, onde os alunos classificaram 7 produtos financeiros de poupança e investimento. Os estudantes universitários tiveram maior facilidade em acertar o grau de risco dos depósitos a prazo (risco baixo) com 287 em 396 a responder correctamente. De um modo geral, em 5 dos 7 produtos, mais de metade dos estudantes universitários respondeu correctamente (Tabela 14).

Tabela 14: Questão relativa ao risco dos produtos financeiros

	Respostas correctas	
	n	%
Acções	205	51,8
Obrigações	227	57,3
Certificados de Aforro	185	46,7
Fundos de investimento	236	59,6
Fundos de acções	116	29,3
Planos poupança reforma	279	70,5
Depósitos a prazo	287	72,5

Numa nova questão foi dado aos alunos 3 produtos financeiros (acções, fundos de investimento em tesouraria e depósitos a prazo) e 4 características (maior segurança, maior risco, maior valorização e maior flutuação de preços). Foi pedido aos alunos para escolherem as características que se assemelhavam a cada produto. Os fundos de tesouraria não entraram no índice de conhecimento de poupança, sendo usados apenas a título informativo. Relativamente aos resultados, quando questionados com as principais características das acções, 364 alunos responderam acertadamente que são um produto ou com maior risco ou maior flutuação de preços ou maior valorização a longo prazo. Já nos depósitos a prazo 239 alunos responderam acertadamente que são um produto com maior segurança (Tabela 15).

Tabela 15: Questão relativa às principais características de produtos financeiros

	Respostas correctas	
	n	%
Acções	364	91,9
Depósitos a prazo	239	60,4

4.5.2 Taxas, grau de risco e liquidez

Foram colocadas três questões de verdadeiro ou falso sobre taxa de juro anual nominal bruta e taxa de inflação, grau de risco entre acções e obrigações e liquidez de acções e depósitos a prazo. Juntamente à resposta de verdadeiro ou falso foi incluída a resposta “não sei”. Esta opção tem um peso relevante nas respostas dos estudantes universitários, na primeira questão

com 35,6% do total das respostas, 21,2% na segunda questão e 44,2% na terceira questão. Relativamente aos resultados correctos às questões, na Tabela 16 pode-se observar que apenas na questão sobre liquidez os resultados foram menos positivos.

Tabela 16: Questões relativas a taxas de juro e de inflação, grau de risco e liquidez

	Respostas correctas	
	n	%
Taxas de Juro nominais e reais (impacto da inflação)	209	52,8
Grau de risco	255	64,4
Liquidez	99	25,0

4.5.3 Cálculos matemáticos

Por fim, foi elaborada uma questão de cálculos aritméticos ao alunos (Tabela 17). Aqui eram esperados melhores resultados, pois apenas 53,3% dos alunos responderam correctamente à questão. As opções “não sei” ou “não respondo” tiveram um peso importante nas respostas.

Tabela 17: Questão relativa a literacia matemática

Imagine que acaba de encontrar um trabalho com um rendimento líquido de €2000. Tem de pagar €900 de aluguer de casa e €150 para as compras do mês. Paga também €250 por mês para transporte e estima €100 p/mês para roupa, €200 para restaurantes e €250 para as restantes despesas correntes. Quanto tempo vai levar para acumular uma poupança de €600?

		n	%
Opções de resposta	1 mês	4	1,0
	2 meses	15	3,8
	3 meses	35	8,8
	4 meses	211	53,3
	Não sei	72	18,2
	NR	59	14,9
	Total	396	100,0

4.5.4 Índice de conhecimento de poupança

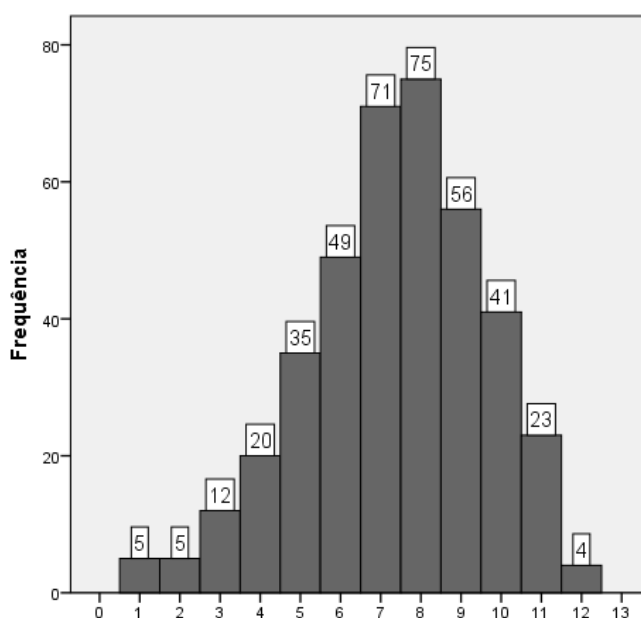
Os resultados do índice de conhecimento de poupança foram algo satisfatórios. Apesar de nenhum aluno ter respondido correctamente ao conjunto das 13 questões, a média de respostas correctas dos 396 alunos da amostra foi de 7,35, o que em percentagem significa 56,57% (Tabela 18).

Tabela 18: Análise descritiva do conhecimento de poupança

	n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Índice de conhecimento de poupança	396	1	12	7,35	2,223
Conhecimento de poupança em %	396	7,69	92,31	56,5657	17,10229

No gráfico seguinte (Figura 19) é perceptível que a distribuição do índice apresenta uma ligeira assimetria negativa, traduzindo uma maior concentração de respostas na segunda metade do histograma, onde o índice de conhecimento de poupança é maior.

Figura 19: Índice de conhecimento de poupança



Agrupando o conhecimento de poupança em percentagem por categorias, como definido Chen & Volpe (1998), na Tabela 19 conclui-se que cerca de metade dos estudantes universitários inquiridos apresentou um baixo nível de conhecimento de poupança. Apenas 6,8% dos alunos apresentou um conhecimento elevado.

Tabela 19: Conhecimento de poupança por escalões

Escalões	n	%
Conhecimento elevado (igual ou superior a 80%)	27	6,8
Conhecimento médio (entre 60% e 79%)	172	43,4
Conhecimento baixo (abaixo de 60%)	197	49,7
Total	396	100,0

4.6 Factores condicionantes do Conhecimento de poupança

De seguida o conhecimento dos estudantes face à poupança será analisado por cada uma das variáveis das quatro dimensões possíveis de influenciar o conhecimento: perfil do aluno, inclusão financeira, cultura financeira e escolha de produtos (poupança efectiva). Toda a informação referente a este ponto não focada nas tabelas presentes no texto, encontra-se no Anexo C4.

4.6.1 Perfil do aluno

No ponto 4.1 foi caracterizada a amostra pelas características do perfil do aluno. Neste ponto, é analisado o conhecimento de poupança em função de diferentes características dos alunos e pretende-se avaliar as possíveis associações encontradas.

Da análise de associações do conhecimento de poupança com as variáveis sexo, idade, área de curso e ano de curso observou-se que os estudantes do sexo masculino surgem com maior valor médio de conhecimento da poupança. Os estudantes na área das ciências empresariais apresentam valores de conhecimento médio mais elevados que os estudantes das ciências sociais e tecnologias, que surgem com valores médios semelhantes. Os estudantes do 3º ano também apresentam valores médios de conhecimento de poupança mais elevados que os alunos de 1º ano. Os alunos do Algarve e Lisboa e Vale do Tejo apresentam valores de conhecimento médio mais elevados (Tabela 20).

A variação da idade não provoca grandes alterações nos valores de conhecimento, ou seja, aumenta muito ligeiramente à medida que a idade aumenta. Em todas as características analisadas encontra-se também uma elevada dispersão nos valores do índice de conhecimento de poupança.

Tabela 20: Conhecimento de poupança em função das características sócio-demográficas e de curso

		Conhecimento poupança (%)			
		Média	Desvio Padrão	n	Coefficiente de correlação/associação
Sexo	Feminino	54,41	16,89	219	$ETA = 0,141$ $ETA^2 = 0,020$
	Masculino	59,24	17,03	177	
Idade	17-18	55,77	16,31	124	$Pearson = -0,046$
	19-21	56,57	18,10	192	
	22 ou mais	57,79	15,91	80	
Área de curso	Ciências sociais	53,29	18,65	138	$ETA = 0,185$ $ETA^2 = 0,034$
	Ciências empresariais	59,64	15,46	203	
	Tecnologias	53,43	17,04	55	
Ano do curso	1º	55,25	17,59	263	$ETA = 0,108$ $ETA^2 = 0,012$
	3º	59,17	15,85	133	
Região da sua residência principal	Norte	40,77	21,47	10	$ETA = 0,199$ $ETA^2 = 0,040$
	Centro	53,37	16,81	65	
	Lisboa e Vale do Tejo	58,51	16,51	269	
	Alentejo	56,41	14,47	24	
	Algarve	59,34	9,64	7	
	Região Autónoma da Madeira	53,85	14,95	10	
	Região Autónoma dos Açores	53,85	15,38	3	

As diferenças de valores médios encontrados nos diferentes grupos de estudantes traduzem no entanto relações muito fracas. Consequentemente, a partir dos valores do ETA^2 concluiu-se que apenas 2% da variação do conhecimento depende do género, 3,4% da área de curso, 1,2% do ano de curso e 4% da região da residência principal do aluno.

No quadro 21 observou-se que quem suporta totalmente os encargos da sua residência secundária apresenta maiores níveis de conhecimento médio. Os alunos sem qualquer rendimento têm maiores níveis médios de conhecimento que os alunos que recebem rendimentos superiores a 2500€.

Tabela 21: Conhecimento de poupança em função da deslocação da residência principal, encargos, situação laboral e rendimento

		Conhecimento poupança (%)			
		Média	Desvio Padrão	n	Medida de associação
Deslocado da sua residência principal?	Sim	53,66	17,21	127	$ETA = 0,114$
	Não	57,82	16,92	267	
Os encargos com a sua residência secundária são:	Não tenho	49,62	16,64	20	$ETA = 0,216$ $ETA^2 = 0,047$
	São totalmente suportados por mim	60,11	15,97	27	
	Partilhados com outras pessoas	52,84	17,40	61	
Situação laboral ou ocupacional	Estudante, sem experiência laboral	55,50	16,99	269	$ETA = 0,088$
	Estudante, com experiência laboral	58,73	17,23	126	
Rendimento mensal disponível	Sem rendimento	58,13	16,47	61	$Spearman = -0,010$
	Até 200€	57,34	17,24	154	
	Entre 200 e 499€	57,26	15,78	99	
	Entre 500 e 999€	57,32	15,62	31	
	Entre 1000 e 2.500€	57,34	13,04	11	
	Acima de 2.500€	50,00	38,07	2	

A relação entre o conhecimento de poupança e os encargos com a residência secundária é fraca. O valor de ETA^2 conclui que apenas 4,7% do variação do conhecimento depende desta característica.

As características que correspondem às habilitações parentais, à situação laboral e ao rendimento mensal disponível verificaram não ter qualquer relação com os conhecimentos de poupança (Tabela 22). Estas características apresentam elevados valores de dispersão, o que pode justificar a falta de relação.

Tabela 22: Conhecimento de poupança em função do background dos pais

		Conhecimento poupança (%)			
		Média	Desvio Padrão	n	Coefficiente de correlação/associação
Habilitações literárias do pai (concluídas)	Sem instrução primária	61,54	.	1	<i>Spearman</i> = -0,005
	Tem instrução primária (4º ano actual)	54,71	17,52	71	
	Tem o ensino básico (9º ano actual)	59,19	16,25	82	
	Tem o ensino secundário (12º ano actual)	57,23	17,68	125	
	Tem licenciatura completa	56,81	17,58	70	
	Pós-Graduação / Mestrado / Doutoramento	55,38	13,81	35	
Habilitações literárias da mãe (concluídas)	Sem instrução primária	61,54	10,88	2	<i>Spearman</i> = -0,057
	Tem instrução primária (4º ano actual)	57,50	16,77	61	
	Tem o ensino básico (9º ano actual)	59,70	15,95	88	
	Tem o ensino secundário (12º ano actual)	55,59	17,27	119	
	Tem licenciatura completa	57,38	17,35	85	
	Pós-Graduação / Mestrado / Doutoramento	51,98	17,52	33	

Em síntese, mesmo com uma relação fraca com o conhecimento, denotou-se que os estudantes do sexo masculino apresentam uma média de conhecimento superior, assim como os estudantes da área das ciências empresariais, face às restantes. Os alunos do 3º ano de curso também revelam maior literacia ao nível de poupança do que os alunos do 1º ano. O factor região também pode ser analisado, os estudantes residentes em Lisboa e Vale do Tejo e Algarve também apresentam valores médios de conhecimentos de poupança superiores aos estudantes das restantes regiões. Os alunos deslocados e/ou responsáveis pela gestão do seu orçamento também revelam maiores conhecimentos de poupança. O enquadramento familiar do estudante não se revelou influente sobre os seus conhecimentos.

4.6.2 Inclusão e compreensão financeira

No grau de inclusão financeira, as diferenças surgem essencialmente entre os alunos que não têm qualquer conta à ordem e os restantes. Os alunos que não têm contas à ordem possuem um conhecimento médio de poupança inferior (Tabela 23) e têm pouca expressão no total da amostra.

Tabela 23: Conhecimento de poupança em função da inclusão financeira

	Conhecimento poupança (%)				
	Média	Desvio Padrão	n	Coefficiente de Correlação	
Nº de contas à ordem	0	51,28	23,71	9	Spearman = 0,108
	1	55,39	17,26	219	
	2	59,01	15,81	128	
	3	60,26	15,99	24	
	4	55,77	9,86	8	
	5 ou mais	80,77	5,44	2	

O conhecimento de poupança dos alunos está relacionada, embora com uma relação baixa com a sua compreensão financeira. De tal forma que, no geral, os níveis médios de conhecimento são mais elevados para os alunos que assumiram compreender medianamente ou de forma elevada as diferentes áreas mencionadas (Tabela 24).

Tabela 24: Conhecimento de poupança em função da compreensão financeira

	Conhecimento poupança (%)				
	Média	Desvio Padrão	n	Coefficiente de correlação	
Áreas Matemáticas (cálculos aritméticos)	Muito baixo	40,83	11,49	13	Spearman = 0,170
	Baixo	49,85	19,86	50	
	Mediano	57,59	16,14	185	
	Elevado	59,90	15,92	122	
	Muito elevado	56,41	19,96	21	
Expressões/termos financeiros	Muito baixo	46,56	19,03	57	Spearman = 0,311
	Baixo	52,96	16,17	96	
	Mediano	59,26	14,88	189	
	Elevado	66,56	17,71	46	
	Muito elevado	58,97	11,75	3	
Linguagem utilizada em documentos institucionais (exemplo: contratos financeiros)	Muito baixo	46,76	17,60	51	Spearman = 0,260
	Baixo	54,79	16,62	130	
	Mediano	59,55	15,86	178	
	Elevado	67,24	15,62	27	
	Muito elevado	52,31	19,15	5	
Publicidade a produtos financeiros	Muito baixo	46,35	19,45	39	Spearman = 0,201
	Baixo	53,77	16,38	100	
	Mediano	59,28	15,48	201	
	Elevado	60,54	19,50	46	
	Muito elevado	52,56	20,30	6	
Literacia Financeira	Muito baixo	47,15	17,71	77	Spearman = 0,309
	Baixo	55,07	15,54	145	
	Mediano	61,92	15,06	140	
	Elevado	67,38	17,94	25	
	Muito elevado	47,44	23,54	6	

Em síntese, a posse de contas bancárias e um mediano ou elevado nível de compreensão das áreas matemáticas, das expressões financeiras, da linguagem, da publicidade ou de Literacia Financeira no seu geral, possibilita um maior nível de conhecimento de poupança.

4.6.3 Cultura financeira

Como já referido anteriormente, a área da cultura financeira subdivide-se em fontes de informação, planeamento do orçamento familiar e planeamento de poupança.

4.6.3.1 Fontes de informação

Na relação do conhecimento de poupança com as fontes de informação verificou-se existir relação, embora de forma não muito significativa, com o número de fontes de informação e o número de entidades consultadas. Quando mais elevado é o número de fontes de informação consultadas, melhor são os níveis de conhecimento médio de poupança dos estudantes e decididamente superiores face aos estudantes que não recorrem a qualquer tipo de informação. Em função do tipo de informação, a evolução das bolsas e de taxas de juro apresentam maiores valores médios de conhecimento para quem as assinalou.

Tabela 25: Conhecimento de poupança em função da fontes de informação

		Conhecimento poupança (%)			
		Média	Desvio Padrão	n	Coefficiente de correlação/associação
Nº de fontes de informação	0	48,15	17,32	81	<i>Pearson</i> = 0,288
	1	56,45	17,12	177	
	2	60,10	15,11	96	
	3	64,40	15,17	35	
	4	69,23	6,28	7	
Nº de entidades	0	53,95	17,76	77	<i>Pearson</i> = 0,158
	1	54,95	16,74	196	
	2	60,58	16,77	104	
	3	61,99	16,87	17	
	4	61,54	10,88	2	
Conhece o Portal do Cliente Bancário?	Sim, já consultei	56,67	16,59	49	<i>ETA</i> = 0,064
	Sim, mas nunca consultei	59,10	18,44	60	
	Não conheço	56,02	16,91	287	

Igualmente se concluiu que os níveis médios de conhecimento de poupança dos estudantes são maiores quanto maior for o número de entidades assinaladas (Tabela 25). Curiosamente, quem assinalou recorrer à família, ao Ministério das Finanças ou não saber a quem recorrer têm valores médios de conhecimento semelhantes e mais baixos do que o grupo de estudantes

que assinalou o banco ou associações de consumidores. O conhecimento do portal de cliente bancário não se revelou influente no conhecimento de poupança.

4.6.3.2 Planeamento do orçamento familiar

Apesar da baixa relação, constatou-se que o nível médio de conhecimento de poupança é superior para os alunos que dão maior importância ao planeamento do orçamento familiar, à excepção do único indivíduo que considerou nenhuma importância (Tabela 26). Na periodicidade de planeamento de poupanças não se encontrou qualquer relação com os conhecimentos de poupança. O nível de conhecimento é semelhante entre quem faz ou não planeamento, independentemente da periodicidade.

Tabela 26: Conhecimento de poupança em função do planeamento do orçamento familiar

		Conhecimento poupança (%)			
		Média	Desvio Padrão	n	Coefficiente de Correlação
Nível de importância do planeamento do orçamento familiar	Nada importante	69,23	.	1	<i>Spearman</i> = 0,064
	Pouco importante	50,55	18,77	7	
	Mediano	54,38	19,75	43	
	Importante	55,52	17,48	156	
	Muito importante	57,84	15,96	187	
Periodicidade do planeamento do orçamento familiar	Diariamente	55,20	20,77	57	<i>Spearman</i> = 0,015
	Semanalmente	57,38	14,46	124	
	Mensalmente	56,31	16,12	106	
	Anualmente	23,08	.	1	
	De forma não periódica	58,07	18,70	71	
	Não faço	55,56	18,39	27	

4.6.3.3 Planeamento de poupança

Curiosamente, os alunos apresentam semelhantes níveis médios de conhecimento quer façam ou não poupanças, logo a regularidade da poupança não influencia o nível de conhecimento. Tal facto pode dever-se ao tipo de produtos obtidos por quem faz poupanças regularmente, ou seja, possui apenas um tipo de produto financeiro de poupança o que faz com que não tenha conhecimento dos restantes produtos. Os alunos que deixam o dinheiro na conta habitual para mais tarde aplicar num produto financeiro ou quem faz logo um depósito a prazo ou outra aplicação financeira apresentam maiores níveis médios de conhecimento de poupança.

Os estudantes que responderam que o seu motivo para poupar era aproveitar benefícios fiscais, aquisição/substituição de bens duradouros ou outro motivo (onde se destacam precaver o futuro e despesas regulares) apresentam melhores níveis médios de conhecimento de poupança.

A razão para não fazer poupança tem a melhor relação, apesar de ainda fraca, deste conjunto de características. Os alunos que não consideram fazer poupanças uma prioridade obtiveram melhores níveis médios de conhecimento e quem revela fazer despesas não planeadas ou compras por impulso apresenta um valor médio de conhecimento mais baixo (Tabela 27).

Tabela 27: Conhecimento de poupança em função do planeamento de poupança

		Conhecimento poupança (%)			
		Média	Desvio padrão	n	Coefficiente de correlação/associação
Costuma fazer poupanças?	Sim, regularmente	56,54	17,25	243	Spearman = 0,020
	Sim, irregularmente (subsídios de férias, Natal, prémio, etc.)	57,23	15,81	84	
	Não	57,48	16,48	55	
O que faz geralmente com o dinheiro que poupa?	Deixo-o na conta habitual (à ordem), para gastar/aplicar mais tarde	54,51	17,42	174	ETA = 0,175
	Deixo-o na conta habitual (à ordem), para mais tarde fazer um depósito a prazo ou outra aplicação financeira	62,01	17,62	65	
	Faço logo um depósito a prazo ou outra aplicação financeira	58,20	15,20	53	
	Outra	57,69	12,82	28	
Principal razão para fazer poupanças	Para aproveitar benefícios fiscais	61,54	18,84	7	ETA = 0,119
	Para despesas posteriores não regulares (férias, viagens...)	55,68	15,26	147	
	Para aquisição/substituição de bens duradouros	59,43	18,27	51	
	Para educação	54,30	16,83	34	
	Para fazer face a despesas imprevistas (doença, desemprego...)	57,52	18,95	67	
	Para utilizar na reforma	53,85	14,04	4	
	Outra	62,39	8,97	9	
Razão para não fazer poupanças	O seu rendimento não o permite	57,79	15,17	39	ETA = 0,263
	Não considero uma prioridade	62,82	20,88	6	
	Faz despesas não planeadas - por impulso	48,25	17,91	11	
	Outra	61,54	23,08	3	

4.6.4 Escolha de produtos

Terminando a análise de relações do conhecimento de poupança com as outras dimensões do estudo, foi proposto determinar uma possível relação com a poupança efectiva, ou seja, com o número de produtos de poupança que o estudante detém. Na Tabela 28, verificou-se existir

uma relação muito fraca entre elas. A diferença surge essencialmente entre quem não tem qualquer produto e os que têm pelo menos um.

Tabela 28: Conhecimento de poupança em função do número de produtos

	Conhecimento poupança (%)			
	Média	Desvio Padrão	n	Coefficiente de correlação
0	53,25	18,91	143	Pearson = 0,134
1	58,66	15,36	147	
2	56,13	15,74	74	
3	63,21	15,89	23	
4	58,24	21,69	7	
5	73,08	5,44	2	

Considerando que tem pelo menos um produto os estudantes que afirmam ter fundos de investimento ou acções apresentam um valor médio de conhecimento superior aos restantes grupos de estudantes com outros tipos de produtos, que surgem com valores similares entre si.

Tabela 29: Conhecimento de poupança em função do tipo de produtos

		Conhecimento poupança (%)		
		n	Média	Desvio Padrão
Acções	Sim	29	61,8	17,1
Obrigações	Sim	5	58,5	10,3
Fundos de investimento	Sim	11	67,1	14,6
Seguros	Sim	91	57,1	16,3
Certificados de aforro	Sim	32	57,0	16,6
Planos de poupança	Sim	55	56,8	17,0
Depósitos a prazo	Sim	177	59,8	15,5
Produtos derivados	Sim	2	53,8	10,9

4.7 Discussão dos Resultados

Na sequência dos resultados apresentados anteriormente, investiga-se agora a comprovação das hipóteses criadas para a elaboração deste estudo e a comparação com os estudos analisados na revisão de literatura.

A hipótese 1 afirma que o índice de conhecimento de poupança é superior ou igual a 60%. Este foi o valor de referência assumido por Chen & Volpe (1998) para segmentar os níveis de conhecimento, assumindo para valores inferiores a 60% um conhecimento baixo, entre 60 e 79 um conhecimento médio e para valores iguais ou superiores a 80% um conhecimento elevado.

A média de conhecimento de poupança dos estudantes universitários registada neste estudo foi de 56,57%, o que representa um conhecimento baixo na escala anteriormente referida. Existem 46,7% de estudantes com valor médio de conhecimento de poupança inferior a 60%. Este valor revela que metade dos estudantes universitários responderam correctamente a menos de 60% das questões de conhecimento de poupança.

Em comparação com outros estudos relacionados, os resultados de conhecimento de poupança obtidos neste estudo foram ligeiramente superiores. A média obtida de 56,57% é relativamente superior aos 53,3% registados, na área da poupança, pelo estudo à literacia financeira de Mandell (2008), aos 54,47% nas questões de poupança e 40,37% nas questões de investimento registados no estudo de Chen & Volpe (1998) e aos 56,3% (valor convertido do índice de conhecimento médio, que variou entre 0 e 10, de 5,63) registados por Peng *et al.* (2007). Estas comparações não passam de referências meramente indicativas pois cada estudo usou um método de avaliação de conhecimento diferente.

Em síntese, a hipótese 1 não se verifica, o valor médio do índice de conhecimento é inferior a 60%, considerando-se que os estudantes universitários possuem um nível de literacia baixo no que refere à poupança.

A hipótese 2, refere que o perfil do aluno tem impacto no conhecimento de poupança. No estudo de relação entre o conhecimento de poupança e as características do perfil do aluno, conclui-se que diferentes grupos de estudantes, apesar de traduzirem relações muito fracas, surgem com diferentes médias no índice de conhecimento influenciadas por algumas características. Verifica-se que o sexo, área e ano de curso, o facto de estar deslocado e/ou ser responsável pelos encargos e a região são factores que influenciam os valores médios de conhecimento de poupança.

Analisando a diferença de médias encontradas entre os grupos de estudantes, o nível médio de conhecimentos é superior no sexo masculino em concordância com Chen & Volpe (1998), Van Rooij *et al.* (2007); Banco de Portugal (2011) e Peng *et al.* (2007), nos alunos da área das ciências empresariais como defenderam Mandell (2008), Chen & Volpe (1998) e Peng *et al.* (2007) afirmando que os alunos dos cursos de Gestão ou Economia têm maiores conhecimentos financeiros, nos alunos de 3º ano, validando que o nível de conhecimentos aumenta quando aumenta o ano de curso (Mandell, 2008; Chen & Volpe, 1998). As regiões

dos alunos que maior nível médio de conhecimento foram Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, as mesmas que no estudo à Literacia Financeira do Banco de Portugal (2010).

Foi obtido neste estudo que os estudantes sem rendimentos (incluindo mesadas) tinham melhores médias de conhecimentos de poupança que os restantes com rendimentos. Tal facto veio contrariar o que foi defendido por Chen & Volpe (1998) e Peng *et al.* (2007), que assumiram que os estudantes com maiores rendimentos são os que têm melhores conhecimentos de poupança. Os alunos com experiência profissional foram os que obtiveram maiores médias de conhecimento de poupança, o que vai de encontro ao que foi concluído por Chen & Volpe (1998)

Dos rendimentos dos pais ou do agregado familiar e habilitações literárias dos pais, nada se pode concluir da análises das médias de conhecimento de poupança por grupos. Mandell (2008) concluiu que os escalões de rendimento e habilitações literárias dos pais mais elevadas obtiveram melhores níveis médios de conhecimento de poupanças dos estudantes universitários.

A conclusão retirada dos estudos analisados na Revisão de Literatura, dava a entender que factores como género, ano e área de curso, rendimento pessoal, experiência profissional, rendimento e habilitações literárias dos pais teriam impacto nas conhecimentos dos estudantes universitários. Tal facto, não se veio a comprovar neste estudo.

A terceira hipótese, que afirma existir relação entre conhecimento de poupança e o grau de inclusão e compreensão financeira, também se comprovou. Quando analisado o conhecimento de poupança com o número de contas à ordem (característica única da inclusão financeira), concluiu-se que a sua relação era pouco significativa. O que faz a diferença no conhecimento é possuir ou não conta à ordem e não o número de contas que se detém. Os alunos sem qualquer conta têm um nível médio de conhecimentos de poupança mais reduzido que os restantes. Este resultado está em concordância com o registado no inquérito de Literacia Financeira do Banco de Portugal (2011). O número médio de contas à ordem possuído por pessoa esteve próximo nos dois estudos. Concluiu-se que nos estudantes universitários a média de contas à ordem foi de 1,52, e no estudo do Banco de Portugal a toda a população portuguesa a média foi de 1,4.

Já a compreensão financeira assumiu valores de relação relativamente mais elevados. De certa forma, os alunos que consideram possuir um nível de compreensão mediano ou elevado sobre as matérias propostas, são os que apresentam níveis médios de conhecimento de poupança mais elevados. Tal facto também foi comprovado no estudo de Van Rooij *et al.* (2007) que concluiu que quem se auto avaliou melhor, obteve melhores médias de conhecimento. Logo, a compreensão financeira também se encontra relacionada com o nível de conhecimento de poupança.

A cultura financeira, estava subdividida em três vertentes de estudo: as fontes de informação, o planeamento do orçamento familiar e o planeamento de poupanças. A hipótese 4, que afirma que a cultura financeira tem impacto no conhecimento de poupança, não se confirma para algumas vertentes da cultura financeira.

Verificou-se que quem acompanha a informação através de várias fontes apresenta maior nível de conhecimento do que os estudantes que não acompanham informação de natureza financeira e os que acompanham a evolução da bolsa e taxas de juro têm maiores níveis médios de conhecimento de poupança. Idêntica situação ocorre com o recurso a entidades em caso de impossibilidade de cumprimento de empréstimos. O conhecimento aumenta à medida que se recorre a mais entidades. Verificou-se que o nível de conhecimento de poupança é idêntico entre os estudantes que afirmaram ser possível recorrer à família, ao Ministério das Finanças ou aos que não sabem a quem recorrer. Quem afirmou recorrer ao banco e/ou às associações de consumidores surge com maior nível de conhecimento de poupança. Em síntese, a importância e recurso a fontes de informação e entidades surgem relacionadas com o conhecimento de poupança, apesar de não se revelarem relações de grande intensidade.

Em relação ao planeamento, os resultados confirmaram que a média de conhecimento de poupança é maior nos alunos que dão maior importância ao planeamento do orçamento familiar. Também o Banco de Portugal (2011) apresentou essas conclusões no seu estudo. Contrariamente ao que seria esperar e concluído por estudo do Banco de Portugal (2011), os estudantes que fazem poupanças não revelaram níveis de conhecimentos médios diferenciados em função da regularidade de realização de poupanças.

Em síntese, a cultura financeira apresenta influência sobre o conhecimento de poupança, uma vez que estudantes que acompanham informação, admitem recorrer a instituições adequadas

em caso de incumprimentos, dão importância ao planeamento de despesas apresentam níveis médios de conhecimento de poupança mais elevados.

A hipótese 5 procura saber se o conhecimento de poupança está relacionado com a escolha de produtos.

Os resultados evidenciaram que alunos que não têm qualquer tipo de produto de poupança têm um nível médio de conhecimentos de poupança mais baixos. Este aspecto está relacionado com o que Peng *et al.* (2007) concluiu, evidenciando que o conhecimento financeiro está relacionado de forma positiva com as experiências financeiras.

Entre quem tem produtos de poupança, os estudantes que possuem ações ou fundos de investimento apresentam níveis médios de conhecimento superiores (acima de 60%). Para quem possui os restantes tipos de produtos o nível de conhecimento é idêntico.

Em síntese, o conhecimento está relacionado com a posse de produtos de poupança e também com o tipo de produtos existentes.

Por fim, a hipótese 6 indica que o tipo de produtos está relacionado com a regularidade da poupança. Verifica-se que independentemente da regularidade com que o universitário faz as suas poupanças, os depósitos a prazo e os seguros são os produtos existentes em maior número. No entanto para quem afirma fazer poupanças com regularidade, as ações, os certificados de aforro e planos poupança são produtos que surgem com maior frequência do que no grupo de estudantes que irregularmente executam as suas poupanças, ou indicam não realizar poupanças. Em suma, detectam-se alguns produtos mais frequentes em função da regularidade da poupança.

5. CONCLUSÕES

Para terminar, será apresentada um breve síntese deste estudo desenvolvido, sendo anunciadas as principais conclusões que respondem à questão de investigação. Serão também evidenciadas algumas limitações e sugestões para investigações futuras.

5.1 Síntese do estudo

Incorporado no tema da Literacia Financeira, o presente estudo pretendia conhecer quais os conhecimentos de poupança de estudantes universitários. Num cenário financeiro pouco animador, a poupança assume uma enorme importância pois permite, neste caso, aos jovens universitários desenvolver métodos de segurança financeira essenciais para combater despesas imprevistas e, desenvolver os melhores hábitos para assegurar o bem-estar futuro a longo prazo.

O objectivo primordial do estudo foi retratar o estudante universitário face aos seus conhecimentos de poupança. Conhecer o seu nível de conhecimento e encontrar as características que influenciam o conhecimento.

Para responder à questão de investigação foi elaborado um questionário composto pelas dimensões de inclusão e compreensão financeira, cultura financeira, conhecimento financeiro, para além das questões relativas ao perfil do aluno. Para aferir o índice de conhecimento de poupança foram submetidas aos alunos questões sobre produtos financeiros e as suas características (risco, liquidez, segurança), taxas de juro nominais e taxa de inflação e conhecimentos aritméticos de planeamento de poupança. A amostra foi composta por 396 alunos de 1º e 3º anos das licenciaturas do ISCTE-IUL.

Os resultados do conhecimento de poupança foram inadequados. A média de conhecimento dos alunos foi de 56,57%, o que significou que, no geral e em média, os alunos apenas acertaram metade das questões.

Relativamente às hipóteses que afirmavam existir relação entre as dimensões com o conhecimento de poupança, conclui-se que todas as dimensões têm características que influenciam o conhecimento. Relativamente à influência da regularidade da realização

poupança nos produtos escolhidos, conclui-se existir alguns produtos mais frequentes em função da regularidade.

5.2 Investigação futura

A relevância da Literacia Financeira em Portugal, por ser um tema extremamente importante para a sociedade e por ainda necessitar de maior desenvolvimento, abre portas a possíveis investigações. Particularizando o estudo desenvolvido, apesar das conclusões obtidas do nível de conhecimentos de poupança dos estudantes universitários, existem diversas investigações que serão interessantes desenvolver.

Propõe-se como primeira hipótese de investigação, desenvolver um novo estudo neste âmbito alargando-o a estudantes universitários de diversas instituições, e abranger o estudo a outros ciclos, como mestrado e doutoramento. A introdução de trabalhadores/estudantes no estudo pode ser um aspecto a englobar.

A segunda hipótese de investigação trata-se de aprofundar o tratamento dos dados recorrendo a técnicas estatísticas de âmbito multivariado, nomeadamente, a técnicas de segmentação para encontrar perfis de estudantes quanto a conhecimento de poupança.

5.3 Limitações do estudo

A amostra do estudo, apesar de sua diversidade, foi composta somente por alunos do ISCTE-IUL. Tal facto faz com que apenas se permita conhecer os resultados do conhecimento de poupança nos estudantes universitários desta instituição, não se podendo generalizar aos restantes estudantes do país.

A recolha de dados foi realizada através de questionário anónimo. Apesar de um rigoroso cuidado para minimizar o problema de má interpretação de perguntas, nomeadamente com a elaboração do pré-teste, esse problema de má interpretação por parte dos estudantes pode enviesar os resultados. O facto de não existir um instrumento de medida da literacia financeira validado obrigou, embora tendo por base diversos estudos, ao desenvolvimento de um novo questionário. Por esse motivo, a comparação de resultados com outros estudos, nomeadamente, no que respeita ao nível de literacia financeira, ficou condicionada.

BIBLIOGRAFIA

ANZ. (2008). *ANZ Survey of Adult Financial Literacy in Australia*. The Social Research Centre.

Banco Best. (1 de Março de 2006). *Invista nos seus sonhos. Best news - finanças pessoais*, pp. 12-21.

Banco de Portugal. (2009). *Banco de Portugal - Eurosistema*. Obtido de www.bportugal.pt

Banco de Portugal. (2011). *Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa*. Lisboa: Departamento de Supervisão Comportamental.

Caetano, A. (2011). *Consciência Leve: Índice Consciência Reforma*. Obtido em 01 de Dezembro de 2011, de Consciência Leve: www.consciencialeve.pt/pt/indice-consciencia-reforma/

Chen, H., & Volpe, R. P. (1998). An Analysis of Personal Financial Literacy Among College Students. *Financial Services Review*, 107-128.

CMVM. (2012). *CMVM: Apresentação*. Obtido em 1 de Abril de 2012, de Comissão de Mercado de Valores Mobiliários: www.cmvm.pt

CMVM. (2005). *Guia do Investidor*. Lisboa: Comissão do Mercado de Valores Imobiliários.

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. (2011). *Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015*. Lisboa: Banco de Portugal.

DECO Proteste. (2011). *DECO Proteste*. Obtido em 01 de Abril de 2012, de www.deco.proteste.pt/quem-somos-s345851.htm

DECO Proteste. (Julho de 2010). *Mais Impostos nos rendimentos financeiros*. Obtido de DECO Proteste: <http://www.deco.proteste.pt/poupanca-e-investimento/mais-impostos-nos-produtos-financeiros-s605671.htm>

DECO Proteste. (2012). *Proteste Investe*. Obtido em 4 de 2012, de Web site de DECO Proteste Investe: <http://www.deco.proteste.pt/investe/>

DECO Proteste. (2004). *Saber Investir: o guia prático da poupança*. Lisboa: EDIDECO.

DECO Proteste. (25 de Março de 2008). *Segurança dos investimentos*. Obtido em 1 de Abril de 2012, de Proteste Investe: <http://www.deco.proteste.pt/investe/seguranca-dos-investimentos-s4907734.htm>

Dolceta. (15 de Julho de 2010). *Dolceta: online consumer education*. Obtido em Abril de 2010, de www.dolceta.eu/portugal/Mod7

Economia e Finanças. (10 de Janeiro de 2012). *Economia e Finanças: Todo o economista é um leigo, todo o leigo é economia*. Obtido em 01 de Março de 2012, de Economia e Finanças: economiaefinancas.com/2012/01/previsao-para-a-taxa-de-inflacao-de-2012/

Economia e Finanças. (11 de Janeiro de 2012). *Economia e Finanças: Todo o economista é um leigo, todo o leigo é economia*. Obtido em 1 de Março de 2012, de Economia e Finanças: economiafinancas.com/tag/taxa-de-inflacao-2011/

Economia e Finanças. (6 de Abril de 2012). *Economia e Finanças: Todo o economista é um leigo, todo o leigo é um economia*. Obtido em 6 de Abril de 2012, de Economia e Finanças: <http://economiafinancas.com/2012/04/reformas-antecipadas-proibidas-no-privado-decreto-lei-no85-a2012/>

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (s.d.). *Pordata: base de dados Portugal contemporâneo*. Obtido em Abril de 2012, de www.pordata.pt

Fundo de Garantia dos Depósitos. (2012). Obtido em 1 de Abril de 2012, de www.fgd.pt/pt-PT/paginas/inicio.aspx

Huston, S. J. (2010). Measuring Financial Literacy. *The Journal of Consumer Affairs* , 296-316.

IGCP. (01 de Março de 2012). *Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.* Obtido em 01 de Março de 2012, de www.igcp.pt/gca/index.php?id=63

Instituto de Formação Bancária. (2005). *Mercados Financeiros*. Lisboa: IFB.

Jump\$tart. (2011). *Jump\$tart Coalition for Personal Financial Literacy*. Obtido em 1 de Dezembro de 2011, de www.jumpstart.org

Levinson, M. (2005). *Guia dos Mercados Financeiros*. Lisboa: Editorial Caminho.

Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2009). *Financial Literacy: Evidence and Implications for Financial Education*.

Mandell, L. (2008). *The Financial Literacy of Young American Adults: Results of the 2008 National Jump\$tart Coalition Survey of High School Seniors and College Students*. Washington: The Jump\$tart Coalition for Personal Financial Literacy.

Microsoft. (2012). *Microsoft Office: Orçamento Familiar Mensal*. Obtido em 2012, de <http://office.microsoft.com/pt-pt/templates/orcamento-familiar-mensal-TC001023342.aspx>

Ministério das Finanças. (2011). *Orçamento do Estado para 2012*. Lisboa: Ministério das Finanças.

OCDE. (2009). *The OECD Project on Financial Education and its International Network on Financial Education*. Paris.

Peng, T.-C. M., Bartholomae, S., Fox, J. J., & Cravener, G. (2007). The Impact of Personal Finance Education Delivered in High School and College Courses. *J Fam Econ Iss* , 265-284.

PISA. (2010). *PISA 2012 Financial Literacy Framework*.

Produtos Bancários. (18 de Abril de 2010). Obtido em 01 de Abril de 2012, de Produtos Bancários: www.produtosbancarios.com/guia-investir-liquidez/

Produtos Bancários. (15 de Julho de 2010). Obtido em 01 de Abril de 2012, de Produtos Bancários: www.produtosbancarios.com/guia-para-investir-rendimento/

Remund, D. L. (2010). Financial Literacy Explicated: The Case for a Clearer Definition in an Increasingly Complex Economy. *The Journal of Consumer Affairs* , 276-295.

Rodrigues, P. G., & Silva, P. D. (2005). *Quatro Medidas para a Segurança Social*. Lisboa: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças.

Santos, L. L., & Laureano, R. (2003). *Fundamentos e aplicações do Cálculo Financeiro - casos práticos* (1ª Edição ed.). (M. Robalo, Ed.) Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.

Schagen, S. (1997). *The evaluation of Natwest Face 2 Face with Finance*. Nation Foundation for Education Research.

The World Bank. (2009). *The Case for Financial Literacy in Developing Countries: Promoting Access to Finance by Empowering Consumers*. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank.

van Rooij, M., Lusardi, A., & Alessie, R. (2007). *Financial Literacy and Stock Market Participation*. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Retirement Research Center.

ANEXOS

Índice de Anexos

Anexo A: Revisão de Literatura	
Anexo A1: Exemplos de produtos financeiros segundo a sua segurança	78
Anexo A2: Exemplo de orçamento pessoal mensal	79
Anexo A3: Exemplos de questões dos estudos analisados relacionadas com poupança	80
Anexo B: Metodologia	
Anexo B1: Questionário do estudo.....	81
Anexo B2: Questões de estudo por tema do questionário e a sua base de literatura.....	89
Anexo C: Resultados	
Anexo C1: Perfil do aluno	90
Anexo C2: Dados relativos às dimensões: inclusão e compreensão financeira, cultura financeira	94
Anexo C3: Conhecimento de poupança dos alunos	98
Anexo C4: Factores condicionantes do conhecimento de poupança.....	100

Anexo A: Revisão de Literatura

Anexo A1: Exemplos de produtos financeiros segundo a sua segurança

Características dos produtos financeiros (1)			
Produto Financeiro	Segurança contratual do capital	Variações significativas de valor?	Rendimento
Depósito a prazo	Sim	n.a.	Fixo
Contas Poupança-Reformado	Sim	n.a.	Fixo
Certificados de Aforro	Sim	n.a.	Fixo
Fundos de tesouraria euro	Não	Não	Variável
Fundos de acções	Não	Sim	Variável
Acções	Não	Sim	Variável
Seguros de capitalização de capital garantido	Sim	Não	Variável mas como um mínimo garantido
Seguros Unit Linked	Não	Sim	Variável
Fundos PPR	Não	Sim	Variável
Seguros PPR (2)	Sim	Não	Variável mas como um mínimo garantido
Fundos de investimento com capital garantido	Sim (3)	Não	Variável
Obrigações de caixa	Sim (3)	Não	Fixo/Variável (3)
ICAE	Sim (3)	Não	Variável
Depósitos duais	Não	Sim/Não (4)	Variável

n.a. = não aplicável; (1) As características apresentadas representam as mais comuns para cada produto financeiro, mas podem existir excepções. (2) Excepto para os seguros PPR Unit Linked. (3) Na grande maioria dos casos, o capital está garantido mas apenas na data de vencimento. (4) Depende do produto específico.

Fonte: DECO Proteste

Anexo A2: Exemplo de orçamento pessoal mensal

Orçamento Pessoal Mensal

RENDIMENTO MENSAL PREVISTO			Rendimento 1	€2 500	BALANÇO PREVISTO (Rendimento previsto menos as despesas)			€940			
RENDIMENTO MENSAL REAL			Rendimento 1	€2 500	BALANÇO REAL (Rendimento real menos as despesas)			€960			
			Rendimento extra	€500	DIFERENÇA (Real menos previsto)			€20			
			Total do rendimento mensal	€3 000							
			Rendimento extra	€500							
			Total do rendimento mensal	€3 000							
HABITAÇÃO				Custo Previsto	Custo Real	Diferença	ENTRETENIMENTO		Custo Previsto	Custo Real	Diferença
Hipoteca ou aluguer	€1 500	€1 400	€100	Vídeo/DVD	€0	€50	-€50	CDs	€0	€0	
Telefone	€60	€300	-€60	Filmes	€0	€0	€0	Concertos	€0	€0	
Electricidade	€50	€60	-€10	Eventos desportivos	€0	€0	€0	Teatro	€0	€0	
Gasolina	€200	€380	-€20	Outros	€0	€0	€0	Outros	€0	€0	
Água e esgotos			€0	Outros	€0	€0	€0	Outros	€0	€0	
Cabo			€0	Total	€0	€50	-€50				
Remoção de esgotos			€0								
Manutenção ou reparações			€0								
Consumíveis			€0								
Outros			€0								
Total	€1 810	€1 740	€70								
TRANSPORTE				Custo Previsto	Custo Real	Diferença	EMPRÉSTIMOS		Custo Previsto	Custo Real	Diferença
Pagamento do veículo	€250	€250	€0	Pessoal	€0	€0	€0	Aluno	€0	€0	
Prop. Autocarro/Taxi			€0	Cartão de crédito	€0	€0	€0	Cartão de crédito	€0	€0	
Seguro			€0	Cartão de crédito	€0	€0	€0	Cartão de crédito	€0	€0	
Licenciamento			€0	Outros	€0	€0	€0	Total	€0	€0	
Combustível			€0								
Manutenção			€0								
Outros			€0								
Total	€250	€250	€0								
SEGURO				Custo Previsto	Custo Real	Diferença	IMPOSTOS		Custo Previsto	Custo Real	Diferença
Casa			€0	Federal	€0	€0	€0	Estado	€0	€0	
Saúde			€0	Local	€0	€0	€0	Outros	€0	€0	
Vida			€0	Total	€0	€0	€0				
Outros			€0								
Total	€0	€0	€0								
ALIMENTAÇÃO				Custo Previsto	Custo Real	Diferença	POUPANÇAS OU INVESTIMENTOS		Custo Previsto	Custo Real	Diferença
Mercaria			€0	Conta poupança reforma	€0	€0	€0	Conta de investimento	€0	€0	
Jantar fora			€0	Outros	€0	€0	€0	Total	€0	€0	
Outros			€0								
Total	€0	€0	€0								
ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO				Custo Previsto	Custo Real	Diferença	PRESENTES E DOAÇÕES		Custo Previsto	Custo Real	Diferença
Alimentação			€0	Caridade 1	€0	€0	€0	Caridade 2	€0	€0	
Médicos			€0	Caridade 3	€0	€0	€0	Total	€0	€0	
Tratamento			€0								
Brinquedos			€0								
Outros			€0								
Total	€0	€0	€0								
ENCARGOS PESSOAIS				Custo Previsto	Custo Real	Diferença	LEGALIDADES		Custo Previsto	Custo Real	Diferença
Médicos			€0	Advogado	€0	€0	€0	Pensão de alimentos	€0	€0	
Cabelo/unhas			€0	Pagamentos de perhor ou decisão judicial	€0	€0	€0	Outros	€0	€0	
Roupa			€0	Total	€0	€0	€0				
Lavandaria			€0								
Ginásio			€0								
Dívidas ou taxas de organizações			€0								
Outros			€0								
Total	€0	€0	€0								
CUSTO PREVISTO TOTAL									€2 060		
CUSTO REAL TOTAL									€2 040		
DIFERENÇA TOTAL									€20		

Fonte: Microsoft Office

Anexo A3: Exemplos de questões dos estudos analisados relacionadas com poupança

Estudos	Questões	Opções de resposta
Mandell (2008)	David acaba de encontrar um trabalho com um rendimento líquido de \$2000. Ele paga \$900 de aluguer e \$150 para as compras do mês. Ele também paga \$250 por mês com o transporte. Se ele orçamentar \$100/mês para roupa, \$200 para restaurantes e \$250 para tudo o resto, quanto tempo vai levar para acumular poupança de \$600?	A) 3 meses; B) 4 meses; C) 1 mês; D) 2 meses.
	Rob e Mary têm a mesma idade. Aos 25 anos, Mary começou a poupar \$2000 por ano, enquanto que Rob não poupou nada. Aos 50, Rob percebeu que precisa de dinheiro para a reforma e começou a poupar \$4000 por ano, enquanto que Mary continuou a poupar os seus \$2000. Agora ambos têm 75 anos. Quem tem mais dinheiro na sua conta reforma?	A) Eles devem ter o mesmo montante porque colocaram exactamente o mesmo dinheiro. B) Rob, porque ele poupou mais por ano. C) Mary, porque ela colocou mais dinheiro. D) Mary, porque o seu dinheiro foi crescendo por mais tempo em juros compostos.
	Rebeca poupou \$12000 para as suas despesas por ter trabalhado em part-time. Os seus planos são começar a universidade para o próximo ano e ela precisa de todo o seu dinheiro poupado. Qual das hipóteses é a mais segura para o seu dinheiro?	A) Guardar no armário de casa; B) Acções; C) Títulos de uma empresa; D) Uma conta poupança no banco.
	Sara e Joshua tiveram uma bebé. Eles receberam dinheiro como presente e querem investir o dinheiro para a educação do bebé. Qual das hipóteses tem tendência para obter o maior crescimento ao longo de 18 anos?	A) Uma conta corrente; B) Acções; C) Obrigações do Tesouro; D) Uma conta poupança.
	Muitas pessoas colocam dinheiro de lado para usar em despesas não esperadas. Se Juan e Elva têm dinheiro de lado para emergências, em qual das hipóteses teria o menor benefício se eles precisassem do dinheiro de imediato?	A) Guardar em casa B) Uma conta corrente; C) Acções; D) Uma conta poupança.
	Qual dos seguintes investimentos requer que mantenha o seu dinheiro investido por um período determinado de tempo ou enfrentar uma penalidade pela retirada adiantada?	A) Certificados de depósito bancário; B) Conta corrente que paga juros; C) Títulos de poupança do Estado; D) Fundos mútuos do mercado monetário; E) Conta de poupança de caderneta bancária
Chen & Volpe (1998)	Uma estratégia de investimento de alto risco e alta rendibilidade seria mais adequada para:	A) Um casal de idosos aposentados com um rendimento fixo; B) Um casal de meia-idade que necessitam de fundos para educação dos seus filhos em dois anos; C) Um casal jovem sem filhos; D) Todos as anteriores, porque todos eles precisam de altos retornos; E) Nenhuma das anteriores, porque eles são igualmente avessos ao risco
	Suponha que tem €100 numa conta poupança e o taxa de juro foi 2% por ano. Depois de 5 anos, quanto pensa ter na sua conta se deixar o se dinheiro crescer?	A) Mais que €102; B) Exactamente €102; C) Menos que €102; D) Não sabe
Van Rooij et al (2007)	Suponha que tem €100 numa conta poupança e a taxa de juro é 20% por ano e nunca tirou dinheiro ou pagou juros. Após 5 anos, quanto terá nesta conta no total?	A) Mais que 200; B) Exactamente 200; C) Menos que 200; D) Não sabe
	Imagine que a taxa de juro das suas poupanças foi 1% por ano e a inflação 2% por ano. Após 1 ano, quanto seria capaz de comprar com o dinheiro dessa conta?	A) Mais que hoje; B) Exactamente o mesmo; C) Menos que hoje; D) Não sabe
	Suponha que um amigo herda €10000 hoje e o seu irmão herda €10000 três anos a partir de agora. Quem tem uma herança maior?	A) Meu amigo; B) O seu irmão; C) São igualmente ricos; D) Não sabe
	Suponha que no ano de 2013, o seu salário foi dobrado e os preços dos bens dobraram também. Em 2010, quanto irá poder comprar com a sua renda?	A) Mais que hoje; B) O mesmo; C) Menos que hoje; D) Não sabe
	Considere um longo período de tempo (for exemplo 10 ou 20 anos) qual activo normalmente terá um retorno maior?	A) Obrigações; B) Acções; C) Conta poupança; D) Não sabe
	Normalmente, que activo dispõe de maiores flutuações durante o tempo?	A) Acções; B) Obrigações; C) Não sabe

Anexo B: Metodologia

Anexo B1: Questionário do estudo

O presente inquérito tem como principal objectivo completar duas dissertações do Mestrado de Gestão. O tema geral é Literacia Financeira e subdivide-se em Crédito e Poupança. O questionário tem como alvo os alunos do 1º e 3º ano das licenciaturas presentes no ISCTE-IUL.

Este inquérito é de carácter individual e anónimo, pelo que toda a informação fornecida será utilizada somente para fins estatísticos. O tempo de elaboração do questionário é de aproximadamente 15 minutos. Agradecemos desde já a sua disponibilidade.

A – Inclusão Financeira

A1 – De quantas contas à ordem é titular, no total?	
---	--

B – Planeamento de Despesas e Poupança

B1 – Qual o nível de importância que dá ao planeamento do seu orçamento familiar, ou seja, das suas receitas e despesas no futuro?				
1 – Nada importante	2- Pouco importante	3-Mediano	4 - Importante	5 - Muito importante
B2 – Com que periodicidade faz o planeamento do seu orçamento familiar, ou seja, das suas receitas e despesas?				
Diariamente				1
Semanalmente				2
Mensalmente				3
Anualmente				4
De forma não periódica				5
Não faço				6
Não sei /não respondo				7
B3 – Costuma fazer poupanças?				
Sim, regularmente				1
Sim, irregularmente (subsídios de férias, Natal, prémios ...)				2
Não			→ Passe para a B 6	3
Não respondo			→ Passe para a B 6	4
B4 – O que faz geralmente com o dinheiro que poupa?				
Deixo-o na conta habitual (à ordem), para gastar/aplicar mais tarde				1
Deixa-o na conta habitual (à ordem), para mais tarde fazer um depósito a prazo ou outra aplicação financeira				2
Faço logo um depósito a prazo ou outra aplicação financeira				3
Outra. Qual? _____				4
Não respondo				5

B5 – Qual a principal razão que o leva a fazer poupanças? (apenas uma resposta)	
→ De seguida passe para a C1	
Para aproveitar benefícios fiscais	1
Para despesas posteriores não regulares (férias, viagens...)	2
Para aquisição/substituição de bens duradouros (casa maior, mobília, electrodomésticos, meio de transporte...)	3
Para educação	4
Para fazer face a despesas imprevistas (doença, desemprego...)	5
Para utilizar na reforma	6
Outra. Qual? _____	7
Não respondo	8
B6 – Porque razão não faz poupanças?	
O seu rendimento não o permite	1
Não considera uma prioridade	2
Faz despesas não planeadas – por impulso	3
Outra. Qual? _____	4
Não respondo	5

C – Escolha de Produtos Bancários

C1 – Que produtos financeiros detém? (pode optar por mais que uma resposta)	
Acções	1
Obrigações	2
Fundos de investimento	3
Seguros (ex. vida, saúde, multirriscos, automóvel)	4
Certificados de aforro	5
Planos de poupança (ex: Educação, reforma)	6
Depósitos a prazo	7
Crédito habitação	8
Crédito pessoal	9
Crédito automóvel	10
Crédito à educação	11
Cartão de crédito	12
Conta-ordenado	13
Descoberto bancário negociado	14
<i>Leasing, ALD, Renting</i>	15
Produtos derivados (ex: warrants)	16
Outros. Quais? _____	17
Nenhum	→ Passe para D1
Não respondo	→ Passe para D1

C2 – Classifique as seguintes fontes de informação, relativamente à sua importância, na aquisição de créditos ou poupanças? A escala vai desde 1- Nada importante, até 5- Muito importante.		
	Crédito	Poupança
Conselho do seu banco	1	2
Conselho de outros bancos	1	2
Informação legal sobre todas as condições do produto	1	2
Conselho de familiares/amigos	1	2
Marketing de massas (informação na TV, rádio, outdoors, panfletos, etc)	1	2
Marketing direto (e-mails, mensagens de telemóvel, etc)	1	2

D – Escolha e Conhecimento das Fontes de Informação

D1 – Que tipo de informação acompanha regularmente? (pode optar por mais que uma resposta)	
Evolução da bolsa	1
Notícias gerais sobre economia	2
Evolução das taxas de juro (ex: Euribor)	3
Legislação e regulamentação de produtos bancários	4
Nenhuma	5
Outra. Qual? _____	6
D2 – Conhece o Portal do Cliente Bancário?	
Sim, já consultei	1
Sim, mas nunca consultei	2
Não conheço	3
D3 – A que entidade recorrerá, ou já recorreu, em caso de impossibilidade de fazer face às prestações dos seus empréstimos? (pode optar por mais que uma resposta)	
Família	1
Ao seu banco	2
Banco de Portugal	3
Associações de consumidores (ex: Deco, etc.)	4
Ministério das Finanças	5
Outra. Qual? _____	6
Não sei	7
D4 – Considera que uma declaração de falência/insolvência individual é: (pode optar por mais que uma resposta)	
Vergonhoso/humilhante	1
Uma oportunidade de começar de novo	2
Uma necessidade	3
Uma obrigação	4
Uma boa solução	5
Uma opção consciente	6
Outra. Qual? _____	7

E – Compreensão Financeira

E1 – Refira o seu nível de compreensão nas seguintes temáticas:					
	Muito Baixo	Baixo	Mediano	Elevado	Muito Elevado
TAE e TAEG					
<i>Euribor</i>					
<i>Spread</i>					
Taxas de juro fixas e variáveis					
Modalidades de empréstimo					
Comparação de empréstimos					
Taxa de esforço					
Descoberto bancário					
Regime de juros simples e compostos					
Cartões de crédito					
Taxas brutas e líquidas					

E2 – Classifique as seguintes aplicações financeiras, por grau de risco, relativamente a reaver o dinheiro investido. (1 baixo, 2 médio, 3 elevado)			
	1 - Risco Baixo	2 - Risco Médio	3 - Risco Elevado
1. Ações			
2. Obrigações			
3. Certificados de aforro			
4. Fundos de investimento			
5. Fundos de ações			
6. Plano de poupança reforma			
7. Depósitos a prazo			

E3 – Num crédito de 125.000€, a pagar em 20 anos, com uma taxa de juro anual nominal de 5%, a modalidade de pagamento menos onerosa (montante global pago) seria:	
Não sei.	1
Regime tradicional/geral (prestações mensais constantes)	2
Empréstimo com carência de capital (durante 36 meses só paga juros)	3
Empréstimo com diferimento de capital (30% do empréstimo é pago no final)	4

E4 – Indique se as seguintes afirmações são verdadeiras ou falsas (ou NS – Não sei):			
	V	F	NS
Se um depósito a prazo a um ano tiver uma taxa de juro anual nominal bruta de 3% e a inflação for de 4%, obtive um rendimento positivo na minha poupança.	1	2	3
As ações têm normalmente um maior grau de risco do que as obrigações.	1	2	3
A taxa de esforço compara o total de crédito em dívida com o rendimento familiar anual.	1	2	3
A <i>Euribor</i> é uma taxa que resulta dos empréstimos realizados entre um conjunto de bancos europeus.	1	2	3
Um descoberto bancário ocorre, por exemplo, quando se passa um cheque de 1000€ e apenas se tem na conta 500€ disponíveis.	1	2	3
Dependendo do cartão de crédito, este pode servir como instrumento de poupança.	1	2	3
E5 – O João pediu 1.000€ emprestados, para pagar em dois meses. A taxa de juro efectiva mensal é de 10%. O João vai pagar mais se:			
Não sei diferenciar os regimes de juros.			1
Se o regime de juros for simples.			2
Se o regime de juros for composto.			3
Não há diferença.			4
E6 – Imagine que quer contratar um crédito à habitação e prefere ter uma taxa de juro variável indexada. Se o banco lhe apresentar os seguintes valores, de quanto será essa taxa? TAEG – 7% ; TAE – 5%; <i>Euribor</i> – 2%; <i>Spread</i> – 1,5%;			
3,5%			1
6,5%			2
7%%			3
8,5%			4
9%			5
Não sei.			6
E7 – Indique se as seguintes afirmações são verdadeiras ou falsas (ou NS – Não sei):			
	V	F	NS
A <i>Euribor</i> é definida pelo Banco Central Europeu.	1	2	3
O <i>spread</i> é a taxa de juro total que o seu banco lhe cobra pelos empréstimos.	1	2	3
A diferença entre a TAE e a TAEG é que a primeira inclui impostos.	1	2	3
As ações têm uma menor liquidez que os depósitos a prazo.	1	2	3
Quando quiser comprar um carro, a minha principal medida de comparação (entre opções) é o valor da prestação que terei de pagar.	1	2	3

E8 – Dos produtos financeiros que se seguem, indique com um “x” qual deles tem:				
	Maior segurança	Maior risco	Maior valorização a longo prazo	Maior flutuação de preços
Acções				
Fundos de investimento de tesouraria				
Depósitos a prazo				

E9 – Imagine que acaba de encontrar um trabalho com um rendimento líquido de €2000. Tem de pagar €900 de aluguer de casa e €150 para as compras do mês. Paga também €250 por mês para transporte e estima €100 p/mês para roupa, €200 para restaurantes e €250 para as restantes despesas correntes. Quanto tempo vai levar para acumular uma poupança de €600?

1 mês	1
2 meses	2
3 meses	3
4 meses	4
Não sei	5
Não respondo	6

E10 – Qual considera ser o seu nível de compreensão, em termos de:					
	Muito Baixo	Baixo	Mediano	Elevado	Muito Elevado
Áreas Matemáticas (cálculos aritméticos)					
Expressões/termos financeiros					
Linguagem utilizada em documentos institucionais (ex: Contratos financeiros)					
Publicidade a produtos financeiros					
Literacia Financeira					

F – Perfil do Aluno

F1 - Sexo		F2 – Idade:		F4 – Ano:	
Feminino	1	F3 – Curso:			
Masculino	2				
F5 – Durante o período de aulas encontra-se deslocado da sua residência principal?					
Sim					1
Não (passe para a F7)					2
F6 – Caso tenha respondido sim na pergunta anterior, os encargos com a sua residência secundária são:					
Não tenho.					1
São totalmente suportados por mim.					2
Partilhados com outras pessoas.					3
F7 – Região da sua residência principal:					
Norte					1
Centro					2
Lisboa e Vale do Tejo					3
Alentejo					4
Algarve					5
Região Autónoma da Madeira					6
Região Autónoma dos Açores					7
F8 – Habilitações literárias do pai (concluídas):					
Sem instrução primária					1
Tem a instrução primária (4ºano actual)					2
Tem o ensino básico (9º ano actual)					3
Tem o ensino secundário (12ºano actual)					4
Tem licenciatura completa					5
Pós-Graduação/Mestrado/Doutoramento					6
Não respondo/Desconheço					7
F9 – Habilitações literárias da mãe (concluídas):					
Sem instrução primária					1
Tem a instrução primária (4ºano actual)					2
Tem o ensino básico (9ºano actual)					3
Tem o ensino secundário (12ºano actual)					4
Tem licenciatura completa					5
Pós-Graduação/Mestrado/Doutoramento					6
Não respondo/Desconheço					7
F10 – Em que situação laboral ou ocupacional se encontra?					
Estudante, sem experiência laboral					1
Estudante, com experiência laboral					2

F11 – Em que intervalo se enquadra o seu rendimento mensal disponível (rendimento disponível gerido por si, ou seja, pode ser a sua mesada)?	
Sem rendimento	1
Até 200 euros	2
Entre 200 e 499 euros	3
Entre 500 e 999 euros	4
Entre 1.000 e 2.500 euros	5
Acima de 2.500 euros	6
Não sei	7
Não respondo	8

F12– Considerando o seu caso, como são pagas as seguintes despesas:					
	Mesada	Bolsa	Rendimentos próprios (remunerações/salários)	Rendimento do agregado familiar	Não se aplica
Propinas					
Alimentação					
Alojamento					
Transportes					
Lazer					
Materiais e livros escolares					
Despesas c/ comunicações					

F13 – Qual a dimensão do seu agregado familiar?

F14 – A residência do agregado familiar é?	
Residência própria (sem empréstimo associado)	1
Residência própria (com empréstimo associado)	2
Residência arrendada	3
Não respondo	4

F15 – Quem é o principal responsável pela gestão do orçamento do seu agregado familiar?	
Eu	1
Outra pessoa (cônjuge/companheiro(a), familiar)	2
Não há primeiro responsável; há sempre gestão conjunta com outra pessoa	3
Não respondo	4

F16 – Qual o rendimento anual líquido do seu agregado familiar?	
Menos de 5.000€	1
Entre 5.000€ e 9.999€	2
Entre 10.000€ e 14.999€	3
Entre 15.000€ e 29.999€	4
Entre 30.000€ e 59.999€	5
Mais de 60.000€	6
Não sei	7
Não respondo	8

Anexo B2: Questões de estudo por tema do questionário e a sua base de literatura

Questões	Base
A. Inclusão financeira (1 questão)	(Banco de Portugal, 2011)
A1- De quantas contas à ordem é titular	
B. Planeamento de despesas e poupança (6 questões)	(Banco de Portugal, 2011)
B1- Que nível de importância dá ao planeamento do orçamento familiar	
B2- Qual a periodicidade planeia o orçamento familiar	
B3- Regularidade de fazer poupanças	
B4- Destino das poupanças	
B5- Motivo de fazer poupanças	
B6- Razão de não fazer poupanças	
C. Escolha de produtos bancários (2 questões)	Adaptado de (Banco de Portugal, 2011)
C1- Qual os produtos financeiros que detém	
C2- Classificação por nível de importância das fontes de informação	
D. Escolha e Conhecimento de fontes de Informação (3 questões)	(Banco de Portugal, 2011)
D1- Que tipos de informação acompanha regularmente	
D2- Conhecimento do Portal de Cliente Bancário	
D3- A que entidade recorrer em caso de não conseguir pagar os empréstimos	
E. Compreensão Financeira (7 questões)	
E2- Classificação de aplicações financeiros por grau de risco	Adaptado de (Banco de Portugal, 2011)
E4a- Taxa de juro anual nominal e taxa de inflação	Adaptado de (Banco de Portugal, 2011)
E4b- Grau de risco de acções e obrigações	Adaptado de Van Rooij et al (2007)
E7d- Liquidez de acções e depósitos a prazo	Adaptado de Van Rooij et al (2007)
E8- Características de produtos financeiros (acções, fundos de investimento em tesouraria e depósitos a prazo)	Adaptado de Van Rooij et al (2007)
E9- Literacia matemática (calcula aritmético)	Mandell (2008)
E10- Nível de compreensão	Adaptado de (Banco de Portugal, 2011)
F. Perfil do aluno (15 questões)	Adaptação a estudantes universitários com a base de (Banco de Portugal, 2011)

Anexo C: Resultados

Anexo C1: Perfil do aluno

Distribuição dos alunos por Género

	n	%	
Valid	Feminino	219	55,3
	Masculino	177	44,7
	Total	396	100,0

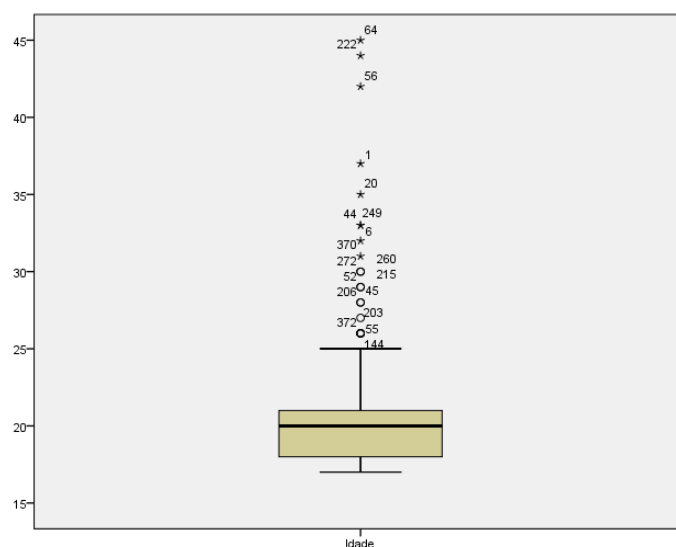
Distribuição dos alunos por Idade

	n	%	% acumulada	
Valid	17	1	,3	,3
	18	123	31,1	31,3
	19	57	14,4	45,7
	20	85	21,5	67,2
	21	50	12,6	79,8
	22	29	7,3	87,1
	23	10	2,5	89,6
	24	9	2,3	91,9
	25	11	2,8	94,7
	26	5	1,3	96,0
	27	1	,3	96,2
	28	2	,5	96,7
	29	2	,5	97,2
	30	2	,5	97,7
	31	1	,3	98,0
	32	1	,3	98,2
	33	2	,5	98,7
	35	1	,3	99,0
	37	1	,3	99,2
	42	1	,3	99,5
44	1	,3	99,7	
45	1	,3	100,0	
Total	396	100,0		

Análise Descritiva Idade

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Idade	396	17	45	20,42	3,444
Valid N (listwise)	396				

Análise de dispersão (e casos extremos) Idade



Distribuição dos alunos por Curso

	n	%
Antropologia	4	1,0
Ciência Política	10	2,5
Economia	40	10,1
Engenharia de Telecomunicações e Informática	8	2,0
Finanças e Contabilidade	55	13,9
Gestão	104	26,3
Gestão de Marketing	1	,3
Gestão de Recursos Humanos	43	10,9
História Moderna Contemporânea	5	1,3
Informática e Gestão de Empresas	24	6,1
Licenciatura em Engenharia Informática	23	5,8
Psicologia	41	10,4
Sociologia	38	9,6
Total	396	100,0

Distribuição dos alunos por Área de Curso

	n	%
Ciências sociais	138	34,8
Ciências empresariais	203	51,3
Tecnologias	55	13,9
Total	396	100,0

Distribuição de alunos por área e ano de curso

		Ano do curso			
		1º		3º	
		n	%	n	%
Área de curso	Ciências sociais	86	62,3	52	37,7
	Ciências empresariais	134	66,0	69	34,0
	Tecnologias	43	78,2	12	21,8
	Total	263	66,4	133	33,6

Distribuição dos alunos relativamente à questão

Deslocado da sua residência principal?

		n	%	% válida
	Sim	127	32,1	32,2
	Não	267	67,4	67,8
	Total	394	99,5	100,0
Missing	System	2	,5	
Total		396	100,0	

Distribuição dos alunos relativamente à questão

Os encargos com a sua residência secundária são:

		n	%	% válida	% acumulada
	Não tenho	20	15,7	19,05	19,05
	São totalmente suportados por mim	27	21,3	25,71	44,76
	Partilhados com outras pessoas	58	45,7	55,24	100,0
	Total	105	82,7	100,0	
Missing	System	22	17,3		
Total		127	100,0		

Distribuição dos deslocados da sua residência por região

		Deslocado da sua residência principal?			
		Sim		Não	
		n	%	n	%
Região da sua residência principal	Norte	9	7,3%	1	0,4%
	Centro	40	32,3%	25	9,5%
	Lisboa e Vale do Tejo	31	25,0%	237	90,1%
	Alentejo	24	19,4%	0	0,0%
	Algarve	7	5,6%	0	0,0%
	Região Autónoma da Madeira	10	8,1%	0	0,0%
	Região Autónoma dos Açores	3	2,4%	0	0,0%
	Total	124	100,0%	263	100,0%

Distribuição dos alunos por Habilitações literárias do pai (concluídas)

		n	%	% válida	% acumulada
	Sem instrução primária	1	,3	,3	,3
	Tem instrução primária (4º ano actual)	71	17,9	18,5	18,8
	Tem o ensino básico (9º ano actual)	82	20,7	21,3	40,1
	Tem o ensino secundário (12º ano actual)	125	31,6	32,6	72,7
	Tem licenciatura completa	70	17,7	18,2	90,9
	Pós-Graduação / Mestrado / Doutoramento	35	8,8	9,1	100,0
	Total	384	97,0	100,0	
Missing	NR/NS	12	3,0		
Total		396	100,0		

Distribuição dos alunos por Habilitações literárias da mãe (concluídas)

	n	%	% válida	% acumulada
Sem instrução primária	2	,5	,5	,5
Tem instrução primária (4º ano actual)	61	15,4	15,7	16,2
Tem o ensino básico (9º ano actual)	88	22,2	22,7	38,9
Tem o ensino secundário (12º ano actual)	119	30,1	30,7	69,6
Tem licenciatura completa	85	21,5	21,9	91,5
Pós-Graduação / Mestrado / Doutoramento	33	8,3	8,5	100,0
Total	388	98,0	100,0	
Missing NR/NS	8	2,0		
Total	396	100,0		

Distribuição dos alunos por Situação laboral ou ocupacional

	n	%	% válida
Estudante, sem experiência laboral	269	67,9	68,1
Estudante, com experiência laboral	126	31,8	31,9
Total	395	99,7	100,0
Missing System	1	,3	
Total	396	100,0	

Distribuição dos alunos por Dimensão do agregado familiar

	n	%	% válida	% acumulada
1	9	2,3	2,3	2,3
2	38	9,6	9,9	12,2
3	117	29,5	30,5	42,7
4	169	42,7	44,0	86,7
5	31	7,8	8,1	94,8
6	11	2,8	2,9	97,7
7	6	1,5	1,6	99,2
8	1	,3	,3	99,5
10	2	,5	,5	100,0
Total	384	97,0	100,0	
Missing System	12	3,0		
Total	396	100,0		

Distribuição dos alunos por Residência do agregado familiar

	n	%	% válida	% acumulada
Residência própria (sem empréstimo associado)	171	43,2	45,7	45,7
Residência própria (com empréstimo associado)	166	41,9	44,4	90,1
Residência arrendada	37	9,3	9,9	100,0
Total	374	94,4	100,0	
Missing NR	22	5,6		
Total	396	100,0		

Principal responsável pela gestão do orçamento do agregado familiar

	n	%	% válida	% acumulada
Eu	33	8,3	8,9	8,9
Outra pessoa (cônjuge/companheiro(a), familiar)	271	68,4	72,8	81,7
Não há primeiro responsável; Há sempre gestão conjunta com outra pessoa	68	17,2	18,3	100,0
Total	372	93,9	100,0	
Missing NR	24	6,1		
Total	396	100,0		

Distribuição dos alunos por Rendimento anual líquido do agregado familiar

	n	%	% válida	% acumulada
Menos de 5000€	52	13,1	22,3	22,3
Entre 5000 e 9999€	30	7,6	12,9	35,2
Entre 10000 e 14999€	43	10,9	18,5	53,6
Entre 15.000 e 29.999€	60	15,2	25,8	79,4
Entre 30.000 e 59.999€	40	10,1	17,2	96,6
Mais de 60.000€	8	2,0	3,4	100,0
Total	233	58,8	100,0	
Missing				
Não sei	98	24,7		
NR	65	16,4		
Total	163	41,2		
Total	396	100,0		

Anexo C2: Dados relativos às dimensões: inclusão e compreensão financeira, cultura financeira

Inclusão Financeira

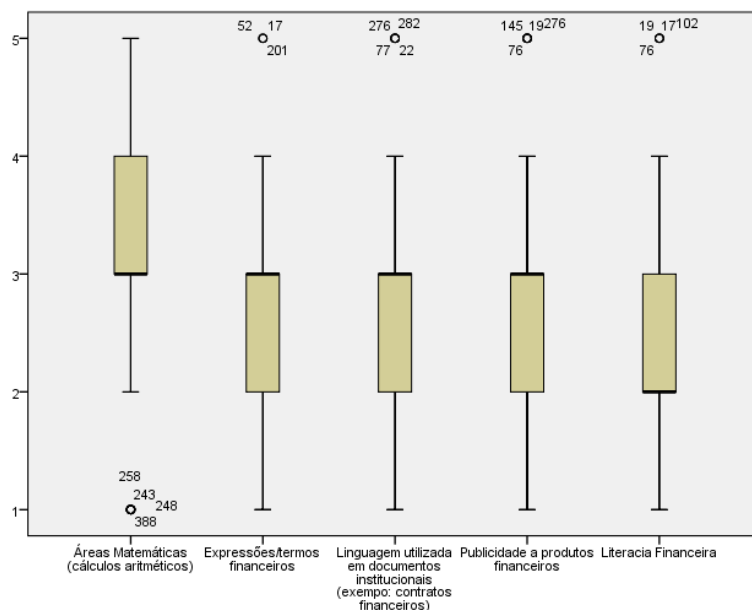
Análise descritiva da inclusão financeira

	n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Nº de contas à ordem	390	0	8	1,52	,826
Valid N	390				

Compreensão Financeira

Análise descritiva da compreensão financeira

	n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Áreas Matemáticas (cálculos aritméticos)	391	1	5	3,23	,860
Publicidade a produtos financeiros	392	1	5	2,69	,860
Expressões/termos financeiros	391	1	5	2,60	,903
Linguagem utilizada em documentos institucionais (exemplo: contratos financeiros)	391	1	5	2,50	,853
Literacia Financeira	393	1	5	2,33	,914
Valid N	388				



Cultura Financeira

Análise Descritiva da importância das fontes de informação

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Informação legal sobre todas as condições do produto	275	1	5	3,89	1,157
Conselho do seu banco	277	1	5	3,57	1,161
Conselho de familiares/amigos	275	1	5	3,49	1,037
Conselho de outros bancos	271	1	5	3,06	1,185
Marketing de massas (informação na tv, rádio, outdoors, panfletos, etc)	274	1	5	2,47	1,149
Marketing directo (e-mails, mensagens de telemóvel, etc)	271	1	5	2,16	1,132
Valid N (listwise)	265				

Fontes de informação

		Respostas		% de casos
		n	%	
Tipos de informação	Evolução da bolsa	83	14,2%	21,0%
	Notícias gerais sobre a economia	287	49,1%	72,5%
	Evolução das taxas de juro (ex: Euribor)	100	17,1%	25,3%
	Legislação e regulamentação de produtos bancários	32	5,5%	8,1%
	Nenhuma	81	13,8%	20,5%
	Outra	2	0,3%	0,5%
Total		585	100,0%	147,7%

Outra

	n	%	% válida	% acumulada
Valid	394	99,5	99,5	99,5
Agências de <i>rating</i>	1	,3	,25	99,75
Relativa ao País e ao mundo	1	,3	,25	100,0
Total	396	100,0	100,0	

Conhece o Portal do Cliente Bancário?

		n	%	% válida	% acumulada
Valid	Sim, já consultei	49	12,4	12,4	12,4
	Sim, mas nunca consultei	60	15,2	15,2	27,5
	Não conheço	287	72,5	72,5	100,0
	Total	396	100,0	100,0	

A que entidades recorre no caso de impossibilidade de pagamento de prestações de empréstimo?

		Respostas		% dos casos
		n	%	
Entidades	Família	259	48,2%	66,8%
	Ao seu banco	138	25,7%	35,6%
	Banco de Portugal	6	1,1%	1,5%
	Associações de consumidores (ex: Deco, etc.)	57	10,6%	14,7%
	Ministério das Finanças	3	0,6%	0,8%
	Outra	1	0,2%	0,3%
	Não sei	73	13,6%	18,8%
Total	537	100,0%	138,4%	

Planeamento do orçamento familiar

Nível de importância do planeamento do orçamento familiar

		n	%
Valid	Nada importante	1	,3
	Pouco importante	7	1,8
	Mediano	43	10,9
	Importante	156	39,4
	Muito importante	187	47,2
Total	394	99,5	
Missing System	2	,5	
Total	396	100,0	

Periodicidade do planeamento do orçamento familiar

		n	%	% válida	% acumulada
Valid	Diariamente	57	14,4	14,8	14,8
	Semanalmente	124	31,3	32,1	46,9
	Mensalmente	106	26,8	27,5	74,4
	Anualmente	1	,3	,3	74,6
	De forma não periódica	71	17,9	18,4	93,0
	Não faço	27	6,8	7,0	100,0
	Total	386	97,5	100,0	
Missing NS/NR	10	2,5			
Total	396	100,0			

Periodicidade do planeamento do orçamento familiar por nível de importância do planeamento do orçamento familiar

		Periodicidade do planeamento do orçamento familiar													
		Diariamente		Semanalmente		Mensalmente		Anualmente		De forma não periódica		Não faço		Total	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Nível de importância do planeamento do orçamento familiar	Nada importante	0	,0%	0	,0%	0	,0%	0	,0%	0	,0%	1	100,0%	1	100,0%
	Pouco importante	1	14,3%	1	14,3%	1	14,3%	0	,0%	1	14,3%	3	42,9%	7	100,0%
	Mediano	2	4,8%	10	23,8%	9	21,4%	0	,0%	15	35,7%	6	14,3%	42	100,0%
	Importante	13	8,8%	48	32,4%	42	28,4%	0	,0%	37	25,0%	8	5,4%	148	100,0%
	Muito importante	40	21,5%	64	34,4%	54	29,0%	1	,5%	18	9,7%	9	4,8%	186	100,0%

Planeamento de poupança

Hábitos de realização de poupança

		n	%	% válida	% acumulada
	Sim, regularmente	243	61,4	63,6	63,6
	Sim, irregularmente (subsídios de férias, Natal, prémio, etc)	84	21,2	22,0	85,6
	Não	55	13,9	14,4	100,0
	Total	382	96,5	100,0	
Missing	NR	14	3,5		
Total		396	100,0		

O que faz geralmente com o dinheiro que poupa?

		n	%	% válida	% acumulada
	Deixo-o na conta habitual (à ordem), para gastar/aplicar mais tarde	174	43,9	54,4	54,4
	Deixo-o na conta habitual (à ordem), para mais tarde fazer um depósito a prazo ou outra aplicação financeira	65	16,4	20,3	74,7
	Faço logo um depósito a prazo ou outra aplicação financeira	53	13,4	16,6	91,3
	Outra	28	7,1	8,8	100,0
	Total	320	80,8	100,0	
	NR	74	18,7		
Missing	System	2	,5		
Total		396	100,0		

Outra

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	368	92,9	92,9	92,9
Abertura de uma outra conta à ordem	1	,3	,3	93,2
Compras	2	,5	,5	93,7
Conta à ordem pouco usada/reservada a poupanças	1	,3	,3	93,9
Conta poupança	4	1,0	1,0	94,9
Guardo em casa	5	1,3	1,3	96,2
Guardo em dinheiro vivo	3	,8	,8	97,0
Guardo num cofre	2	,5	,5	97,5
Guardo num mealheiro	4	1,0	1,0	98,5
Levanto e guardo	3	,8	,8	99,2
Não faço depósitos	1	,3	,3	99,5
Não respondo	2	,5	,5	100,0
Total	396	100,0	100,0	

Principal razão para fazer poupanças

	n	%	% válida	% acumulada
Para aproveitar benefícios fiscais	7	1,8	2,2	2,2
Para despesas posteriores não regulares (férias, viagens...)	147	37,1	46,1	48,3
Para aquisição/substituição de bens duradouros	51	12,9	16,0	64,3
Para educação	34	8,6	10,7	74,9
Para fazer face a despesas imprevistas (doença, desemprego...)	67	16,9	21,0	95,9
Para utilizar na reforma	4	1,0	1,3	97,2
Outra	9	2,3	2,8	100,0
Total	319	80,6	100,0	
NR	76	19,2		
Missing System	1	,3		
Total	77	19,4		
Total	396	100,0		

Outra

	n	%	% válida	% acumulada
	387	97,7	97,7	97,7
Para despesas posteriores regulares	1	,3	,3	98,0
Para ganhar mais	1	,3	,3	98,2
Para qualquer tipo de imprevisto	1	,3	,3	98,5
Para quando for pertinente	4	1,0	1,0	99,5
Poupanças	1	,3	,3	99,7
Precaver o futuro	1	,3	,3	100,0
Total	396	100,0	100,0	

Anexo C3: Conhecimento de poupança dos alunos

Grau de risco de produtos (Questão E2)	Risco baixo		Risco médio		Risco elevado		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	NR
Acções	23	5,9	163	41,7	205	52,4	391	5
Obrigações	87	22,7	227	59,3	69	18,0	383	13
Certificados de aforro	176	46,0	185	48,3	22	5,7	383	13
Fundos de investimento	49	12,8	236	61,6	98	25,6	383	13
Fundos de acções	29	7,7	234	61,7	116	30,6	379	17
Plano de poupança reforma	279	72,3	83	21,5	24	6,2	386	10
Depósitos a prazo	287	74,0	82	21,1	19	4,9	388	8

Características das acções (Questão E8)

	Respostas	
	N	%
Maior segurança	10	2,0%
Maior risco	216	43,8%
Maior valorização a longo prazo	60	12,2%
Maior flutuação de preços	207	42,0%
Total	493	100,0%

Características dos fundos investimento em tesouraria (Questão E8)

	Respostas	
	N	%
Maior segurança	65	18,1%
Maior risco	76	21,2%
Maior valorização a longo prazo	169	47,1%
Maior flutuação de preços	49	13,6%
Total	359	100,0%

Característica dos depósitos a prazo (Questão E8)

	Respostas	
	N	%
Maior segurança	277	66,7%
Maior risco	6	1,4%
Maior valorização a longo prazo	125	30,1%
Maior flutuação de preços	7	1,7%
Total	415	100,0%

Conhecimento de taxas de juro e inflação, grau de risco e liquidez (Questões E4a, E4b, E7d)	Verdadeiro		Falso		Não sei		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	NR
Se um depósito a prazo a um ano tiver uma taxa de juro anual nominal bruta de 3% e a inflação for de 4%, obtive um rendimento positivo na minha poupança.	46	11,6	209	52,8	141	35,6	396	0
As acções têm normalmente um maior grau de risco do que as obrigações.	255	64,4	57	14,4	84	21,2	396	0
As acções têm uma menor liquidez que os depósitos a prazo.	99	25,0	122	30,8	175	44,2	396	0

Índice de conhecimento de poupança		n	%
	1	5	1,3
	2	5	1,3
	3	12	3,0
	4	20	5,1
	5	35	8,8
	6	49	12,4
Nº de questões correctas	7	71	17,9
	8	75	18,9
	9	56	14,1
	10	41	10,4
	11	23	5,8
	12	4	1,0
	Total	396	100,0

Análise descritiva do Índice de conhecimento de poupança

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Índice de conhecimento de poupança	396	1	12	7,35	2,223
Valid N	396				

Análise descritiva do Conhecimento de poupança em %

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Conhecimento poupança (em %)	396	7,69	92,31	56,5657	17,10229
Valid N	396				

Anexo C4: Factores condicionantes do conhecimento de poupança

Perfil do aluno

Medidas de associação (sexo, área e ano de curso e região)

	ETA	ETA ²
Conhecimento poupança (%) * Sexo	,141	,020
Conhecimento poupança (%) * Área de curso	,185	,034
Conhecimento poupança (%) * Ano do curso	,108	,012
Conhecimento poupança (%) * Região da sua residência principal	,199	,040

Correlações (idade)

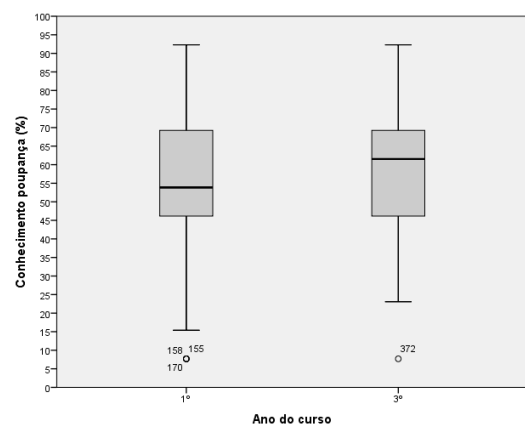
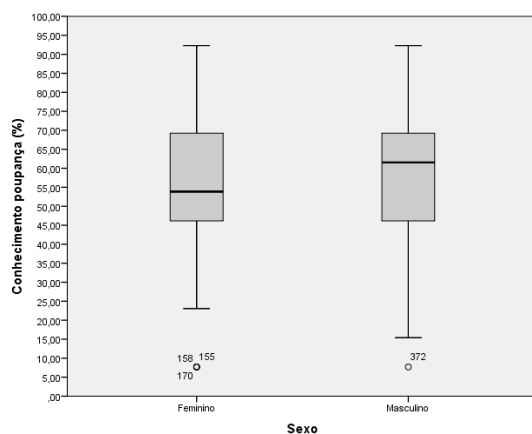
		Conhecimento poupança (%)
Conhecimento poupança (%)	Pearson Correlation	1
	Sig. (2-tailed)	
	N	396
Idade	Pearson Correlation	-,046
	Sig. (2-tailed)	,371
	N	384

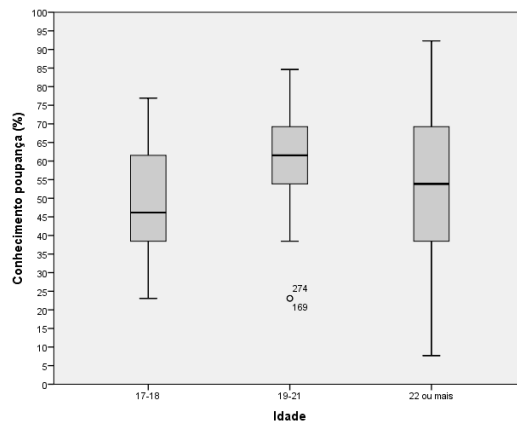
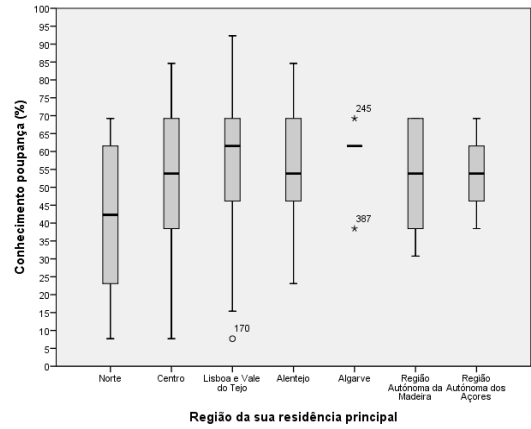
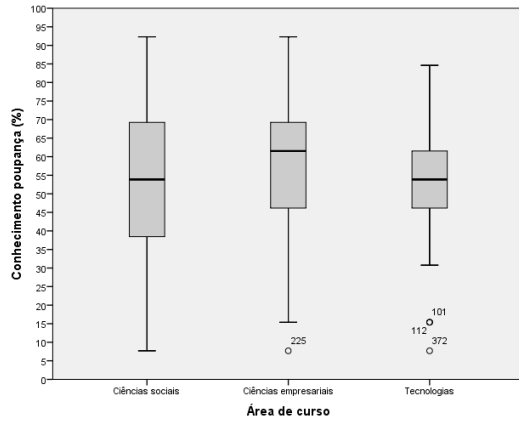
Group Statistics

	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Conhecimento poupança (%)	Feminino	219	54,4081	16,88865	1,14123
	Masculino	177	59,2351	17,03485	1,28042

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means				95% Confidence Interval of the Difference		
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	Lower	Upper
Conhecimento poupança (%)	Equal variances assumed	,000	,997	-2,817	394	,005	-4,82697	1,71362	-8,19594	-1,45799
	Equal variances not assumed			-2,814	375,424	,005	-4,82697	1,71519	-8,19955	-1,45438



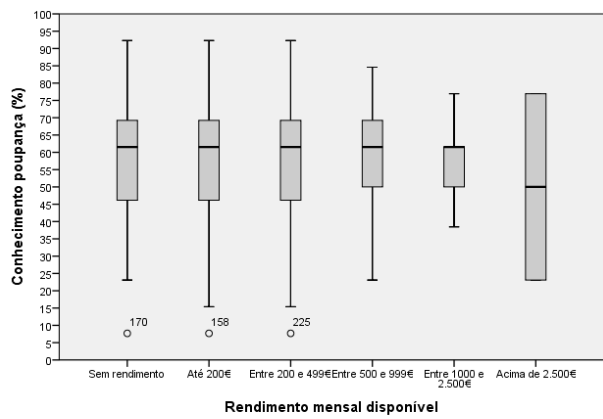
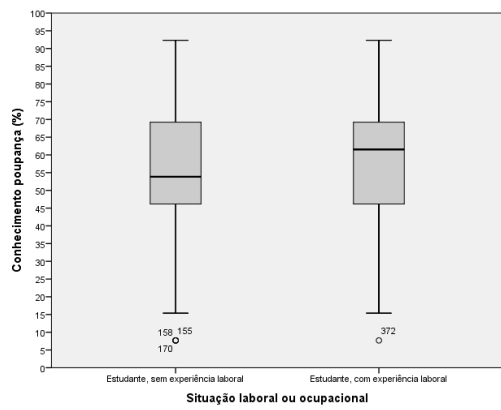
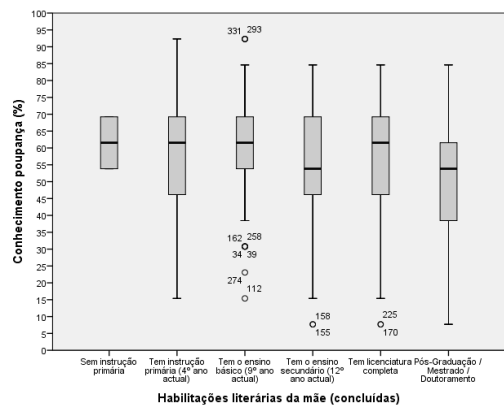
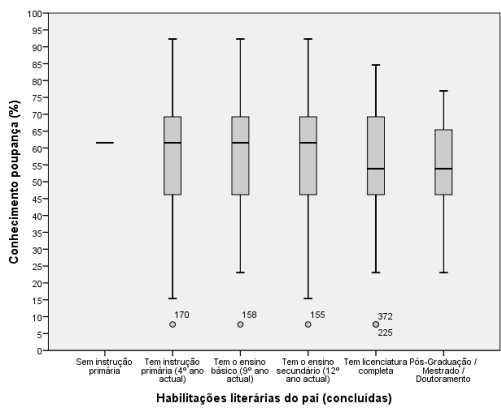
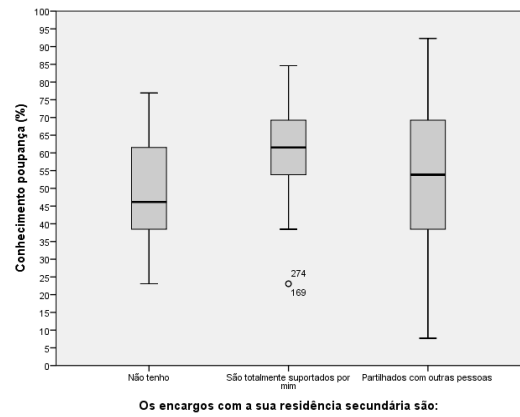
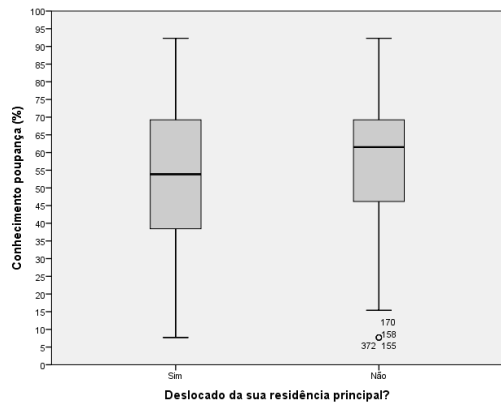


Medida de Associação

	ETA	ETA ²
Conhecimento poupança (%) * Os encargos com a sua residência secundária	,216	,047

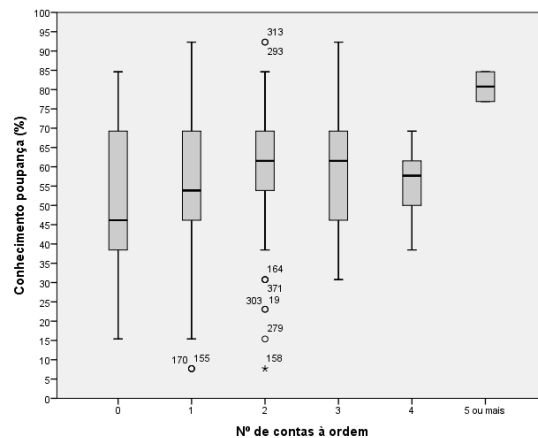
Group Statistics					
	Deslocado da sua residência principal?	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Conhecimento poupança (%)	Sim	127	53,6644	17,21320	1,52742
	Não	267	57,8220	16,91804	1,03537

Independent Samples Test										
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
Conhecimento poupança (%)	Equal variances assumed	,606	,437	-2,267	392	,024	-4,15751	1,83393	-7,76308	-,55193
	Equal variances not assumed			-2,253	243,991	,025	-4,15751	1,84527	-7,79219	-,52282



		Conhecimento poupança (%)			
		Média	Desvio Padrão	n	Coefficiente de correlação
Dimensão do agregado familiar	1	52,14	12,63	9	<i>Pearson</i> = -0,059
	2	56,07	16,38	38	
	3	59,96	15,92	117	
	4	56,26	17,27	169	
	5	52,61	17,66	31	
	6 ou mais	54,62	18,83	20	
Residência do agregado familiar	Residência própria (sem empréstimo associado)	56,82	18,79	171	<i>ETA</i> = 0,044
	Residência própria (com empréstimo associado)	57,32	15,56	166	
	Residência arrendada	54,68	14,82	37	
Principal responsável pela gestão do orçamento do agregado familiar	Eu	56,64	18,12	33	<i>ETA</i> = 0,086
	Outra pessoa (cônjuge/companheiro(a), familiar)	55,92	17,08	271	
	Não há primeiro responsável; Há sempre gestão conjunta com outra pessoa	59,73	16,17	68	
Rendimento anual líquido do agregado familiar	Menos de 5000€	56,80	17,77	52	<i>Spearman</i> = -0,003
	Entre 5000 e 9999€	62,82	13,10	30	
	Entre 10000 e 14999€	57,07	16,72	43	
	Entre 15.000 e 29.999€	55,26	16,05	60	
	Entre 30.000 e 59.999€	60,00	14,17	40	
	Mais de 60.000€	59,62	18,27	8	

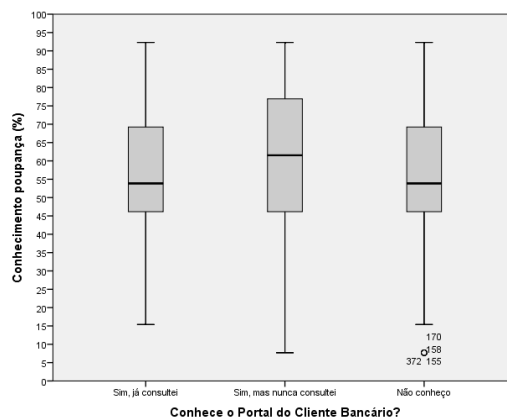
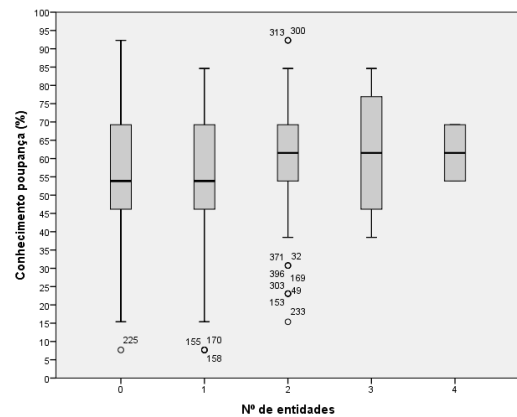
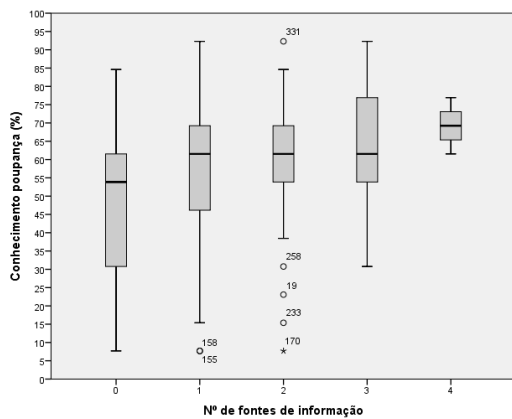
Inclusão financeira



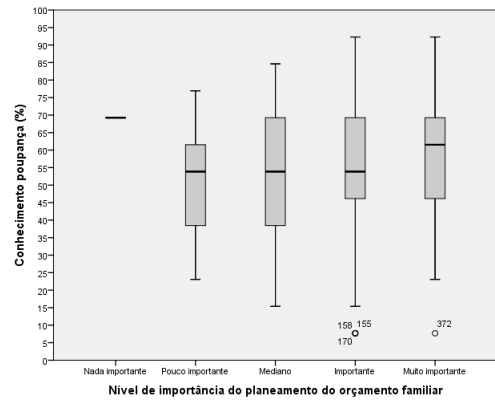
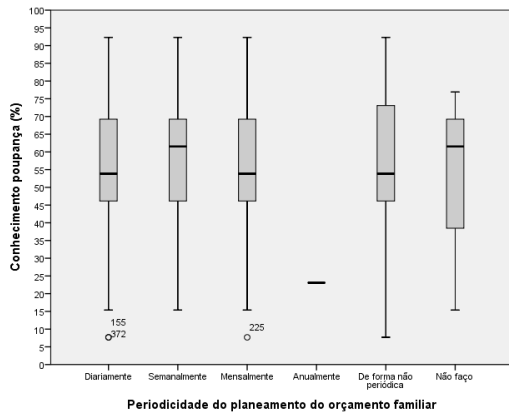
Cultura financeira – Fontes de informação

		Conhecimento poupança (%)		
		Count	Mean	Standard Deviation
Fontes de informação	Evolução da bolsa	83	62,7	16,3
	Notícias gerais sobre a economia	287	58,7	16,7
	Evolução das taxas de juro (ex: Euribor)	100	62,5	13,2
	Legislação e regulamentação de produtos bancários	32	60,3	13,4
	Nenhuma	81	48,3	17,5
	Outra	2	61,5	10,9

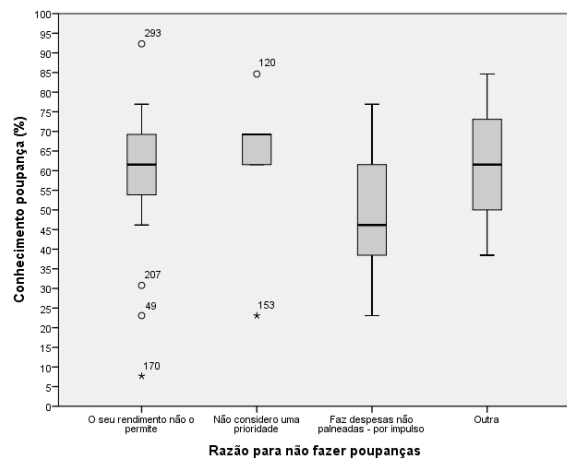
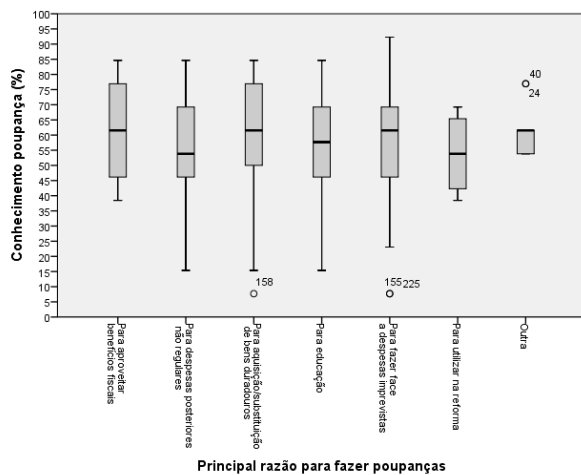
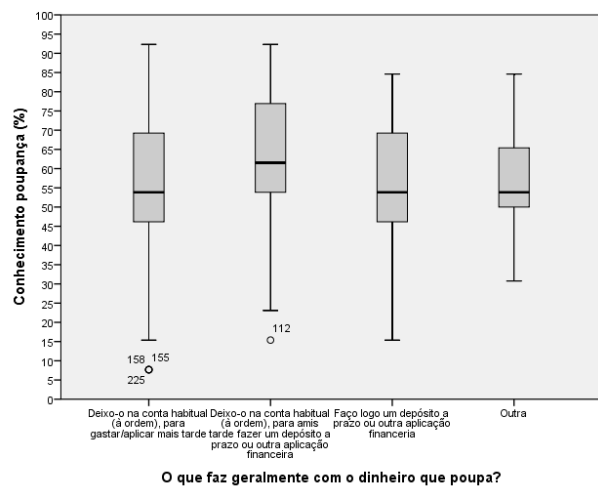
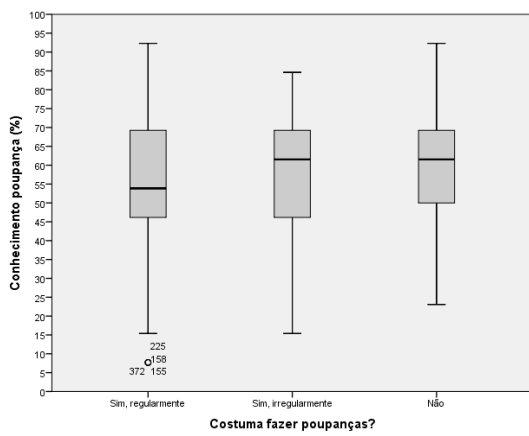
		Conhecimento poupança (%)		
		Count	Mean	Standard Deviation
Entidades	Família	259	56,7	17,4
	Ao seu banco	138	60,3	16,2
	Banco de Portugal	6	61,5	15,4
	Associações de consumidores (ex: Deco, etc.)	57	61,1	15,8
	Ministério das Finanças	3	56,4	11,8
	Outra	1	61,5	.
	Não sei	73	54,5	17,4



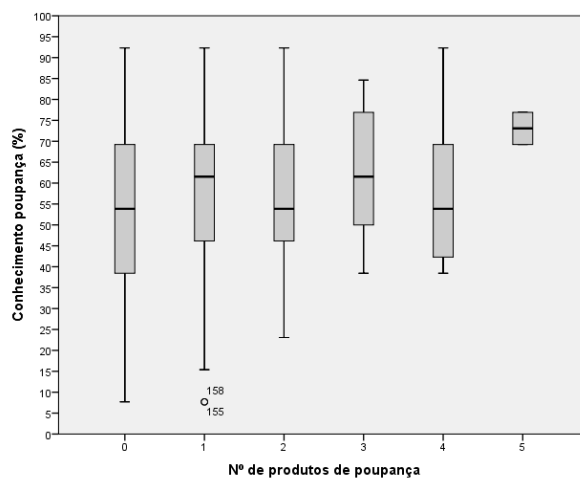
Cultura financeira – Planeamento do orçamento familiar



Cultura financeira – Planeamento de poupanças



Escolha de produtos



Tipo de produtos por conhecimento de poupança, segmentados por regularidade de poupança

Costuma fazer poupanças? Sim, regularmente

		Conhecimento poupança (%)		
		Count	Mean	Standard Deviation
Acções	Sim	21	60,8	19,1
Obrigações	Sim	1	53,8	.
Fundos de investimento	Sim	7	68,1	17,4
Seguros (ex. vida, saúde, multirriscos, automóvel)	Sim	60	57,7	16,0
Certificados de aforro	Sim	24	57,1	17,1
Planos de poupança (ex: Educação, reforma)	Sim	44	56,3	17,9
Depósitos a prazo	Sim	119	59,6	16,0
Produtos derivados (ex: warrants)	Sim	2	53,8	10,9

Costuma fazer poupanças? Sim, irregularmente

		Conhecimento poupança (%)		
		Count	Mean	Standard Deviation
Acções	Sim	4	61,5	12,6
Obrigações	Sim	2	57,7	16,3
Fundos de investimento	Sim	3	69,2	7,7
Seguros (ex. vida, saúde, multirriscos, automóvel)	Sim	20	56,2	15,8
Certificados de aforro	Sim	5	55,4	16,7
Planos de poupança (ex: Educação, reforma)	Sim	8	58,7	14,8
Depósitos a prazo	Sim	41	59,8	13,9
Produtos derivados (ex: warrants)	Sim	0	.	.

Costuma fazer poupanças? Não

		Conhecimento poupança (%)		
		Count	Mean	Standard Deviation
Acções	Sim	4	67,3	9,7
Obrigações	Sim	2	61,5	10,9
Fundos de investimento	Sim	1	53,8	.
Seguros (ex. vida, saúde, multirriscos, automóvel)	Sim	8	53,8	14,8
Certificados de aforro	Sim	2	53,8	21,8
Planos de poupança (ex: Educação, reforma)	Sim	2	65,4	5,4
Depósitos a prazo	Sim	16	60,1	16,9
Produtos derivados (ex: warrants)	Sim	0	.	.

Costuma fazer poupanças? Não respondo

		Conhecimento poupança (%)		
		Count	Mean	Standard Deviation
Acções	Sim	0	.	.
Obrigações	Sim	0	.	.
Fundos de investimento	Sim	0	.	.
Seguros (ex. vida, saúde, multirriscos, automóvel)	Sim	3	61,5	35,3
Certificados de aforro	Sim	1	69,2	.
Planos de poupança (ex: Educação, reforma)	Sim	1	46,2	.
Depósitos a prazo	Sim	1	69,2	.
Produtos derivados (ex: warrants)	Sim	0	.	.